
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
TECNOLOGIAS
(Tecnologias nas Dinâmicas Corporais)**

**DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE A CULTURA DIGITAL E OS PONTOS DE CULTURA**

JULIO CESAR PEDROSO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.

Abril - 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Biociências - Campus de Rio Claro
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias

DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE A CULTURA DIGITAL E OS PONTOS DE CULTURA.

JULIO CESAR PEDROSO

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Martins

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Humano e Tecnologias.

Rio Claro (SP)

2013

301.2 Pedroso, Julio Cesar
P372d Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais:
um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura / Julio
Cesar Pedroso. - Rio Claro, 2013
123 f. : il., figs., tabs., fots.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Carlos José Martins

1. Cultura. 2. Movimento social. 3. Programa Cultura
Viva. 4. Netnografia. I. Título.

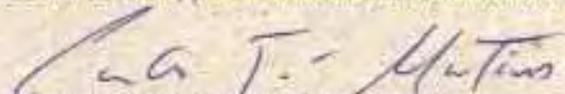
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais: um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura

AUTOR: JÚLIO CÉSAR PEDROSO

ORIENTADOR: Prof. Dr. CARLOS JOSÉ MARTINS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E TECNOLOGIAS, Área: TECNOLOGIAS NAS DINÂMICAS CORPORAIS, pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. CARLOS JOSÉ MARTINS

Departamento de Educação Física / Instituto de Biociências da UNESP, Câmpus de Rio Claro



Prof. Dr. AFONSO ANTONIO MACHADO

Departamento de Educação Física / Instituto de Biociências da UNESP, Câmpus de Rio Claro



Profa. Dra. IARA APARECIDA BELELI

Núcleo de Estudos de Gênero Pagu / Universidade Estadual de Campinas

Data da realização: 30 de abril de 2013.

À minha família.

Aos meus amigos companheiros de luta.

AGRADECIMENTOS

Entendo que os processos de produção acadêmica, assim como os artísticos, dependem não somente do meu esforço como autor, mas sim de minha relação com o mundo, o que pressupõe não somente as pessoas que fazem parte desse específico processo, mas também à todas aquelas que fizeram, de uma forma ou de outra, parte das minhas experiências de vida, e que, em meu entendimento, me constituíram o sujeito social que hoje compreendo. Entretanto, por questões didáticas e lógicas, restrinjo aqui meus agradecimentos àqueles que diretamente tiveram um envolvimento com a pesquisa ou minha rotina enquanto pesquisador, mas não me omitindo da consciência de que o trabalho de produção também se influencia por todo meu processo de subjetivação, o que define o acesso ao conhecimento como direito público e incondicional.

É dessa forma que primeiramente agradeço meu orientador Carlos José Martins, pela oportunidade, paciência, e boa conduta nos trabalhos de orientação, e sobretudo pelos ensinamentos, não somente enquanto um professor acadêmico, mas também enquanto pessoa. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, que através de um programa multidisciplinar me proporcionou a possibilidade de estudar novos caminhos nunca antes imaginados. Agradeço também a todos os funcionários e professores desse programa que da mesma forma contribuíram para o desenvolver desse trabalho.

Aos professores da vida e amigos Teresa Arruda e Ricardo Castro, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e militante, mostrando-me a importância de um rigor científico atrelado às questões sociais. Agradeço também ao Romualdo Dias, pelos ensinamentos e oportunidades, e à Leila Marrach, pelos momentos de amizade, conversas, e imensurável troca de conhecimentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por acreditar que meu Projeto teria importância relevante perante a sociedade, e assim me propiciar um financiamento para a realização do mesmo, me trazendo, entre tantas outras obrigações, a consciência e tentativa de um bom gasto do dinheiro público. E por também possibilitar, entre outras coisas, apresentações de meus trabalhos em encontros científicos e minhas saídas de campo.

Agradeço ao Binho e ao Dani pelas entrevistas e disposição nessa passagem de conhecimento, e sobretudo aos esforços para o bem cultural do Brasil. E que a luta continue!

Agradeço à minha amiga Larissa, que entre um momento de descontração e outro, sempre proporcionou intensos debates. Agradeço também pela grande ajuda de escrita do meu projeto.

Deixo meus agradecimentos aos meus amigos de luta e perseverança, sempre incentivando a participação popular e as intensas manifestações culturais populares, acreditando serem essas fortes veículos emancipatórios da vida. Obrigado Leonel, Binho, Camilo, Camila, entre outros.

Aos amigos que fazem de nossa jornada algo humano, sensível, divertido, e que não deixam os vários momentos solitários da pesquisa se tornarem tão corriqueiros. Obrigado Leandro, Newton, Elis, Leo, Mari, Ralf, Moça, Henrique, Dani, Burts, entre outros.

Especialmente à minha família, que forma a base de sustentação desse processo de construção chamado vida, me apoiando incondicionalmente em todas as minhas decisões. É esse porto seguro que torna possível outras escolhas, e conseqüentemente, outras vivências. Obrigado Mãe, Pai, Tatá e Gigi!

Por fim, agradeço à minha amiga e companheira Carol, que após tantos problemas semânticos e ressignificações, construiu junto a mim vários conceitos, e desses vieram alegrias e problemas, os quais enfrentamos com muito amor e companheirismo, para que possamos continuar construindo nosso colorido caminho. Me aproprio ainda de suas palavras, e demonstro o sentimento de dever cumprido no encerramento de um ciclo. E que venha o próximo...

RESUMO

Tomando como ponto de partida a formação de uma rede de Pontos de Cultura enquanto política pública, essa pesquisa visa investigar a possível configuração dessa como um movimento social. Para tanto, foi realizado um profundo diagnóstico sobre o Programa Cultura Viva e suas percepções atuais, tão bem como uma pesquisa bibliográfica sobre teorias clássicas e contemporâneas dos movimentos sociais, de modo a tratar de forma adequada a inserção dessa problemática na especificidade do campo investigado. Ademais, foi feita uma netnografia através da inserção do pesquisador em uma lista de e-mails representativa da qual participam diversos atores culturais ligados a Pontos de Cultura do Estado de São Paulo. Além dessa lista foram analisados espaços presenciais de participação, formação de grupos e entrevistas com articuladores da rede. A partir das análises realizadas, pôde-se concluir que a rede dos Pontos de Cultura comporta um potencial significativo de catalisação de movimentos sociais em fase de expansão. Nesse processo, a Cultura Digital e o Software Livre cumprem um destacado papel.

Palavras-chave

Movimento social. Pontos de Cultura. Programa Cultura Viva. Netnografia. Cultura Digital.

ABSTRACT

Using as a starting point the creation of a network of Cultural Spots as a public politics, this article aims to investigate the possible configuration of it as a social movement. To do so, was conducted a thorough diagnosis of the Live Culture Program and their current perceptions, as well as a literature search on classic and contemporary theories of social movements, in order to address adequately the inclusion of this issue in the specific field of investigation. Moreover, it has been done a netnography through the insertion of the researcher's e-mail into a representative list in which participate several cultural actors tied to Points of Culture of the state São Paulo. Beyond this list it has been analyzed forums, encounters, meetings, groups and interviews with network articulators. From the analysis made, can be concluded that the network of the Culture Spots sustain a significant potential to catalyze expanding social movements. In this process, the digital culture and the free software play a prominent role.

Keywords

Social Movement. Points of Culture. Live Culture Program. Netnography. Digital Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - Contextualização da pesquisa: trajetória da investigação científica.....	11
1.1. Motivações: trajetórias pessoais.....	11
1.2. Software Livre: um prelúdio.....	13
1.3. A cultura digital.....	17
1.4. As tecnologias em uma análise filosófica da proposta moderna.....	20
1.5. A politização das tecnologias.....	25
CAPÍTULO 2 - O Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.....	34
2.1. O conceito.....	34
2.2. A política pública.....	35
2.3. O programa hoje.....	38
2.4. Alguns dados quantitativos.....	39
2.5. Os Pontos de Cultura e a Cultura Digital.....	42
CAPÍTULO 3 - Teorias dos movimentos sociais: a construção de um paradigma.....	47
3.1. Os paradigmas europeus.....	48
3.1.1. O paradigma neomarxista.....	49
3.1.2. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais.....	51
3.2. O paradigma latino-americano.....	54
3.2.1. As especificidades teóricas.....	54
3.2.2. Alguns movimentos sociais.....	61
CAPÍTULO 4 - Metodologia e análise dos dados obtidos.....	67
4.1. Netnografia – construindo uma metodologia.....	68
4.2. O trabalho de campo.....	71
4.3. Análise dos dados obtidos e conclusões.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE A: Arquivos dos Trabalhos de Campo.....	86

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos o percurso propriamente dito dessa dissertação, achamos importante demonstrarmos como se deu a inserção do pesquisador no campo da problemática aqui levantada. Não que essa inserção não faça parte do campo de pesquisa, muito pelo contrário, já que consideraremos em todo o processo a grande influência de percepções pessoais do pesquisador nos resultados obtidos - como sugere várias linhas da antropologia - mas consideramos importante localizar e informar o leitor sobre suas (do pesquisador) posições políticas e sobretudo ideológicas, introduzindo assim um caráter mais pessoal ao texto inicial.

Por esse motivo dedicamos o Capítulo 1 à uma contextualização prática e teórica da pesquisa, o que inclui uma trajetória pessoal e conseqüentemente suas motivações, delineadas em fatores que o sensibilizaram e muito influenciaram seu processo de subjetivação. Fatores esses que vão desde sua formação como cidadão militante de alguns movimentos sociais, até à sua formação acadêmica, onde pôde ter o primeiro contato com o Software Livre e perceber assim a possibilidade e a importância da politização dos debates em torno da técnica e da tecnologia. O Capítulo 1 traz, em seus próximos subcapítulos, alguns teóricos que ajudaram nessa formulação da problemática geral, como é o caso do filósofo francês Bruno Latour e sua proposta de pensamento sobre a modernidade. Nos parece muito justo colocar tais reflexões nessa etapa do texto, já que tudo o que estamos discutindo e refletindo nessa pesquisa são problemas - fazendo uma primeira aproximação - advindos do período histórico vivido pela humanidade conhecido como modernidade, sobretudo nas civilizações ocidentais. Por fim, faremos algumas considerações sobre a importância da pesquisa, quase como uma justificativa dos esforços doados à tal causa, considerando os aspectos gerais práticos de desenvolvimentos das metodologias e dos campos de pesquisa.

O projeto de pesquisa inicial propunha uma análise das relações entre as tecnologias e os movimentos sociais, inseridos no contexto da politização das tecnologias. Para tal, o percurso a ser seguido seria o de desenvolvimento de uma metodologia para o estudo da rede Pontos de Cultura, devido à vários fatores que serão explicados no decorrer da dissertação. Entretanto, consideramos saudável e produtivo que o projeto inicial sofra mudanças e adaptações conforme surjam as necessidades. Com o avanço da pesquisa, percebemos a importância de aprofundar o entendimento de nosso objeto de estudo como um movimento

social, para que pudéssemos de fato usar tal objeto, e assim no exame de Qualificação foi sugerido que a pesquisa tivesse como principal objetivo tal aprofundamento, o que parecia muito pertinente segundo a banca avaliadora.

Desse modo, o Capítulo 2 demonstra de forma ampla e objetiva aspectos pertinentes ao Programa Cultura Viva e Pontos de Cultura, tanto em suas concepções teóricas e ideológicas como em suas implantações enquanto políticas públicas de governo.

O Capítulo 3 traz um importante percurso teórico sobre os movimentos sociais, relacionando teorias da sociologia da década de 70, 80 e 90 e culminando na formação de um paradigma latino-americano atual, o qual foi utilizado para análise da rede Pontos de Cultura.

[...] os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. [...] Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas (CASTELLS, 2000, p.95).

Pretendemos dessa maneira percorrer todas as possibilidades de nosso objeto de estudo (a rede Pontos de Cultura), sendo ou não um movimento social, sendo ou não de caráter conservador ou revolucionário, etc, mas sempre determinando seus impactos nas estruturas sociais através da pesquisa, como propõe Castells (2000).

O Capítulo 4 se refere às metodologias e materiais utilizados na pesquisa, incluindo as análises gerais e específicas dos resultados obtidos. Após todas as disposições a cerca do desenvolvimento prático e das análises, o trabalho ganha um desfecho por meio das conclusões.

Deixamos ao fim dessa apresentação o sentimento que permuta toda nossa caminhada em busca da produção de conhecimento. A cultura se torna eixo principal em todos os aspectos, porém precisa ser analisada de forma recortada quando tratamos de uma pesquisa de mestrado. Entendemos assim que a produção científica deve ser voltada às melhorias sociais, e a crítica deve ser sempre presente. Portanto tratamos nossa produção não como apenas nossa, e sim de todos os elementos envolvidos em nossas vidas, sejam eles humanos ou não-humanos, e que assim possamos criar potencialidades de vida que respeitem cada vez mais nossas diversidades culturais. “...as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 56).

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1.1. Motivações: trajetórias pessoais

Aprendemos em nossas aulas de redação do ensino fundamental e médio a sempre utilizar conjugações verbais que denotam certa impessoalidade, como conjugações na terceira pessoa do singular, sempre se referindo a um sujeito indeterminado. Decidimos porém, em todo esse texto, utilizar conjugações que expressem um pouco mais de pessoalidade e que possam determinar os sujeitos, já que sabemos que os sujeitos da prática científica nesse caso se remetem ao orientador e ao orientando. Neste subcapítulo me aproprio (eu orientando) ainda mais ao direito à pessoalidade em um texto científico, e ousou escrever em primeira pessoa a contextualização de minha trajetória pessoal a qual considero relevante para a proposta do capítulo: a contextualização da pesquisa.

Meu primeiro contato com um movimento social se deu por volta do ano 1998, quando através de um grupo de adolescentes voluntários coordenados por uma psicóloga pude conhecer o MAB – Movimentos de Adolescentes do Brasil. Nessa época, o MAB tinha um claro objetivo de promover a participação social através do afeto, do encontro e da solidariedade, sobretudo considerando a importância do vivenciar. Nesse aspecto, várias metodologias de se trabalhar com adolescentes foram se desenvolvendo no Movimento, e sendo aplicadas nos encontros anuais que ocorriam nas cidades e estados dos quais os grupos do MAB faziam parte. Nesses encontros, oficinas lúdicas eram na maior parte das vezes a grande ferramenta de sensibilização dos adolescentes e jovens. Com o passar do tempo, o movimento tomou outras formas, outros grupos, outras pessoas. Passou para discussões políticas e lutas por direitos dos adolescentes, participou da elaboração do primeiro Plano Nacional de Juventude da história do Brasil (aprovado em 2004 pelo Congresso Nacional). Com isso, o Movimento se institucionalizou, criou plataformas políticas, bandeiras e diretrizes de ação.

A participação de mais de dez anos em todo esse processo me possibilitou grandes

aprendizados e contatos com os mais diversos tipos de trabalhos com adolescentes, e sobretudo a vivência e respeito às mais diversas expressões culturais da juventude brasileira. Assim como me despertou grande interesse em áreas do conhecimento que antes nunca tinha tido, como a filosofia, a sociologia e a psicanálise, que eram temas constantemente debatidos pelos profissionais envolvidos com o Movimento.

A participação no MAB só foi possível por pertencer a um grupo de trabalhos com adolescentes e jovens que pertencia à uma instituição, mais precisamente uma Associação com titulação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Esses anos de trabalho e militância junto a tal instituição me proporcionaram um certo conhecimento burocrático em relação a gestão de projetos e captação de recursos. Assim pude ter experiências em atividades desenvolvidas via editais de financiadores públicos e privados, e também em projetos desenvolvidos a partir de leis de incentivos fiscais, como o caso da Lei Rouanet. Dessa forma que, no ano de 2004, tive meu primeiro contato com a proposta do Projeto Pontos de Cultura, quando o Ministério da Cultura (MinC) abriu um edital público para financiamento de projetos que visavam ações culturais.

A admiração ao Projeto Pontos de Cultura foi crescendo conforme minha participação nas ações sociais aumentava. Um novo entendimento de cultura ganhava forma naquele momento em todo o Brasil, e as trocas de experiências era possível devido às novas tecnologias digitais e a internet, local cada vez mais visitado pelos fazedores culturais de toda a rede dos Pontos de Cultura. A Cultura Digital logo se transformou em uma das grandes bandeiras do Programa, e os chamados “kits multimídia” eram distribuídos como ferramentas obrigatórias a todas as instituições contempladas pelo financiamento do MinC, bem como o uso do software livre. Ao mesmo tempo percebia em outros movimentos com os quais ainda mantinha relações, como o MAB, uma grande articulação através de ferramentas digitais e das redes sociais, o que me aumentou ainda mais a percepção para a importância desse tema.

Paralelamente à todas essas vivências, estava cursando Bacharel em Engenharia da Computação, graduação iniciada no ano de 2003. Nesse mesmo ano tive meu primeiro contato com o software livre, quando na semana da computação daquele ano participei de um minicurso sobre tal tema. Ali percebi o quanto o software livre ultrapassava as barreiras da técnica e extrapolava ao campo político. Na tentativa de me envolver mais com esse tema, comecei a participar de fóruns e redes de debates sobre sistemas abertos. Pude perceber que não eram apenas pessoas que detinham a técnica da programação que se engajavam nesse movimento,

mas também militantes de outras áreas culturais, como a luta pela cultura livre, quebra de direitos autorais, etc.

Parece-me claro a impossibilidade de separação de minha trajetória pessoal, como militante e estudante, de minha posição e presença como pesquisador. Porém saliento que essa posição passa a ser outra, muito mais de observador do que sujeito político ativo, tentando criar-se assim um certo grau de estranheza em relação aos já experimentados posicionamentos ideológicos. Não que deixasse de acreditar em alguns deles, ou que “passasse para o outro lado”, muito menos que tomasse uma posição neutra em relação a algum debate, mas passei assim a estudar e analisar outros pontos de vista e outras possibilidades de reflexão.

1.2. Software Livre: um prelúdio

Consideramos toda problemática que envolve o tema Software Livre como essencial para a contextualização dessa pesquisa, não só pela importância que teve no desenvolvimento pessoal do pesquisador e nas motivações a que isso corresponde, mas também pela importância desse debate no campo cultural.

Em um primeiro momento, software livre é o que se convencionou chamar de softwares de código aberto. Isso não significa necessariamente que o software tenha distribuição gratuita, como a maioria entende que seja, mesmo porque existem softwares que possuem distribuição gratuita e que não disponibilizam seus códigos – esses são os softwares conhecidos como freewares - portanto não são softwares livres. Entende-se assim que um software livre não esconde o como foi feito, e qualquer um que tenha o conhecimento técnico suficiente para mudá-lo possa fazê-lo. Dessa forma, o conceito de livre aqui denotado se opõe claramente ao conceito de restritivo ou proprietário, mas não ao conceito de software comercial, que possa ser vendido. Isso porque o software livre também pode ser comercializado, e muitos defendem que assim deve ser. É preciso então que os softwares que serão distribuídos com seus códigos-fonte abertos tenham licenças que padronizem e gerenciem essa comercialização. Para entendermos melhor os mecanismos de produção e comercialização referentes aos softwares livres situaremos a seguir, de forma resumida, seu contexto histórico.

Na década de 60, quando os grandes computadores dominavam o mercado tecnológico

– quase que em sua maioria presentes em grandes empresas, universidades e outras instituições governamentais – não se tinha o costume da separação entre software e hardware, pelo menos do ponto de vista comercial. As grandes máquinas vendidas eram já disponibilizadas com o código fonte do software necessário ao seu funcionamento. Uma prática comum entre os usuários era compartilhar esses códigos de forma a solucionar recorrentes problemas, o que demonstra que nessa época os softwares eram livres, pelo menos para os poucos que tinham acesso àquelas tecnologias.

Com o avanço das tecnologias o mercado se adaptou e recriou diversas formas de interação entre os programas e os usuários, inventando não só novas maneiras e licenças de produção intelectual, mas também de suporte e serviços prestados aos mais diversos tipos de funções, formando assim a indústria do software proprietário de código fechado.

Em 1984, um funcionário do Laboratório de Inteligência Artificial do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) chamado Richard Stallman, teve problemas com um software disponibilizado para uso de uma impressora da poderosa marca Xerox. O funcionário tentou ter acesso ao código-fonte do software para tentar resolver o problema, porém a empresa não o disponibilizou. Indignado com o acontecido, Richard Stallman inicia um projeto com a principal finalidade de produzir um sistema operacional baseado na plataforma proprietária Unix e que fosse de código aberto. Assim, o projeto de produção ficou conhecido como GNU – Gnu is not Unix.

Em 1985, com o objetivo de institucionalizar o Projeto GNU, Richard Stallman fundou a Free Software Foundation (FSF), estabelecendo regras para a produção dos softwares colaborativos que, ao seu entendimento, deveria ser considerado uma produção da humanidade, e portanto, de conhecimento aberto a todos. Nasce assim o movimento do software livre. A ideia da palavra livre traduz a liberdade em que se tem de compartilhar a produção intelectual, que pode desse modo ser alterada por quem quiser, o que remete à uma lógica muito distante da simples gratuidade. O software livre pode ser também gratuito, mas o grande ganho é na produção tecnológica do conhecimento livre.

Para evitar o patenteamento de oportunistas, a FSF inventou a Licença Pública Geral, GPL em inglês, conhecida como copyleft em contraposição ao copyright. A GPL pode ser utilizada para qualquer ramo de atividades de produção intelectual que utiliza os direitos autorais, como livros, imagens, músicas e softwares. Nesse contexto, em 1992 o estudante universitário finlandês Linus Torvalds compilou vários sistemas produzidos pelo GNU, o que

viabilizou a construção do núcleo principal do tão esperado sistema operacional livre, que ficou conhecido como GNU/Linux – Linus for Unix. O projeto GNU/Linux é até os dias atuais considerado o maior projeto de engenharia já produzido, pois contou com mais de 400 mil colaboradores espalhados por mais de 90 países dos cinco continentes do mundo. Toda essa grandiosidade se deu a partir da rede mundial de computadores – a internet.

Em 1997, o famoso hacker e escritor Eric Steven Raymond lança o artigo intitulado “A Catedral e o Bazar”, cuja a tese principal “Dado um número de olhos suficiente, todos os erros são triviais” contrapõe dois modelos básicos de produções de softwares (que mais tarde seriam estendidos para outras produções intelectuais): o modelo catedral e o modelo bazar. Tal tese foi desenvolvida a partir de observações feitas do processo de desenvolvimento do sistema GNU/Linux, e se torna extremamente importante para a validação da produção coletiva do software livre. Com esse artigo, Raymond inicia a criação - juntamente com outros entusiastas do software livre como Linus Torvalds e Bruce Perens - da Open Source Initiative (OSI). O principal objetivo da OSI é divulgar o software livre promovendo uma aproximação destes com entidades comerciais. Atua na certificação de licenças, sempre visando a divulgação das vantagens técnicas e econômicas do software livre.

A OSI prefere o uso da palavra Open Source (código aberto) ao software livre, já que free em inglês também quer dizer grátis. Além disso, a principal diferença entre a OSI e a FSF é no ponto de vista ideológico. Para a OSI o software livre deve ser divulgado e sobreposto ao software proprietário devido às suas condições técnicas muito superiores, enquanto para a FSF a liberdade é essencial não só do ponto de vista técnico, mas também sob a ótica da moral e da ética. Richard Stallman afirma que as duas vertentes pertencem ao mesmo movimento do software livre, apesar de possuírem filosofias distintas. Porém, na maioria das vezes os caminhos a que levam esses dois pontos de vista produtivos são os mesmos. Na prática, as duas organizações desenvolvem muitos projetos similares, e até mesmo em parceria.

Os meandros do desenvolvimento do software livre nos levam a um segundo momento de definição: um movimento social. Os estudos acadêmicos que tratam o software livre como um movimento social vêm aumentando nos últimos anos em todo o mundo. Grande parte dessa literatura analisa o movimento a partir de análises e estudos de empresas ou indivíduos que interagem diretamente com a produção e/ou melhoria dos softwares, muitas vezes referindo-se a eles como “hackers” para designar o grupo em seu caráter específico.

Entretanto, percebemos que há grandes diferenças nas organizações sociais deste quando o consideramos inseridos em um contexto cultural diversificado, e é preciso considerar em nosso caso os demais autores do movimento.

[..] é possível identificar a presença forte de profissionais de informática, como seria de se esperar, tanto no contexto nacional quanto internacional. E, como não poderia deixar de ser, são eles que de fato trocam códigos e produzem os programas livres. Porém, além desse conjunto de indivíduos o movimento também conta com profissionais de outras áreas, que produzem programas de computador como atividade de lazer, nas horas vagas. Ser programador ou desenvolvedor não é condição necessária para alguém entender a si mesmo como membro do movimento. Para fazer parte do software livre é preciso defender certos valores e certas práticas que estão, no limite, identificadas com o que o movimento chama de “cultura hacker”, mas que se traduzem, no cotidiano, na defesa das posições políticas do movimento e no uso de determinados softwares (EVANGELISTA, 2010, p. 13).

Outro fator importante a se identificar no plano global é em relação aos adversários políticos do movimento:

Formalmente, nos documentos e manifestos que circulam entre os membros, esse adversário são as “licenças proprietárias” de software. Estas seriam as licenças em que os usuários de software não têm garantidas as quatro liberdades consideradas essenciais: o direito de usar o software sem qualquer restrição; o direito de ler e estudar o código-fonte, a “receita” do programa; o direito de alterar o código-fonte para produzir uma versão diferente; e o direito de fazer cópias do software e distribuí-las a quem desejar. Porém, veremos como esse adversário pode ser entendido, de acordo com cada diferente corrente política do movimento, como a Microsoft, as grandes corporações, o capitalismo, o modelo de negócio do software proprietário, ou até mesmo desaparecer, constituindo-se o movimento como simplesmente a construção auto-suficiente e independente de uma alternativa (EVANGELISTA, 2010, p. 13).

Desse modo, o movimento possui bandeiras, mas isso não o liberta de contradições ideológicas. O fato de ter um adversário em comum pode fazer com que grupos que defendam posições ideológicas distintas se unam, como por exemplo grupos anti-globalização e grandes empresas. Algumas literaturas mais radicais defendem que esse é o caso da FSF e da OSI, onde esta última representaria a vertente mais conservadora do movimento. Seja defendendo a liberdade como garantia mínima de respeito ao ser humano ou apenas a produção colaborativa como tecnicamente superior, seja defendendo a liberdade de expressão ou a necessidade de um estreamento entre o software livre e o mercado, o movimento ganha grande expressividade no Brasil, e que merece ter um pequeno destaque em nossas colocações.

Desde meados da década de 1990, um grupo de ativistas do movimento software livre vem atuando no Brasil a fim de proporcionar um debate sobre o uso e divulgação, bem como mobilizar novos técnicos, desenvolvedores, usuários, organizações, empresas, empresários, artistas e intelectuais para a causa do movimento. Após anos de existência, o movimento no

Brasil ganha grande destaque no mundo, devido ao número de integrantes, aos grandes eventos aqui realizados como o Fórum Internacional do Software Livre – FISL (o segundo maior evento de software livre do mundo), o CONSEGI – Congresso Internacional do Software Livre, e também pela influência junto à governos municipais, estaduais e sobretudo o federal:

Há leis aprovadas e diversos projetos de lei tramitando em câmaras municipais, assembleias e no Congresso Federal que pleiteiam, de diferentes formas, o uso preferencial de softwares livres por parte de órgãos da administração do Estado. Na imprensa internacional, o Brasil já foi classificado, em matérias de publicações especializadas, como “o maior e melhor amigo do software livre”. O então ministro da Cultura, Gilberto Gil, se disse apoiador da “ética hacker” e classificou a si mesmo como um “hacker”, termo utilizado por integrantes do movimento para, entre outras adjetivações possíveis, qualificar seus membros mais importantes. Não é exagerado afirmar que os brasileiros conseguiram um grau de influência e penetração na política e nos partidos tradicionais maior do que qualquer outro grupo de defesa do software livre no mundo (EVANGELISTA, 2010, p. 10).

Para que se chegasse a esse corpo de vitalidade, o movimento lutou sobretudo para a divulgação do software livre, escrevendo artigos, documentos à imprensa, organizando e realizando encontros, debatendo temas políticos e sociais, vendendo produtos a empresas as convencendo da superioridade de tais softwares, mobilizando novos ativistas e principalmente programadores e desenvolvedores, dando suporte técnico a novos membros para que estes não abandonassem a causa, pressionando instituições públicas para que adotassem o discurso da liberdade intelectual, seja pelo convencimento ideológico, seja pelo convencimento financeiro, e sobretudo desenvolvendo softwares livres, ajudando assim a comunidade internacional a crescer e a fazer frente aos softwares proprietários, tanto em números de aplicações que satisfazem todo tipo de usuário, como no aprimoramento técnico e visual. Devido a essa forte inserção política que caracteriza o movimento no Brasil, o software livre ganha conotações de lutas sociais. Muitos dos membros do movimento não consideram a produção do software um fim por si só, mas sim como parte de uma luta social, como a afirmação de certos valores ou um caminho para mudanças sociais .

1.3. A cultura digital

Historicamente, toda sociedade possui um conjunto de tecnologias que as elites sociais utilizam para os processos de dominação, dado nas relações de poder com a sociedade,

culminando assim na reprodução de suas riquezas. Dificilmente se encontra civilizações que não utilizavam as principais tecnologias disponíveis em seus tempos, o que leva muitos autores a concluir, sem exagero, que as sociedades humanas sempre se organizam como sociedades tecnodependentes. Nesse contexto, o capitalismo mundial tem sofrido intensas mudanças em suas bases reprodutivas. Simon Nora e Alain Minc (1978) apontam a evolução do capitalismo para um regime baseado nas redes de processamento da informação e comunicação, e Marcos Dantas (1999) afirma que a informação emerge como força produtiva dominante. Toda essa mudança estrutural no modo de produção em questão se deve principalmente ao avanço das tecnologias digitais, avanço esse que atende em partes às necessidades comunicacionais e de tratamento das informações que o mundo contemporâneo exige.

Várias foram as etapas do avanço tecnológico até o desenvolvimento das tecnologias digitais, e a maioria delas relacionadas às comunicações. Ainda no século XIX, a invenção de máquinas propiciavam a comunicação escrita por meio das redes de telégrafos, e mais tarde o telefone possibilitou a conversa em tempo real através da comunicação da voz, que era então transformada em ondas elétricas e transmitidas de forma analógica. O filme, como um meio audiovisual, se desenvolveu permeado por conceitos de distribuição e armazenamento, enquanto as produções televisivas traziam conceitos iniciais de uma interação ativa, já que o espectador poderia escolher o canal a ser visto. É nesse contexto evolutivo que as teorias da comunicação, da cibernética e da programação de computadores contribuíram para a criação de uma cultura predominantemente digital. Mas não foram apenas as produções acadêmicas, industriais e comerciais que determinaram todo esse panorama, mas também os movimentos políticos, sociais, artísticos e culturais.

O conceito digital se refere à utilização de dados em uma amostragem discreta (descontínua), em contraste aos sistemas analógicos que utilizam intervalos contínuos para a representação dos dados. A principal aplicação é converter as informações do mundo real em uma representação binária. A digitalização de materiais até então analógicos, que foi possível através do avanço computacional, permitiu que diversos tipos de mídias, tanto em suas formas físicas como funcionais e estéticas, trabalhassem juntas. Essa possibilidade desenvolveu outros importantes conceitos atuais, como a multimídia e a hipermídia. Conceitos esses que, em uma análise mais profunda, transformaram o modo como nos relacionamos com as informações recebidas. Em particular, a tecnologia hipermídia possibilita, entre tantas outras

inovações, a leitura de textos não lineares, o que pressupõe uma quebra cultural em relação ao aprendizado informacional.

Entendendo que toda essa evolução nas tecnologias da informação trouxe mudanças culturais profundas, o discurso do digital se baseia no pressuposto de que, sendo uma cultura, é determinada pelas tecnologias digitais. Porém, “as ferramentas pressupõem sempre uma máquina, e a máquina é sempre social antes de ser técnica. Há sempre uma máquina social que seleciona ou assimila os elementos técnicos empregados” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 84). Dessa forma que muitos autores consideram que a tecnologia digital é produto da cultura digital, em vez do contrário.

A cultura digital pode ser entendida como um fenômeno histórico que emergiu como resposta às exigências do sistema capitalista moderno, e como dito anteriormente, outras influências a difundiram e consolidaram a mudança no discurso que definiram a cultura digital predominante nos dias de hoje, tais como as práticas artísticas de vanguarda, a contracultura, a teoria crítica, a filosofia, entre outros.

Nos anos 60, quando os computadores pessoais começavam a ser desenvolvidos, surge um movimento contracultural que se denominava ciberdéllico: uma espécie de hippies tecnológico contemporâneos dos psicodélicos. Participantes desse movimento, nomes conhecidos como Bill Gates, Steve Jobs, John Perry Barlow, Timothy Leary e Ted Nelson defendiam o livre acesso à informação como fundamental para o desenvolvimento social e da coletividade. Como ferramentas de expansão de sua ideologia, o movimento contracultural ciberdéllico utilizava máquinas tecnológicas que abriam as portas da percepção. Conhecidas como “máquinas da mente” essas ferramentas eram muitas vezes utilizadas em shows de bandas musicais influenciadas por essa ideologia da liberdade de expressão, como Merry Prankster e Grateful Dead. O entendimento de ser um movimento contracultural se dá pelo fato de que todo o sistema imposto na época via a evolução ideológica e tecnológica como uma ameaça à situação estabelecida do sistema de produção.

Em 1996, um remanescente desse movimento, John Perry Barlow - letrista da banda Grateful Dead e co-fundador da Electronic Frontier Foundation, escreveu a Declaração de Independência do Ciberespaço. Segundo Roger Tavares¹:

Este texto é de suma importância cultural a todos que participam da atual revolução

¹ Roger Tavares é professor nas faculdades SENAC e Casper Líbero, mestre em novas tecnologias do ser humano virtual, especialista em educação a distância, consultor para Assoc. Bras. de Educação a Distância, entre outras empresas, consultor em imagem e interfaces digitais, gerente de design na Webcooper.

digital, com sua ideologia centrada na luta política pelo livre trânsito de informações pela rede, de modo que só após a apreciação das mais variadas formas de informação, nos tornamos aptos a criticar e a selecionar as mais relevantes.²

Numa época na qual os governos ocidentais se tornavam cada vez mais globalizados e tendiam a propagar ideais neoliberais, a Declaração surge como defensora de autonomia civil, desvinculando a liberdade de expressão e acesso à informação de qualquer possível controle Estatal. O paradoxo presente nesse contexto histórico que atribuía aos Estados uma grande preocupação com o controle da informação mesmo com a difusão neoliberalista, mostra o quanto o movimento que defendia a liberdade de expressão era um movimento contracultural:

Na China, Alemanha, França, Rússia, Singapura, Itália e Estados Unidos, vocês estão tentando repelir o vírus da liberdade, erguendo postos de guarda nas fronteiras do espaço cibernético. Isso pode manter afastado o contágio por um curto espaço de tempo, mas não irá funcionar num mundo que brevemente será coberto pela mídia baseada em bits. [...]Sua indústria da informação cada vez mais obsoleta poderia perpetuar por meio de proposições de leis na América e em qualquer outro lugar[...]Essas leis iriam declarar ideias para serem um outro tipo de produto industrial, não mais nobre do que um porco de ferro. Em nosso mundo, qualquer coisa que a mente humana crie, pode ser reproduzida e distribuída infinitamente sem nenhum custo. O meio de transporte global do pensamento não mais exige suas fábricas para se consumir.[...]Precisamos nos declarar virtualmente imunes de sua soberania, mesmo se continuarmos a consentir suas regras sobre nós. Nos espalharemos pelo mundo para que ninguém consiga aprisionar nossos pensamentos. [...]Criaremos a civilização da Mente no espaço cibernético. Ela poderá ser mais humana e justa do que o mundo que vocês governantes fizeram antes³.

A cultura digital como um movimento contracultural surge nesse momento histórico específico descrito acima, porém a análise desse fenômeno nos leva a considerar um cenário filosófico mais amplo: a modernidade. É dessa forma que no subcapítulo a seguir demonstraremos, em um recorte bem específico, a proposta de um pensamento sobre a relação da modernidade com as tecnologias digitais.

1.4. As tecnologias em uma análise filosófica da proposta moderna

Desenvolvimento científico e tecnológico, progresso econômico e social, estudos sociais de comportamentos humanos, relações do homem com a natureza, determinismos culturais, etc. Temas esses tão pertinentes em inúmeras análises filosóficas e que se originam

2 Disponível em <http://www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo10.html>. Acesso em 26 jun. 2012.

3 Trecho extraído da Declaração de Independência do Ciberespaço. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2006/10/23/declaracao-de-independencia-do-ciberespaco/>. Acesso em 26 jun. 2012.

de um mesmo campo estrutural: a modernidade. Difícil hoje pensarmos em uma problemática de nossa civilização ocidental sem considerarmos o paradigma moderno. Dessa forma tentaremos aqui contornar alguma linha que defina, mesmo que de forma prematura, um limite para nossas considerações filosóficas, e que fizeram parte da construção do pensamento presente em toda a pesquisa.

Paradigma é uma palavra originada do grego *parádeigma*, que literalmente significa *modelo*. Paradigma é portanto um modelo que em nossa sociedade significa uma representação de um padrão a ser seguido no campo científico, ou ainda, um pressuposto filosófico ou matriz que gera a base de métodos e valores de um estudo ou pesquisa científica. O paradigma da produção de conhecimento moderno tem nos mostrado o caminho das pesquisas científicas por séculos. A modernidade surge como uma proposta de visão ou ideário de mundo consolidado pela revolução industrial, mas que a muito vinha sido pensado pela humanidade e pela comunidade científica. Muito relacionada ao capitalismo, a modernidade se preocupa e muito com a produção e melhoria da técnica, como meio de ascensão do indivíduo. Assim, o paradigma moderno está intrinsecamente corroborado pelo avanço tecnológico, que por sua vez se desenvolve às bases do cientificismo inserido nesse mesmo paradigma. Esse quase ciclo vicioso se torna um campo de estudo extremamente rico quando pensamos na sociedade de hoje, onde a produção científica em massa predomina os meios acadêmicos, e o avanço tecnológico chega a níveis antes nunca imaginados.

No entanto, na obra intitulada “Jamais Fomos Modernos”, Bruno Latour (2009) advoga o estudo antropológico da sociedade moderna. O autor chama a atenção para a necessidade de estudos que entendam o tecido inteiriço da união entre cultura e natureza, como o entendimento existente nas obras antropológicas. Afirma, entretanto, que para o antropólogo tradicional, não pode nem deve haver antropologia do mundo moderno: é justamente nossa incapacidade de nos estudarmos dessa forma que nos faz capazes de estudar com tamanha sutileza e distanciamento os outros. Porém, antropologizar o mundo moderno implicaria numa mudança de nossa própria concepção do moderno.

Desse modo, a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas que encontram em suas distinções suas próprias complementariedades. O primeiro conjunto seria o das práticas de “mediação”, que corresponde à mistura de seres constituídos de maneiras totalmente distintas, e que formaria o que ele chama de “híbridos” de natureza e cultura. O segundo conjunto seria o da “purificação”, que cria duas zonas ontologicamente distintas: a

dos humanos e a dos não-humanos.

O conjunto de práticas definidas como mediação corresponde ao que Latour chama de *redes*. As redes são os meios de transporte que levam a cultura intelectual em que vivemos a explicar as situações “confusas” que atravessam o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura.

O conjunto de práticas definidas como purificação correspondem ao que Latour chama de *crítica*. Os críticos desenvolveram três repertórios distintos para falar de nosso mundo: a naturalização, a socialização, a desconstrução. Essa tripartição nos protege, na modernidade, de sermos estudados e vistos como selvagens, como naturais e culturais como um tecido inteiriço. “Foi solidamente apoiados nesta tripartição crítica que nos tornamos capazes de fazer etnografia. Foi aí que buscamos nossa coragem” (LATOURE, 2009, p. 13).

A chave para a análise do mundo moderno estaria na ligação desses dois movimentos: a purificação permite que mediação se prolifere enormemente, tornando seu trabalho invisível. Toda essa descrição estaria circunscrito no que Latour (2009) chama “Constituição Moderna”. Esta marca a diferença fundamental entre humanos e não-humanos, bem como suas propriedades, suas maneiras de se relacionar e se agrupar, e a divisão de poderes (política e ciência). Assim, ser moderno é acreditar ao mesmo tempo na constituição dos modernos e nos grupamentos de híbridos que ela nega, ao mesmo tempo em que estes se proliferam enormemente.

Outro ponto importante abordado pela constituição moderna é a crença da transcendência da natureza e da imanência da sociedade. Isso significa que a natureza não é construída pelo homem, mas apenas desvendada, e toda a produção da verdade se acharia por meio de seu estudo. A sociedade por sua vez é toda construída pelos homens, que tem pleno controle sobre seu destino. Esta crença, entretanto, revela um paradoxo fundamental: para descobrir os segredos da natureza, a ciência, discurso autorizado sobre os não-humanos, a constrói incessantemente, e os cidadãos, embora construam a sociedade, buscariam incessantemente objetos que a tornariam mais durável.

Desse modo, a constituição moderna busca dar conta deste paradoxo: os híbridos gerados pela construção da natureza e pelo recrutamento de não-humanos na construção da sociedade não deveriam permitir sua indistinção: os trabalhos de purificação e mediação, como já foi dito, devem garantir a separação total entre natureza e cultura. Ser moderno é crer ao mesmo tempo na distinção radical natureza e cultura e nos grupamentos de híbridos

produzidos graças à sua constituição.

Destacamos ainda a centralidade do hibridismo na análise de Latour (2009). Os híbridos, chamados pelo autor de quase objetos – os híbridos já não se encaixam mais na posição de objetos, determinada pela constituição – são a chave para a antropologia moderna. Para o autor, a proliferação dos híbridos abala o trabalho de purificação, o que remete à uma dificuldade de manutenção desse quadro institucional. Dessa forma que o autor afirma que os modernos foram vítimas de seu próprio sucesso, destacando a necessidade de se criar uma nova classificação que daria conta dos híbridos, considerando assim suas existências.

Multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas de ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção. Se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos. Toda a cultura e toda a natureza são diariamente reviradas aí. [...] Contudo, ninguém parece estar preocupado. [...] Não misturemos o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano. [...] O navio está sem rumo: à esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens (LATOURE, 2009, p. 8).

Se para Latour (2009) na década de 90 o jornal era a reza do homem, hoje a rede tecnológica de informação, sobretudo a internet, seria sua maior ceita religiosa. O conhecimento nela disponibilizado e procurado ultrapassa a quantidade de conteúdo algum dia imaginado. Aos que tem acesso, a internet se torna um local de voz, de se escutar e ser escutado, de se opinar e ser opinado, de se procurar e ser procurado. Nela também se multiplicam os artigos híbridos, que delineiam não só temas de campos de saberes tradicionais, mas também de causas alheias, pessoais, etc, isso devido à possibilidade da produção de conteúdo, seja ele factível ou não, de qualquer usuário.

Em rápida e supérflua análise, podemos perceber esses movimentos da modernidade em exemplos conhecidos, como o Facebook. Essa rede social foi criada por Mark Elliot Zuckerberg, na época estudante universitário de Harvard que com um grande conhecimento técnico de computação conseguiu produzir tal ferramenta, e que hoje é o serviço de rede social mais usado do mundo. De certa forma isso expõe como a técnica e a ciência, movimentos de purificação, possibilitaram a criação de um aparato o qual é utilizado para grandes movimentos de mediação e de surgimentos de híbridos. O Facebook possibilita conversas, produção de conhecimentos das mais diversificadas naturezas, e até mesmo movimentos sociais de caráter revolucionário ou reformistas⁴.

4 O movimento revolucionário do Egito conhecido como Dias de Fúria ocorrido no início de 2011, foi organizado pela população com a ajuda da ferramenta Facebook.

Assim como as redes sociais, os blogs jogam seu papel fundamental em uma possível democratização do conhecimento. Com as ferramentas gerenciadoras de conteúdos da web é possível que uma pessoa sem conhecimentos técnicos de linguagens de programação faça um blog. Nos blogs são “postados” conteúdos das mais diversas naturezas, como fotos, textos, vídeos, etc, evidenciando assim a expansão híbrida na internet. Por outro lado, assim como o Facebook, essas ferramentas de gerenciamento de conteúdos foram produzidas através da técnica purificada.

No desfecho de sua argumentação Latour (2009) propõe uma nova constituição para nossa sociedade atual. Na verdade essa nova constituição seria uma emenda constitucional, pois devem ser mantidas muitas concepções modernas, pré-modernas, pós-modernas e anti-modernas.

Dos modernos, acredita que deveríamos manter tudo, com exceção da confiança exclusiva em sua constituição. Isso quer dizer que a produção de verdades do modernismo é eficiente, porém não única. Dos pré-modernos, acredita que deveríamos manter a noção de historicidade, a multiplicação dos não humanos e a capacidade de pensar os híbridos. Porém, não se trata de aderir a tudo dos pré-modernos, já que para o autor a inseparabilidade de natureza e cultura impossibilitava a experimentação em larga escala, pois as transformações da natureza deveriam estar de acordo com as transformações sociais. Dos pós-modernos, deveríamos manter a desconstrução, que uma vez não tendo ao que desconstruir, seria uma prática construtiva. Deveríamos manter também a reflexividade, que uma vez presente em todos os sujeitos se tornaria positiva. Bem como a recusa ao tempo homogêneo dos modernos, introduzindo agora a noção de tempo múltiplo. Dos anti-modernos, que considera reacionários de atitude defensiva, nada deveria ser mantido. Sem capacidade para inovação nem para conter o frenesi dos modernos, Latour (2009) vê nos anti-modernos nada mais que comparsas do mundo moderno.

Daí a última questão [...]: se deixamos de ser modernos, se não podemos mais separar o trabalho de proliferação e o trabalho de purificação, o que iremos nos tornar? Como desejar as Luzes sem a modernidade? A hipótese [...] é de que será preciso reduzir a marcha, curvar e regular a proliferação dos monstros através da representação oficial de sua existência. [...] Uma democracia estendida às coisas? (LATOUR, 2009, p. 17).

As questões acima colocadas parecem traduzir bem a preocupação com toda essa crítica. Se não somos modernos, se a modernidade não deu conta de sua própria criação (os híbridos), o que fazer então? A regulação da proliferação dos monstros me parece presente na

sociedade quando essa se aprimora dos bens produzidos. O empoderamento das tecnologias fornecem elementos suficientes para que novas organizações sociais se construam de modo bastante eficaz. Bem como a democratização das coisas, as produções de verdade tomam outras características, outros pesos e outras medidas quando se tornam acessíveis a todos, como uma democratização da produção do saber.

Quanto ao parlamento, designado por Latour (2009) como necessário à essas mudanças, parece-me inerente à constituição de uma sociedade de dominação, no velho entendimento de poder. Podemos interpretar que as pessoas responsáveis pela constituição desse parlamento seriam os líderes de nossa sociedade, mas isso seria atribuir apenas ao campo político a tarefa de dirigente de nosso destino. Poderíamos interpretar esses responsáveis como a sociedade científica, mas o erro de se atribuir a um grupo de pessoas o poder, continuaria a existir.

Nesse ponto, Foucault contribui fundamentalmente com suas análises sobre o poder:

Para Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder. No entender de Foucault, o poder é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. A ideia tradicional de um poder estático, que habita em um lugar determinado, de um poder piramidal, exercido de cima para baixo, em Foucault é transformada. Ele acredita no poder como um instrumento de dialogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido na nova versão, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder (MARINHO, 2007, p. 2).

A partir desse entendimento das relações de poder, acreditamos que o empoderamento do avanço tecnológico, como o das tecnologias de comunicação, contribui para que a mudança do paradigma moderno seja desconstituído já em nosso presente. A formação do parlamento já está se construindo, os conhecimentos e as verdades estão sendo produzidas e reconhecidas, a natureza está sendo transformada bem como a sociedade, e os híbridos se tornando humanos. Mas como tudo, isso também é capturado por um conjunto de relações de poder, e o questionamento que sempre temos a nos acompanhar é a quem tudo isso interessa.

1.5. A politização das tecnologias

Os avanços tecnológicos do século XX trouxeram à nossa sociedade novos paradigmas de existência e novas formas de organização. São inúmeras as literaturas referentes ao processo que a humanidade passou nas últimas décadas, sobretudo nos anos 80

com o avanço da tecnologia digital e nos anos 90 com o avanço das tecnologias genéticas e da vida, logo reforçadas pela democratização parcial da internet e a formação de uma chamada cibercultura. Cabe aqui ressaltar o conceito de cibercultura ao qual nos referimos, já que o termo causa certa confusão em seus significados.

A palavra cibernética se origina do grego *kybernetiké* e pode ser traduzido como “piloto”, ou “arte do piloto” (*téchne kybernetiké*). Em 1948 o matemático Norbert Wiener a redefine para conceituar uma nova ciência que visava à compreensão dos fenômenos naturais e artificiais através da análise dos processos de controle comunicação entre os seres vivos, os processos sociais e as máquinas. Em outras palavras, cibernética é o estudo dos autocontroles encontrados em sistemas estáveis, sejam eles sociais, biológicos, elétricos ou mecânicos. A informação como quantidade passa a ser considerada tão importante quanto a matéria ou a energia. Portanto cibercultura não é um conceito novo. Se trata de uma relação estabelecida entre a informação e a produção de conceitos e valores presentes em uma sociedade, em uma cultura, a qual pode tanto se transformar pelas informações transmitidas como modificar essas mesmas informações.

Considerando tal contexto na era da informação e seguindo as pistas de alguns autores, a discussão tecnológica se coloca como essencial para a dimensão política - discussão tecnológica essa que se caracteriza pelo entendimento do que é o conjunto de técnicas e procedimentos modernos de uso de ferramentas, em sua grande maioria digitais, e que no geral estão permeadas pelos processos de purificação. E dimensão política essa que se caracteriza pelo envolvimento entre todos os setores sociais, como partidos, movimentos, redes, grupos e organizações privadas e públicas, incluindo principalmente uma relação de poder entre elas estabelecida através de processos de mediação, e conseqüentemente produção de híbridos. Para tal, há a necessidade da politização completa do debate sobre tecnologia e sua relação com o capital e a ciência, aprofundando o discurso atrelado somente às políticas dos Estados ou das estratégias das empresas privadas (GARCIA DOS SANTOS, 2003).

Politizar as tecnologias engloba também, definir como a cibercultura desloca o entendimento da tecnologia digital, que passa de um aglomerado de ferramentas técnicas de uma área específica para o agrupamento de características de uma cultura ampla e diversificada. Nesse sentido Pierry Lèvy (2000) se mostra um otimista, quando acredita que a internet passa a ter um papel fundamental para a construção de novos meios de comunicação. Além disso, o conceito de inteligência coletiva nos traz uma ideia de poder de transformação

de toda uma organização social.

[...]é um dos principais motores da cibercultura. De fato, o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão, opõem-se à separação estanque entre as atividades, às compartimentalizações, à opacidade da organização social. Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem – o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes –, melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos, das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecno-social (LÈVY, 2000, p. 28).

Por outro lado, o avanço da internet e a cibercultura criam uma midiaticização universal e generalizada da informação. Para além disso, os avanços tecnológicos possibilitam o estar presente em vários lugares ao mesmo tempo, em tempo real, instantaneamente. É de certa forma a perda do “ser aqui e agora”. Essa perda acarreta em uma presença virtual delimitada por um tempo mundial. Doravante esse tempo único universal se transformou no tempo do próprio mundo, existindo assim uma desqualificação não só do tempo local, mas também do espaço local, em proveito do tempo mundial e do não-local (VIRILIO, 1998).

O otimismo de Lèvy (2000) juntamente com o pessimismo de Virilio (1998) nos traz reflexões importantes quando pensamos na politização dessas tecnologias. Nesse aspecto político voltamos aqui, após todas as reflexões anteriores, à utilização de um conceito fundamental para o debate da politização da cibercultura: a cultura digital, em um novo aspecto, o da Ação Cultura Digital.

A Ação Cultura Digital surge dentro do Programa Cultura Viva e Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, e tem como proposta facilitar a apropriação de ferramentas multimídia em Software Livre e Open Source para documentação de manifestações culturais locais, produção de sua própria mídia e construção da autonomia por meio da conexão entre o local e o global. Citando o então Ministro Gilberto Gil (2004),

Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte...⁵

A posição do então Ministro em relação à cultura digital nos sugere o quanto tal tema influenciou a concepção da Ação Cultura Viva, o que verificaremos mais profundamente em

5 Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/sobre-2/>. Acesso em: 17 mar. 2011.

capítulos posteriores. Em relação à como essa articulação entre Cultura Digital e os Pontos de Cultura se daria na prática, Gil descreve:

...A Ação Cultura Digital, desenvolve um papel estratégico, que é de fomentar a produção colaborativa entre os Pontos de Cultura, com o objetivo de formação de redes. Além de inserir, muitas vezes, uma nova forma de linguagem e apropriação de sentidos. A experimentação social dessas novas redes tem estimulado, por sua vez, outras ações efetivas de apropriação, autonomia, auto-gestão e protagonismo.⁶

A discussão da politização da cibercultura nos parece conceitualmente inerente à Ação Cultura Viva, sobretudo quando entendemos a Cultura Digital como princípio fundamental do Programa Pontos de Cultura. Pela própria definição da rede atuante no cenário cultural brasileiro, os Pontos de Cultura podem ter se tornado hoje um movimento social. Inicialmente pautado por uma iniciativa de governo, investigaremos como tal possível movimento pode adquirir paulatinamente autonomia com relação a este de forma a se configurar como uma política pública e não de Governo⁷.

Célio Turino (2009), um dos idealizadores do Programa Cultura Viva e secretário de Cidadania Cultural na época da implantação do Programa, descreve em seu livro *O Brasil de Baixo para Cima* experiências pessoais com os vários Pontos de Cultura com os quais ele teve contato durante sua permanência como gestor público. Para Turino, o movimento Cultura Digital se demonstra como:

[...] grande número de hackers e redes sociais de software livre. Para eles, o digital é percebido enquanto cultura e não tecnologia, incorporando valores e comportamentos decorrentes do uso do código fonte aberto, com trabalho colaborativo e conhecimentos livres. [...] a Cultura Digital precipita a humanidade numa nova era, com mudança de paradigmas, representando um rito de passagem da era econômica pra uma era cultural (TURINO, 2009, p. 90).

Todo esse novo cenário cultural brasileiro esboçado pelos gestores públicos entusiastas do Programa Cultura Viva, que segundo eles pode transgredir as políticas do Estado a um movimento social, com o debate entorno de uma Cultura Digital sendo extremamente importante para o processo, sugere uma possibilidade de politização das tecnologias, avançando para além do debate anterior.

No entanto, nos parece primordial uma reflexão sobre as tensões existentes entre

6 Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/sobre-2/>. Acesso em: 17 mar. 2011.

7 A ideia de políticas públicas aqui presente é a existentes em governos que se dizem democráticos, no qual setores representativos da sociedade contribuem e deliberam sobre a formulação de leis e projetos políticos executáveis. De certa forma são políticas de Estado, porém diferente da política pública criada apenas pelo Estado. De qualquer modo, a diferenciação dessas políticas públicas para políticas de Governo são claras, já que as políticas públicas permanecem após qualquer mudança de governo, o que não acontece necessariamente com as políticas de governo.

tecnologia e cultura. No século XVIII as relações sociais se construíam a partir das questões econômicas, com um campo muito bem definido: a fábrica. Atualmente, o regimento social coloca como centralidade os modos de vida, e não mais a economia. Para Foucault (1988), Biopoder foi o termo criado para se referir à prática dos estados modernos e sua regulação dos que a ele estão sujeitos por meio do uso de técnicas e ferramentas específicas. Em “Nascimento da biopolítica” - curso dado no Collège de France nos anos de 1978 e 1979 – Foucault define Biopoder como “uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações”. Antoun e Malini (2010) nos proporciona interessante reflexão quando o meio correspondente é a internet:

A existência de um biopoder midiático na internet, que controla a vida e se apropria da riqueza produzida em comum nas redes mais avançadas de computação em nuvem, não significa entoar um refrão apocalíptico que expresse somente a subsunção da vida no capital. Isso porque o trabalho imaterial da multidão não se esgota numa relação de comando ao biopoder. Todo processo de dominação encontra um limite, que pode se transformar em resistência. Nesse sentido, partir da noção de biopolítica reinventada por Antonio Negri, a partir do termo foucaultiano e aprimorada por outros autores negrianos (Cocco, Hardt, Antoun, Lazaratto, Pelbart, Bifo, Marazzi, Moulier-Boutang, Bentes, Szanieck,), a biopolítica é a potência da vida governar-se, os “espaços nos quais se desenvolvem lutas, relações e produções de poder”; e o biopoder, um poder contra a autonomia da vida, procurando fazê-la submeter-se a centros transcendentais de governo (ANTOUN; MALINI, 2010, p. 5).

É evidente a necessidade de tratar aspectos culturais como centrais nas sociologias contemporâneas, como denota Pierre Bourdieu (1998) ao propor um novo conceito de “capital cultural”, considerando aspectos culturais e sociais tão importantes quanto os econômicos. Podemos estabelecer uma noção de tecnologia e cultura quando nos referimos aos modos de vida de grupos humanos e não-humanos (híbridos), à produção constante de significados sobre o mundo e às atividades condizentes ao campo das artes e das manifestações culturais, que levam à construção de métodos, técnicas, materiais e processos para resolver problemas, produzir significados, criar modos de vida, inventar formas de se expressar em múltiplas linguagens, de acordo com os interesses da produção de saberes, seus sujeitos (que podem ser pesquisadores, profissionais, artistas, trabalhadores ou qualquer pessoa comum) seja como atores, idealizadores, financiadores ou envolvidos em todos esses aspectos simultaneamente. Dessa forma, alguns aspectos se tornam interessantes quando pensamos nas tensões estabelecidas entre tecnologia digital e cultura.

Um primeiro aspecto se refere aos impactos que as relações entre tecnologia digital e cultura produzem sobre os modos dos sujeitos expressarem o que acontece em suas vidas e de

tudo o que passa no entorno deles. Ao mesmo tempo, contempla também os impactos que estas relações produzem sobre os modos como os sujeitos configuram suas existências. Os modos de compreender a vida e o mundo estão diretamente relacionados com os modos de existência construídos pelos sujeitos, havendo assim a necessidade de considerar o funcionamento do poder incidindo sobre as subjetividades no meio urbano contemporâneo.

Um segundo aspecto se refere à natureza da tecnologia e suas relações com a cultura. Com os avanços da tecnologia e a popularização dos meios digitais como internet, celulares, rede de telecomunicações, etc, é de extrema importância o entendimento de como o digital, tanto as tecnologias como as aparelhagens, tornou-se parte de nossa cultura. É fácil observarmos como os celulares, por exemplo, são hoje instrumentos de total necessidade para nossa vida cotidiana, não só pela comunicação que é seu maior intuito, mas também porque a maioria possui máquinas fotográficas, câmeras de filmagens, agenda, despertador, relógios e muitas outras funções, sendo considerados assim como “telefones espertos” (*smartphones*). Toda essa interatividade tecnológica acoplada ao acesso à rede mundial de computadores criou várias outras formas de se adquirir e transmitir conhecimento, permitindo assim uma expressão de vida, arte, cotidiano e movimentos, e o mais interessante, permite que uma pessoa como indivíduo consiga transmitir para grandes redes e grandes grupos de pessoas um pouco do que se passa em sua vida, um pouco do que pensa. Assim, a cultura digital joga seu papel decisivo quanto à possibilidade de se tornar um catalisador do movimento social. Inicialmente ainda pouco popular, mas gradativamente abrindo-se a uma maior democratização.

Um terceiro aspecto interessante desse embate entre tecnologia e cultura, é a análise e o diagnóstico de uma mutação no modo de produção do conhecimento. Extrapolando os moldes científicos e acadêmicos, o conhecimento produzido pela Cibercultura como movimento social é também gestado nas relações populares, o que nos enfatiza o problema moderno da produção dos híbridos. Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1999), esses conhecimentos se definem conforme a cultura inserida aos povos e tradições, bem como a definição do que é o popular. O desenvolvimento compreendido nessas percepções é de como todas essas possibilidades influenciam nos processos de subjetivação de modo a imbricar de forma mais intensa a relação indivíduo e coletividade na qual se encontra. Formação e subjetivação essas que permitem o contato, a troca e o aprendizado de conhecimentos que fogem dos moldes atuais do modelo econômico capitalista ocidental.

Nesse ponto, a obra de Foucault (1987) - mais especificamente em sua metodologia genealógica - nos demonstra como as relações de poder constituem uma realidade, e se tornam extremamente importantes para tentarmos entender como essas são construídas na cibercultura, trazendo desse modo a possibilidade de se existirem novos meios de organização social e econômica. Através do tratamento desses novos moldes e modelos econômicos como jogos de poder e verdade que invisibilizam e visibilizam certas questões - mas isso sempre de um certo ponto de vista - no qual se olha para um dado evento ou uma série de eventos, é que se torna possível verificar se esses novos modos de organização são realmente possíveis através da cibercultura.

Por fim, um quarto aspecto se refere à clara relação entre educação e tecnologia digital. No contexto sociotécnico atual, as crianças aprendem a organizar raciocínios não mais lineares, aprendem com os hipertextos. Evitam acompanhar argumentos lineares que impossibilitam suas intervenções. Isso tudo propõe desafios pedagógicos de ensino, onde no lugar de salas de aulas teremos arenas presenciais ou *on-lines*, baseadas em iniciativas capazes de garantir a comunicação efetiva (SILVA, 2010).

Por fim, entendemos a importância que as tecnologias digitais têm em nossa contemporaneidade:

O ciberespaço é um ambiente complexo, e a cultura política cresce nesse caldo efervescente, gerando novos processos e produtos. A nova potência da emissão, da conexão e da reconfiguração, os três princípios maiores da cibercultura, estão fazendo com que possamos pensar de maneira mais colaborativa, plural e aberta. Sempre que podemos emitir livremente e nos conectar a outros, cria-se uma potência política, social e cultural. [...] Devemos, ainda mais em países como o Brasil, aproveitar a potência que essas tecnologias nos oferecem para produzir conteúdo próprio, para compartilhar informação, enriquecendo a cultura e modificando o fazer político (LÉVY; LEMOS, 2010, p. 27).

Porém, deixamos clara nossa preocupação em não demonstrar que a cultura tecnológica é somente baseada nesses preceitos, mas sim formada também por eles. É nesse contexto que refletimos como outros mais antigos meios de comunicação ainda influenciam os costumes, como é o caso da televisão, ainda muito mais vista pela população do que os acessos à internet. Por outro lado, a própria televisão encontra meios de se apropriar das tecnologias digitais para manter sua forte influência, inclusive nas formações de opiniões e direcionamentos da sociedade. A televisão digital proporciona uma grande interatividade com seus usuários, e as grandes companhias, como a Rede Globo, possuem enormes portais na internet, em uma tentativa de monopolização do acesso à rede.

Antoun e Malini (2010) nos fornecem importantes elementos para refletirmos sobre essas “liberdades” existentes nos meios de comunicações, introduzindo o conceito de biopoder à essas reflexões. Biopoder surge entre várias relações de poder que se inventam durante a história, como um termo para se definir as várias ferramentas políticas criadas para se dominar não só os corpos mas também a vida como um todo. Surge como demonstrativo de aumento de liberdade, porém com um preço a ser pago: o aumento do controle sobre a vida. “Na lógica do biopoder, já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu meio ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos” (ANTOUN; MALINI, 2010, p. 3).

Porém, todo processo de dominação encontra um limite, e esse pode se tornar resistência. Em toda relação de poder existe esse limite, inclusive na relação de dominação da vida. A biopolítica reinventada por Negri nos dá a noção de uma insurgência da vida, é potência e possibilidade da vida governar-se, que surge dentro de uma relação de dominação.

Esses conceitos podem muito bem ser analisados na internet quando a entendemos como um campo social, no qual a liberdade está também em disputa. Nesse ponto, liberdade pode ser interpretada segundo aceção spinosista, que define o homem livre como aquele que vive em sociedade, seguindo regras e leis, e não na solidão e no isolamento, seguindo apenas a si mesmo. Antoun e Malini (2010) complementam essa concepção:

Na verdade, quando dizemos “liberdade” entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos.[..]A liberdade, de longe, não se esgota no sentido liberal do “direito de ter propriedade” (de ideias, de mercado, de terras etc), nem mesmo no sentido hobbesiano de “ter força para suplantar o outro”. Hoje o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo. (ANTOUN; MALINI, 2010, p. 2).

Considerando esse conceito, as liberdades existentes na rede mundial de computadores podem ser analisadas a partir do ponto de vista de uma busca emancipatória da organização da vida e dos processos de subjetivação de cada um dos indivíduos que compõem a internet e usufruem dela.

Em um primeiro plano, há uma liberdade analisada do ponto de vista existente através de dois movimentos: o primeiro deles parece ser o grande entrave entre todos os meios de comunicação, que é o da oferta de informação. Assim como a televisão, a internet é um meio midiático, no qual grandes servidores fornecem conteúdos a usuários que escolhem o que

comprar, dando a impressão de uma liberdade de escolha. Escolha essa porém limitada ao que é oferecido. O segundo movimento advém com o avanço tecnológico, como por exemplo a internet 2.0, que muda a configuração dessa oferta anterior, porém é também capturada pelo mercado. Nessa configuração, os usuários podem não só escolher o que querem ver, mas também criar conteúdos. A produção de conteúdos pessoais na internet acabaram se transformando em grandes jogadas empresariais, que atraem públicos assim como o Big Brother. A liberdade nesse sentido se dá através da captura mercadológica dessas produções, que acabam sendo produções de modos de vida, de opiniões, de práticas cotidianas, de discursos e de processos de aprendizagens (ANTOUN; MALINI, 2010). Daí a relação clara com o biopoder. É importante deixar claro que os dois movimentos são bem presentes na internet hoje.

Apesar de se mostrar com um tom apocalíptico, tal liberdade existente na internet não esgota de forma alguma suas possibilidades. Toda a rede de controle e dominação que se excede por essa, possibilita também uma outra atuação dos usuários, através de outras redes cooperativas, que criam novos valores de uso, de troca e de inclusão. Existe aí então uma biopolítica em ação, o que possibilita uma outra análise sobre a liberdade da rede.

É assim que entendemos que a apropriação, entendimento e utilização da Cultura Digital pelos movimentos sociais deve ser estudada de forma significativa devido a grande expressividade que as novas tecnologias vêm adquirindo no modo de fazer política e de construir essas novas maneiras de organização social. Nesse sentido, os Pontos de Cultura se tornam um bom objeto de estudo devido a grande inserção ideológica e prática na Cultura Digital.

Nesse viés, analisaremos a construção e organização dos Pontos de Cultura de forma genealógica, a fim de se encontrar processos nos quais a utilização dessas tecnologias comprovam ou não as novas maneiras de se fazer política. É possível também nessa genealogia a identificação de pontos negativos quanto a utilização dos meios digitais, e como o movimento (ou possível movimento) lida com as problemáticas e benfeitorias que tal inserção provoca.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA CULTURA VIVA E OS PONTOS DE CULTURA

Quando falamos em Programa Cultura Viva, estamos falando de uma política pública concebida pelo Ministério da Cultura em 2004, e que abrange muitos conceitos teóricos advindos de experiências práticas da sociedade brasileira. Isso quer dizer que a concepção desse programa não se deu de um dia para o outro, mas sim através de todo um processo social, e claro, cultural, que os gestores do MinC, comandados pelo então ministro Gilberto Gil, compartilhavam. Mas antes de falarmos da política pública, é importante contextualizarmos a ideia de uma cultura viva. Pelo termo, temos dois conceitos a serem desenvolvidos: cultura e vida.

2.1. O conceito

A cultura aqui entendida reporta-se à descrição clássica de autores da antropologia, que a entendem como um sistema de símbolos construídos, “não é um poder, algo a quem pode ser atribuída a causa de eventos sociais, comportamentos, instituições ou processos: é um contexto, algo dentro do que os símbolos podem ser inteligivelmente – ou densamente – descritos” (GEERTZ, 1973, p. 14). Para além dessa definição, a cultura se remete a um contexto de uma forma dinâmica, produzindo e destruindo esses símbolos, o que converge no sentido de seu antepassado etimológico que correspondia ao cultivo. Assim, esse cultivo dinâmico da produção dos símbolos é que determinam as crenças, os valores, o conhecimento, a moral, a lei, os costumes, e sobretudo, a arte, definindo assim “o conhecimento já adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamentos” (SPRADLEY, 1979, p. 5).

Se tais cultivos geram comportamentos, geram vida. A vida da cultura viva remete às potencialidades criadas através das experiências, sobretudo das experiências coletivas. Em outros termos, trata-se de uma referência ao pensamento do filósofo Espinosa, a partir do conceito de afecção que também contribuiu no desenvolvimento da ideia. Na teoria dos

afectos deste pensador os corpos são modificados pelo efeito recebido do encontro com outros corpos, e esses acabam se misturando e constituindo novos corpos. A possibilidade dessa ocorrência é que cria as potências de vida. Em uma cultura viva, isso é entendido como o trabalho em rede: “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação, e criação cultural” (TURINO, 2009, p. 85).

Todo esse cultivo dinâmico de produção da vida é que engloba a ideia de uma cultura viva, e o entendimento desse conceito se mostrou muito enriquecedor para a sociedade brasileira, ainda mais quando se trata de políticas públicas. Veremos no subcapítulo a seguir como tais conceitos foram concebidos na política pública implementada pelo MinC.

2.2. A política pública

Podemos definir política pública como um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado ou governo, seja ele na escala federal, estadual ou municipal. Entretanto, entendemos que o contexto no qual essa pesquisa está inserida se enquadra em um cenário político democrático, o que sugere que setores representativos da sociedade podem e devem contribuir e deliberar sobre a formulação de leis e projetos políticos executáveis. Dessa forma, a política pública aqui tratada é desencadeada pelo Estado ou governo, porém não é pensada apenas pelos gestores públicos. É a partir desse pensamento que o Programa Cultura Viva toma corpo e forma, considerando a cultura não mais como produto, e sim como processo.

O trecho abaixo elucida um cenário cultural encontrado no Brasil no início do século XXI:

No fundo a questão da escassez aparece outra vez como central. Os de baixo não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da moderna cultura de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura, e paralelamente, cria uma economia territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura de vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade (SANTOS, 2000, p. 144).

Assim surge o Programa Cultura Viva, que tenta responder de forma orgânica e em rede a necessidade que o Brasil encontrava (e ainda encontra) de criar soluções para seus problemas e falácias geradas pela regulação desse mercado globalizado.

O Programa Cultura Viva foi criado em 2004 pelo Ministério da Cultura na gestão de

Gilberto Gil, e conta como principal protagonista o então Secretário de Cidadania Cultural Célio Turino. O efeito desejado com a criação do Programa é o “envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, criando uma mágica motivadora na qual os cidadãos sentem-se, cada vez mais, estimulados a criar e participar. O programa incentiva o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo”⁸.

Inicialmente, o Programa Cultura Viva era constituído por cinco ações: Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva, Griôs – Mestres dos saberes, e a mais importante delas, o Ponto de Cultura.

Os Pontos de Cultura se constituíram como principal articulador e difusor do conceito de cultura viva. Seguindo a concepção teórica descrita acima, o fazer político das camadas populares necessitava, antes de tudo, de um descobrimento do fazer cultural brasileiro. Antes, o que se conhecia sobre a produção cultural e artística brasileira eram os grandes espetáculos financiados pelas leis de isenção fiscal, como a Lei Rouanet. Esse descobrimento se deu (e continua se dando) através dos Pontos de Cultura, que nada mais são do que grupos culturais e artísticos, pequenos ou grandes, que atuam em suas comunidades, e que são reconhecidos por essas. Esses grupos recebem do governo uma verba, com o objetivo de potencializar suas atividades já desenvolvidas, e essa potencialização significa também o fazer cultural coletivo e em rede.

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo.⁹

A ideia que representa toda essa nova concepção de cultura é muito bem representada pelo próprio nome: Ponto de Cultura. Servindo-se de conceitos da medicina tradicional chinesa, a técnica de massagem Do-in utiliza pontos de energia do corpo para desbloquear e equilibrar os fluxos de energia. Desse modo, a cultura brasileira enquanto um organismo vivo também possui seus pontos de energia. Segundo Gilberto Gil:

8

9 Trechos retirados da 3ª Edição do documento Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária - Cultura Viva, publicado pelo Ministério da Cultura em 2008. Disponível em: http://www.google.com/search?client=ubuntu&channel=fs&q=www.cultura.gov.br%2Fculturaviva%2F...%2FCat%C3%A1logo_-Cultura_-Viva-2005.p...&ie=utf-8&oe=utf-8. Acessado em: 25 jun. 2012.

[...]o Ponto de Cultura será “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País [...]”; “será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço de disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção .¹⁰

Pelas concepções iniciais do programa estatal, outras quatro ações surgiram para serem articuladas pelos Pontos de Cultura. A partir de nossos estudos sobre o Programa (leituras de documentos e livros) e de nossas experiências práticas (participação de eventos, encontros e conversas com participantes de Pontos de Cultura), pudemos observar e descrever as quatro ações iniciais:

Agente Cultura Viva – visa o fomento da formação de jovens para uma profissionalização em atividades culturais. Trabalha com conceitos de educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. Objetiva também a geração de renda das comunidades através da conscientização de novas formas de organização econômica, como a economia solidária.

Cultura Digital – conceito fundamental para o funcionamento do corpo orgânico da cultura. Os Pontos de Cultura constituem uma rede também através de ferramentas digitais, e com elas conseguem gravar suas músicas, fazer seus vídeos, compartilhar seus trabalhos, desenvolver novas experiências. Outro fator importante é a utilização de software livre, que assume uma dimensão estratégica nesse contexto, não só pelo baixo custo de aquisição, o que já justificaria seu uso, mas também pelo conceito envolvido: operar em software livre significa livre produção intelectual e cultural, significa possíveis gerações de renda e desenvolvimento tecnológico local, e significa o fazer colaborativo.

Escola Viva – o objetivo principal dessa ação é fazer a relação entre a educação formal da escola e a educação informal dos Pontos de Cultura, fazendo com que se rompa a distinção entre a educação e a cultura, entre sentimento e pensamento, e entre emoção e conhecimento. Na prática pode ser fomentada de duas maneiras: somar à rede de Pontos de Cultura os projetos inovadores já presentes em algumas escolas, ou transformando um Ponto de Cultura em uma escola de cultura brasileira.

Griôs – Mestres dos saberes – entende-se por griô aquela pessoa que possui um amplo conhecimento através de sua vivência, conhecimento esse transmitido através da comunicação oral. Desse modo, um griô possui um papel fundamental na formação cultural de uma

10 Discurso de posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil, em 2003.

comunidade afro-brasileira. Essa ação foi incluída pela necessidade de relacionar os fazeres dos Pontos de Cultura com a integração dialética entre tradição, memória e ruptura. Tradição como ponto de partida, memória como reinterpretação do passado, e ruptura como novas criações de se fazer o futuro.

O Programa Cultura Viva tenta desenvolver em sua concepção um novo fazer político. Historicamente, a lógica de uma política pública brasileira sempre trabalhou com a falta. O governo tutelar fornece aos seus contribuintes o que lhes falta. No campo da saúde, são fornecidos remédios, atendimento médico e hospitalar, etc. No campo da educação são oferecidos livros, escolas, professores, conhecimento. No campo do esporte são oferecidos materiais esportivos, programas de inclusão ao esporte, inicialização ao esporte. Essa nova proposta de se fazer política considera que a cultura deve ser olhada não pelo que lhe falta, mas sim pela sua potencialidade. Quem faz cultura não é o Estado, e sim a população, que também as consome. Verificaremos se esse pensamento possibilita a criação de efetivos mecanismos de participação popular, pois não há como se fazer essa política pública sem a participação da população interessada, visando a gestão compartilhada, o empoderamento social e político e a autonomia e protagonismo sociocultural dos Pontos de Cultura.

2.3. O programa hoje

Adequações e adaptações ocorreram no Programa Cultura Viva, sobretudo pela mudança de governo em 2010. O MinC propõe um redesenho do Programa, com a intenção de se ajustar toda a efervescência criada pelos Pontos de Cultura com a burocracia exigida por uma gestão compartilhada. De toda forma, as concepções iniciais apresentadas acima não se modificam.

Além disso, “em 2012 o programa passou por modificações devido à alteração do PPA de 2012/2015. O Plano Plurianual – PPA está previsto na Constituição Federal e é responsável por estabelecer os projetos e programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública. Entre outros objetivos, a reestruturação do PPA visa a resgatar a função de planejamento, permitir a reorganização gradual do orçamento e incentivar o trabalho intersetorial entre os Ministérios. Com a alteração da nova estrutura do Plano Plurianual, o programa Cultura Viva transformou-se em uma iniciativa inserida no Programa

Temático 'Cultura: Preservação, Promoção e Acesso', criado para contemplar todas as iniciativas e ações de cultura do Governo Federal, sob a responsabilidade do MinC. Para enfatizar o crescimento e a continuidade das ações do programa, a iniciativa foi batizada com o mesmo nome, Cultura Viva".¹¹

No decorrer dos anos, outras ações importantes foram contempladas pelo Programa, como a Economia Criativa, Interações Estéticas, Cultura e Saúde e os Pontões de Cultura. Essas adaptações feitas por meio da inserção de novas ações ao Programa se mostram importantes quando observamos o empoderamento dos Pontos de Cultura ao conceito de cultura viva, e que extrapola as ações culturais para outras áreas. Além disso, a rede formada se mostrou muito eficaz, fornecendo outras possibilidades de vivências como foi o caso da ação Interações Estéticas e dos Pontões de Cultura.

O principal fato ocorrido atualmente sobre o Programa Cultura Viva é a intenção, tanto do governo quanto da sociedade civil, de transformá-lo em uma política pública de Estado, e não apenas de governo. Para isso, em março de 2011 foi apresentado aos poderes legislativos nacionais o projeto de lei PL 757/2011, de autoria da Deputada Federal do Pcdob/RJ Jandira Feghali¹², e que ainda se encontra em tramitação. Segundo o site do MinC, "o projeto de Lei (PL) nº 757/2011, que institucionaliza o programa Cultura Viva, foi aprovado no dia 27 de junho de 2012 pela comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. De acordo com o texto, o programa desenvolvido pelo MinC desde 2005 passa a ser uma política de Estado. A fixação do programa, por meio da lei, cria a Política Nacional de Cultura Viva e atende ao que estabelece a Constituição Federal (art.215) no que diz respeito aos direitos culturais."¹³

2.4. Alguns dados quantitativos

Uma das principais propostas do Programa Cultura Viva é desesconder o fazer cultural popular do Brasil, e com isso renovar o pensamento da importância da cultura no desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Alguns dados quantitativos nos

11 Trecho retirado do site do Ministério da Cultura. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/secretaria/scdc-em-numeros/>. Acessado em: 26 jun. 2012.

12 Mais informações sobre o Projeto de Lei em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=495171>. Acessado em: 26 jun. 2012.

13 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/plculturaviva/>. Acessado em: 26 jun. 2012.

ajudam a iniciar uma observação em relação à efetividade da proposta. Segundo o IPEA, em dados apresentados em 2010, existiam cerca 2,5 mil Pontos de Cultura espalhados por todo o Brasil (por dados apresentados pelo MinC, em 2012 existem exatamente 3846 Pontos e Pontões de Cultura). Estimou-se que se reúnem ao redor dos Pontos de Cultura cerca de 25 mil militantes da cultura de variadas matizes e segmentos, circulando regularmente 750 mil e esporadicamente 5,2 milhões de cidadãos. Seguindo a pesquisa do IPEA, o Programa Cultura Viva contribui para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local, e também ajuda a contornar o problema de isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico culturais disponíveis em outros meios. As tabelas abaixo mostram os detalhes da distribuição de atividades dos mais de 2,5 mil Pontos de Cultura existentes em 2010:

Tabela 1: Os espaços presentes nos Pontos de Cultura

Os espaços presentes nos pontos de cultura:	
Salas de aula	85,00%
Salas de projeção	70,00%
Laboratórios de informática	69,00%
Biblioteca	68,00%
Salas de exposição	65,00%
Auditório	54,00%
Ateliês	44,00%
Palcos/tablados	41,00%
Teatro/arena	34,00%
Estúdio Musica	32,00%
Quadra de esportes	24,00%
Discotecas	22,00%
Brinquedoteca	15,00%
Laboratório Fotografia	11,00%

Fonte: IPEA/2010

Tabela 2: Atividades desenvolvidas nos Pontos de Cultura

Atividades Desenvolvidas nos Pontos de Cultura	
Musica	68,00%
Manifestações populares	61,00%
Audiovisual	58,00%
Teatro	54,00%
Literatura	52,00%
Artesanato	48,00%
Dança	45,00%
Artes Plásticas	44,00%
Fotografia	41,00%
Cineclube	37,00%
Artes Gráficas	31,00%
Grafite	24,00%
Cinema	21,00%
Circo	14,00%
Arquitetura	5,00%

Fonte: IPEA/2010

A figura abaixo mostra a distribuição atual dos 3846 Pontos de Cultura existentes hoje no Brasil:



Figura 1: Distribuição dos Pontos e Pontões de Cultura pelo Brasil –
Fonte: MinC

Abaixo temos a demonstração da evolução dos gastos do Governo Federal com o Programa Cultura Viva através dos pagamentos (Orçamento e Restos a Pagar), de 2004 a 2011:

Ano	Pago (do Orçamento Anual)	RP Pago	Total Pago
2004	1.324.192,06	-	1.324.192,06
2005	28.923.190,37	1.291.997,35	30.215.187,72
2006	16.897.585,22	19.658.213,27	36.555.798,49
2007	12.015.080,10	12.606.625,30	24.621.705,40
2008	23.983.903,11	97.264.726,06	121.248.629,17
2009	36.002.160,46	75.099.851,89	111.102.012,35
2010	14.436.324,60	36.633.984,54	51.070.309,14
2011	12.247.842,72	57.807.470,83	70.055.313,55
Totais	145.830.278,64	300.362.869,24	446.193.147,88

Figura 2: Evolução dos gastos do Governo com o Programa Cultura Viva – Fonte: MinC

2.5. Os Pontos de Cultura e a Cultura Digital

A dedicação de um subcapítulo a esse tema se deve à importância que a cultura digital, em seus conceitos descritos no capítulo anterior, designou para a concepção do Programa Cultura Viva e para os Pontos de Cultura. O entendimento dos processos que culminaram nessa interessante relação passa necessariamente por um período histórico da gestão do MinC na qual o cantor e compositor Gilberto Gil foi o chefe da pasta. Desse modo, é de extrema relevância as experimentações de Gil para todo esse acontecimento. Iniciaremos aqui um pequeno percurso histórico, começando pelo ano de 1997, quando Gil já demonstrava seu interesse sobre o assunto lançando em seu álbum “Quanta” a faixa “Pela Internet”:

Criar meu web site
 Fazer minha home-page
 Com quantos gigabytes
 Se faz uma jangada
 Um barco que veleje
 Que veleje nesse informar
 Que aproveite a vazante da infomaré
 Que leve um oriki do meu velho orixá
 Ao porto de um disquete de um micro em Taipé (Gil, 1997).

As relações do avanço tecnológico digital com a cultura popular percebida por Gil ficam claras nessa passagem de sua composição, e é essa percepção que o artista leva para o

MinC em sua gestão.

Em 2002, Hermano Vianna - antropólogo estudioso musical, com forte inserção de seus estudos à chamada cultura de periferia - se envolvia cada vez mais com a temática das novas tecnologias digitais. Hermano estreitou seus laços com Gilberto Gil na produção do documentário *Novos (Doces) Bárbaros*, o qual registra ensaios, bastidores e melhores momentos dos shows do reencontro dos Doces bárbaros, grupo formado por Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa – quatro artistas expoentes do movimento que, nos anos 60 e 70, ficou conhecido como Tropicália. Hermano e Gil iniciavam nessa época um debate sobre a possibilidade de se implementar estúdios digitais de produção musical em projetos sociais, a fim de se estabelecer uma aproximação dos jovens de periferia com as tecnologias que começavam a ser experimentadas pelos jovens de classe média. Pouco tempo depois, Gil recebe o convite para ser Ministro da Cultura, e vê nessa oportunidade a possibilidade de se realizarem esses projetos em todo o Brasil, como política pública.

Essa primeira experiência que o Brasil poderia vir a ter nas políticas públicas se fortalecia com o cenário cultural da época, principalmente o musical ao qual Gil sempre esteve tão inserido. A polêmica do compartilhamento de músicas pela internet, protagonizada até então pelo programa Napster, acompanhava o aumento do acesso à rede mundial de computadores, consequência da popularização dos computadores pessoais, bem como das câmeras digitais, dos telefones celulares que cada vez mais implementavam funções de envio de mensagens de texto e imagens, correio eletrônico, comunidades virtuais, edição e montagem de vídeos e fotos, e várias outras tecnologias que modificavam as práticas de comunicação e de sociabilidade.

Já no Ministério, Gil pôde efetuar suas ideias de maneira mais prodigiosa. Juntamente com sua equipe, em especial o secretário de cidadania cultura Célio Turino, criou o Programa Cultura Viva, meio pelo qual o governo pretendia pôr em prática o Do-In antropológico. A forte influência da cultura digital em relação a essa filosofia é descrita pelas palavras do então ministro:

Atuar em cultura digital concretiza essa filosofia, que abre espaço para redefinir a forma e o conteúdo das políticas culturais, e transforma o Ministério da Cultura em Ministério da Liberdade, Ministério da Criatividade, Ministério da Ousadia, Ministério da Contemporaneidade. Ministério, enfim, da Cultura digital e das Indústrias Criativas.¹⁴

14 Discurso de posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil, em 2003.

Através dos Pontos de Cultura, o Ministério levou para cada grupo cultural um kit multimídia, o que de fato possibilitou o contato das pessoas de periferia, participantes dos projetos contemplados, com as novas tecnologias digitais.

A forte influência da cultura digital nas concepções do programa de governo do MinC se fortaleceram com o decorrer dos anos, enquanto o ministro Gil se mostrava aberto às aceções dos movimentos articulados entorno dessas temáticas. Nesse sentido, dois movimentos ganham destaque: o movimento do Software Livre e o movimento da Cultura Livre. Este último busca, entre tantas outras bandeiras, a reformulação da lei de direitos autorais e até mesmo a quebra destes. Nesse momento se cria no Brasil um consenso da importância que o MinC adquire em relação às políticas nacionais. A forte adoção à Cultura Digital denota que as preocupações em relacionar os avanços tecnológicos com as culturas populares, e sobretudo à condição de desenvolvimento humano, eram essenciais para um novo fazer político. Para muitos estudiosos, o MinC nunca havia sido tão importante para o Brasil como tinha se tornado nesse momento, elevando o Software Livre e a Cultura Livre a temas transversais às ações do governo como um todo.

Em 2004, a revista americana *Wired*¹⁵ publicou uma matéria de capa enfatizando a experiência do Brasil em relação à cultura digital. Em relação a isso, a pesquisadora Eliane Sarmiento Costa nos afirma:

A escolha do Brasil para a matéria de capa da *Wired* dava a dimensão que o país tinha conquistado no debate internacional sobre a questão digital. Desde 2003, alguns dos maiores pesquisadores e ativistas do mundo digital, como Lessig, Barlow e Barbrook, bem como o jornalista americano Julian Dibbell, autor da matéria, tinham estado mais de uma vez no Brasil, para observar a explosão do uso de equipamentos digitais, da internet e das redes sociais no país, um fenômeno que persiste até os dias atuais. Estes acompanhavam, especialmente, o protagonismo do Estado brasileiro, tanto no que se referia à gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, quanto à recomendação de ampla adoção do software livre pelo Governo Federal, capitaneada por Sérgio Amadeu¹⁶, passando pelo lançamento da versão brasileira da licença Creative Commons (COSTA, 2011, p. 168).

15 A revista *Wired* é referência na comunidade tecnófila. A reportagem citada está disponível em: http://www.wired.com/wired/archive/12.11/linux.html?pg=4&topic=linux&topic_set=%29. Acessado em: 22 fev. 2013.

16 Sérgio Amadeu é doutor em Ciências Políticas, e em 2004 ocupava a presidência do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, cargo que deixou em setembro de 2005, quando solicitou seu afastamento em função de desentendimentos com outras frentes do primeiro escalão do governo sobre os prazos de implantação do software livre em todo o primeiro escalão. Sérgio Amadeu participou também da criação do Comitê de Implementação de Software Livre (CISL), uma iniciativa para incentivo ao uso do software público.

A forte adesão do MinC à Cultura Digital trouxe alguns desafios internos, como mudanças estruturais da gestão. Uma delas foi a migração do site do MinC para a plataforma *WordPress*, uma linguagem aberta. Além da migração de sua plataforma, as produções intelectuais do Ministério passaram a ser feitas pelo licenciamento do *Creative Commons*.

*Creative Commons*¹⁷ é uma organização americana que foi criada para contrapor o conhecido *copyright*, ou ainda “todos os direitos reservados”. Através de licenças chamadas de licenças *Creative Commons* (ou apenas licenças CC), o autor pode decidir para quais fins ele restringe a distribuição de sua obra. Isso permite, por exemplo, que uma música ou um livro seja disponibilizado para uso em uma universidade, ao propósito de servir para um estudo, porém seja cobrado quando o propósito for a comercialização. O nome do autor continua vinculado à obra, porém ele pode permitir a reprodução de tal, e até o uso dessa obra para a feitoria de outras, através de mixagens ou ressignificações. Em tese, a licença CC busca unir os interesses públicos e privados, já que continua possibilitando a venda das produções ao mesmo tempo que atende aos interesses públicos do acesso ao conhecimento.

Dois anos após a saída de Gil do MinC, Hermano Vianna avalia sua gestão:

Acho que a escolha mais importante foi a de dar importância pra questão digital. De encarar isso como uma questão central, mesmo, para a política cultural contemporânea. Acho que isso foi até uma atitude de vanguarda com relação a outros ministérios ou secretarias de cultura. Não só para o brasileiro, mas os espalhados pelo mundo. E isso aconteceu em um momento também muito delicado. Era Gil, como músico, se relacionando com a indústria fonográfica cheia de problemas justamente com essa questão (COSTA, 2011, p. 166).¹⁸

O sucessor de Gilberto Gil foi Juca Ferreira, que deu continuidade às propostas de ação do MinC. O maior choque de gestão ocorreu na mudança do governo Lula – Dilma, quando no início de 2010 a cantora e compositora Ana de Holanda assumiu o Ministério da Cultura. Ana tomou várias medidas que desagradaram em boa parte as redes e movimentos articulados anos anteriores, principalmente os relacionados à Ação Cultura Digital. Um caso notório foi a retirada da licença CC do site do Ministério, o que causou várias críticas a essa gestão. Além disso, artistas e gestores culturais ligados aos Pontos de Cultura criticaram a gestão de Ana de Holanda, tendo como principal alvo a relação que ela possuía com o ECAD

17 <http://creativecommons.org/about>

18 Entrevista de Hermano Vianna à pesquisadora Eliane Sarmiento Costa, presente em sua dissertação, como indica a referência.

(Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), o que teoricamente contrariava todos os debates sobre a quebra dos direitos autorais, desenvolvidos nos anos anteriores pelo movimento Cultura Livre, e associado cada vez mais pelas gestões anteriores do MinC. Em 2012, Marta Suplicy assume a pasta da Cultura, e promete dar continuidade e prioridade ao Programa Cultura Viva, em suas mais diversas manifestações, o que implica a Ação Cultura Digital.

CAPÍTULO 3

TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA

Iniciamos nosso pensamento em relação às teorias dos movimentos sociais com uma citação da socióloga Maria da Glória Gohn:

[...] embora haja razoável nível de coerência interna entre as noções e categorias utilizadas, e uma produção considerável a respeito, aquelas teorias não chegam a delinear matrizes ou corpos teóricos totalmente satisfatórios.[...] Nunca haverá uma teoria completamente pronta e acabada sobre eles (movimentos sociais). Trata-se de uma característica do próprio objeto de estudos. Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como uma teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade [...]. Mas, sempre presentes (GOHN, 1997, p. 343).

Os principais debates teórico sobre o assunto nos sugerem que não há um conceito único sobre movimento social, mas sim vários, conforme o paradigma utilizado pelo pesquisador e no qual está inserido o objeto de estudo. Dessa forma, tentaremos nesse capítulo observar as teorias mais pertinentes ao objeto, considerando ser este uma suposta rede Pontos de Cultura, e dessa forma definir um paradigma para nossas análises.

Inicialmente, deixamos claro que a vocação de nossos estudos para a área da filosofia e das ciências sociais segue uma a de autores como Félix Guattari, Giles Deleuze e principalmente Michel Foucault. Dessa forma, não queremos aqui fazer uma historiografia das teorias dos movimentos sociais, e sim uma análise de uma problemática atual (objeto de estudo) apoiada em fatos históricos, fazendo o que Foucault chamaria de “História do Presente” organizada em estruturas que se assemelhariam à uma genealogia.

Balizando nosso ponto de partida, enxergamos os Pontos de Cultura inseridos em um contexto de grandes avanços da participação popular. Após a Constituição de 1988 muitos mecanismos de participação foram criados, principalmente na última década na qual o Brasil passa por um processo de valorização da cultura local e da criação de novas formas produtivas. Esse período pós-globalização sofre fortes influências dos avanços tecnológicos e do maior acesso à informação, o que pode ter ocasionado também uma maior consciência política e novas configurações sociais, permitindo assim não só essa valorização da cultura local, mas também uma adaptação e/ou recriação de costumes, práticas e produções culturais.

Porém essas mudanças não ocorreram apenas no Brasil, mas sim na maioria dos países da América Latina, onde governos denominados progressistas chegam ao poder estatal. Dessa

forma, nos parece pertinente iniciar nossa trajetória nas teorias dos movimentos sociais pelas teorias produzidas pelo paradigma Latino-Americano. Entretanto, o paradigma Latino-Americano que se constitui inicialmente em meados da década de 70, utiliza muitos conceitos produzidos pelos paradigmas europeus.

As teorias clássicas sobre as ações coletivas presentes no Paradigma Norte-Americano e que compõem importante formulação no universo das teorias dos movimentos sociais não serão aqui analisadas. Deixamos claro nosso entendimento sobre a importância desse paradigma e as teorias nele desenvolvidas, inclusive com grandes contribuições à formulação do paradigma europeu - através de concepções como a teoria das redes sociais, tão amplamente usada também no Brasil na década de 90. Porém, por deter uma abordagem mais funcionalista e conservadora, mesmo que essa seja uma visão de certa forma estigmatizada, entendemos que não cabe nesse momento uma análise dessas teorias no contexto dos Pontos de Cultura.

Mesmo dentro dos paradigmas que serão utilizados, faremos um recorte de modo que se delineie um campo teórico usual ao nosso objeto de estudo, como mostraremos nos subcapítulos a seguir.

3.1. Os paradigmas europeus

Inicialmente, o primeiro ponto a ser esclarecido é a utilização do plural quando falamos de paradigmas europeus. O fato desse termo ser usado no plural é que, diferentemente do paradigma norte-americano e do paradigma Latino-Americano (visto mais adiante), as produções na Europa após 1960 contam com duas grandes linhas de abordagens: a neomarxista e a culturalista-acionalista, ou mais conhecida como a dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Logicamente, agrupar algumas teorias em um mesmo paradigma conta com seus riscos. Assumiremos esse risco baseado nas formulações de Maria da Glória Gohn (1997), que agrupa no paradigma marxista teorias de autores como Hobsbawm, Rude, Thompson, Castells, Borja e Lojkin, esses três últimos representantes da teoria histórico-social nos anos 70 e 80, a qual tomaremos mais referência. No paradigma dos NMS destacam-se três grandes linhas de pensamento: a francesa, a italiana e a alemã.

De forma geral, quando se fala em movimentos sociais a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista[...] Apesar de ter influenciado vários trabalhos na América Latina, ela não teve a hegemonia nas diretrizes teóricas dos trabalhos lá desenvolvidos, dividindo o espaço com as teorias neomarxistas (GOHN, 1997, p. 119).

Desse modo tomaremos como nossas bases teóricas as produções desses dois paradigmas europeus. No entanto:

No final dos anos 80, Burgwal (1990) fez um levantamento bibliográfico sobre o tema dos movimentos sociais na América Latina, e encontrou cerca de quinhentos títulos entre estudos, teses e livros. Nesta produção predominam estudos de natureza mais empírico-descritiva, com análises segundo o paradigma europeu, em suas duas grandes vertentes: na década de 1970, a marxista-estruturalista de Castells; nos anos 80, a dos Novos Movimentos Sociais em suas várias versões (GOHN, 1997, p. 211).

Assim, daremos ênfase à abordagem de Castells quando tratarmos do paradigma neomarxista. Quanto ao paradigma dos NMS, algumas observações precisam ser feitas: como dito acima, três linhas de pensamento contemplam tal paradigma. A corrente italiana, representada por Alberto Melucci, parte de premissas totalmente distintas do marxismo. Já a corrente francesa, representada por Alain Touraine, trabalha com as macroestruturas da sociedade ao mesmo tempo em que faz uma ruptura na forma de abordagem. A corrente alemã, representada por Claus Offe, questiona a validade de utilização de prognósticos construídos por Marx, investigando, sem negar as categorias básicas, a necessidade de atualizações devido à mudanças históricas. Para fins didáticos de pesquisa e balizando ainda mais nosso objeto de estudo, tentaremos descrever as principais características dos NMS de uma forma abrangente às três grandes correntes, e depois detalharemos um pouco mais o paradigma entendido por Touraine, pois nos parece mais pertinente à nossos propósitos.

3.1.1. O paradigma neomarxista

Antes de entrarmos na teoria de Castells, como proposto acima, faremos uma retomada às análises das características gerais do paradigma marxista ao qual remete não só ao neomarxismos, mas também às abordagens clássicas.

Primeiramente é importante entendermos que a análise dos movimentos sociais iluminadas pelo marxismo refere-se à transformações das condições sociais de uma classe que sofrem de carência econômica ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata de revolução,

ao qual Marx também tanto se referiu, mas sim do processo histórico de lutas.

O marxismo clássico possui duas grandes correntes: uma baseada no jovem Marx e que deu origem a tradição histórica-humanista, tratando das proposições de Marx sobre a ideologia, alienação e a consciência. Outra baseada no velho Marx e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, mais valia, superestruturas, forças produtivas, relações de produção, etc. Essa última atribui grandes privilégios às classes operárias, por se entender que essas estavam no cerne do processo de conflito, devido ao papel que ela ocupa no processo de produção. Estes parâmetros gerais disseminaram ideias determinísticas e leituras mecanicistas da realidade social, e que foram negadas por alguns autores, tanto marxistas como não marxistas.

É importante salientar que muitas vezes há a ocorrência do erro didático de se enquadrar todas as produções de teóricos marxistas em uma só corrente, sem que haja a distinção entre marxistas ortodoxos e os não ortodoxos. Veremos que nosso foco de estudo, as teorias de Castells, se enquadra no marxismo não ortodoxo, ou neomarxismo, justamente por refazer, assim como outros grandes autores, uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos como por exemplo a cultura.

A pesquisa já citada realizada por Burgwal (1990) nos mostra que Castells teve uma grande importância para a construção do paradigma latino-americano, que será observado mais adiante, sobretudo na década de 70. No entanto, acreditamos que as teorias de Castells são importantes também após a década de 70 na qual ele mesmo sofre grandes influências de autores do paradigma dos NMS como Touraine. Desse modo, na década de 80 Castells abandona progressivamente seus referenciais marxistas em sua vertente estrutural. Por isso achamos interessante descrever rapidamente esse processo histórico pelo qual percorre a produção teórica de Castells.

A grande colaboração de Castells na década de 70 foi a renovação do debate sobre as questões urbanas, dentro da corrente de análise da realidade social baseada no marxismo. Entendendo que o espaço é produto das relações sociais, Castells rejeita estudos baseados em determinações de variáveis geográficas espaciais. Nesse novo contexto, os movimentos sociais que lutavam por melhorias do meio urbano ganham grande destaque, sendo chamados de movimentos sociais urbanos (MSU). Além da formulação do conceito de MSU, Castells também produziu o conceito de contradições urbanas, analisando algumas lutas específicas

como o caso do processo de resistência aos projetos de renovação urbana em Paris. Essas teorias foram amplamente utilizadas por teorias sobre movimentos sociais na América Latina.

Na década de 80, Castells destaca em suas produções que a sociedade é formada pela articulação entre poder, experiência e produção. O poder é estabelecido através do Estado, a experiência através das relações pessoais e questões de sexo e gênero, e, não abandonando completamente sua vocação marxista, a produção é organizada em relações de classes. Dessa forma, Castells enxerga os movimentos sociais como formas de resistência ao cenário de violência individual e de alienação coletiva presente nos meios urbanos. Ao mesmo tempo, para Castells, os MSU deixam de ser agentes transformadores da sociedade, e em sua nova análise reconhece que os movimentos sociais possuem limites técnicos e políticos por estarem inserido no jogo do clientelismo político de trocas de demandas imediatas. Entretanto, o papel dos movimentos sociais é fundamental para a construção de uma verdadeira cidadania, já que a participação social no plano político gera demandas e transformações sociais, mesmo que essas sejam de fato efetivadas pelo Estado.

3.1.2. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais

A palavra Novo presente na nomeação desse paradigma nos remete a várias reflexões. Para alguns autores o novo ainda é uma questão aberta, não esclarecida ou definida. Para outros, esses movimentos são novos porque não se referem às antigas bases classistas, como nos velhos movimentos operários ou camponeses, e também porque não defendem interesses em especial de nenhum daqueles grupos, mas sim interesses difusos. Outros ainda interpretam a ideia do novo como sendo adaptável à realidade local. Por exemplo, na Europa o novo seria um contraponto ao antigo, ou seja, as classes trabalhadoras. Já na América Latina, o novo corresponderia aos movimentos que não se envolviam com os esquemas clientelistas da velha política. O que há de comum entre todas essas interpretações é a mudança no modo de fazer política, bem como a politização de novos temas.

Sabemos que as matrizes teóricas sobre os NMS se baseiam na reconstrução de conceitos já antes enunciados, como a teoria da ação social - presente nos clássicos da sociologia - ou ainda na elaboração de alguns neomarxistas. Sabemos também que os autores já citados – Foucault, Deleuze e Guatari – também fornecem substâncias teóricas básicas para

a formulação do paradigma aqui descrito, bem como a Escola de Frankfurt – particularmente Adorno e Habermas. A simbiose entre essas várias frentes teóricas formou os fundamentos epistemológicos do novo paradigma. Sem entrar em detalhes em cada uma das teorias desenvolvidas por esses autores, mostraremos a seguir as principais características do paradigma dos NMS.

O que primeiro observamos na análise dos autores agrupados a esse paradigma (principalmente Touraine), é a cultura quanto eixo central de suas interpretações, o que designa também a ideologia, as lutas sociais, as formas identitárias e principalmente, a solidariedade entre as pessoas de um mesmo grupo. A cultura nesse contexto deixa de ser interpretada como um conjunto fixo de normas e valores herdados do passado, e passa assim a ser as bases verdadeiras de representação da vida e de seus acontecimentos. Consequentemente, a valorização do indivíduo perante as grandes estruturas ganha força, possibilitando que suas ações sejam também transformadoras, o que significa uma não subjugação de outros campos, como o cultural, ao econômico. Todas essas mudanças da perspectiva analisadora provocam também a eliminação do sujeito predeterminado pelas contradições do sistema produtivo, surgindo assim uma sociedade difusa e não hierarquizada. Nos NMS o poder também é analisado na esfera pública da sociedade civil, e não somente no Estado. Isso faz com que a política receba novos patamares de importância, sendo entendida não só como uma prática partidária e passando a ser parte da vida social.

Todos esses (novos) conceitos marcam esse paradigma e trazem diferenças não só no campo teórico, mas também na prática:

A principal diz respeito à forma de fazer política, basicamente a partir da sociedade civil, e não apenas a política oficial, estatal, de luta pelo poder nas estruturas do Estado. Ao se negar o poder das determinações macroestruturais, valorizam-se os fatos conjunturais micro, do cotidiano. Nesse aspecto, faz sentido atentar para o presente, para este lugar e agora, para mudar a ordem das coisas, pois a força dessa mudança está nos próprios atores e não no entre choque das contradições estruturais (GOHN, 1997, p. 141).

A mudança de eixo na análise dos NMS trouxe também outras grandes contribuições. Em nosso delineamento teórico, nos parece muito interessante a análise construída pelo sociólogo francês Alain Touraine (1977) em relação à ideia da construção de um sujeito e o papel que este desempenha nos movimentos sociais .

A abordagem de Touraine se baseia no que se convencionou chamar de paradigma acionalista, o qual retoma uma das premissas básicas do funcionalismo: toda ação é resposta à

um estímulo social, o que enfatiza o comportamento social. Assim como a grande maioria dos sociólogos, Touraine estudava tal comportamento na classe trabalhadora, considerando que, mesmo em uma situação dada pelo sistema social, sempre há a possibilidade do sujeito dar sentido às suas próprias condutas. Desse modo, Touraine atribuiu grande importância histórica aos sujeitos (atores), como produtores de ações em respostas aos estímulos sociais, e não apenas como simples representantes daqueles lugares sociais antes atribuídos a eles de antemão devido à suas colocações na cadeia produtiva. Entretanto, Touraine utiliza princípios marxistas do funcionamento econômico, pois reconhece a importância que esse tem para a formação cultural e de valores para esses sujeitos.

No final da década de 70, Touraine se distancia ainda mais das teorias marxistas ortodoxas, deixando de priorizar os estudos da classe operária. É nessa fase que o autor desenvolveu os estudos sobre movimentos sociais que mais nos interessam, apesar do amplo acervo teórico desenvolvido também sobre a classe operária na década anterior. Para o autor, os movimentos sociais surgem a partir da organização e da vontade de um coletivo: “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (Touraine, 1978, p. 35). Apesar de entender os movimentos sociais como centrais nos sistemas de forças da sociedade, Touraine não os vê como um acontecimento dramático ou excepcional, e nem um elemento de forças novo na sociedade, mas simplesmente como integrantes desse sistema de forças, disputando a direção do campo cultural no qual atua.

Assemelhando-se com as formulações de Castells, Touraine assinala que os movimentos sociais não são agentes transformadores da realidade, ou ainda de mudanças históricas. Os movimentos sociais são frutos da organização social, das forças sociais, são conflitos sociais e um projeto cultural. Por essas definições, o autor entende que o estudo dos movimentos sociais são fundamentais para o entendimento das mudanças nas sociedades, apesar deles (os movimentos) não serem agentes ou forças privilegiadas dessas mudanças. No entanto, são forças culturais indispensáveis. Forças culturais essas que nem sempre vão no sentido contrário ao Estado, já que os movimentos sociais não são meras lutas por poder.

O Estado também é um importante objeto de análise de Touraine quando se trata de teorias sobre movimentos sociais. Diferentemente dos movimentos sociais, para o autor o Estado é um agente de transformação histórica, o que quebra a lógica existente anteriormente

do Estado apenas como um aparelho de poder. Sendo um agente de transformação histórica, o Estado pode, ao responder à um movimento social, abrir caminhos para a mudança através da institucionalização de novas relações com os sujeitos e coletivos.

3.2. O paradigma latino-americano

Falar de paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito. (GOHN, 1997, p. 211).

O trecho acima deixa claro o contexto ao qual nos referimos quando falamos em um paradigma latino-americano. A socióloga brasileira Maria da Glória Gohn nos fornece elementos fundamentais para a construção de um paradigma ao qual poderemos inserir nosso objeto de estudo em nossa análise prática, e são nesses elementos e nas teorias apresentadas sobre os paradigmas europeus que basearemos nossas observações nesse subcapítulo. A partir desses elementos, inicialmente levantaremos as especificidades teóricas necessárias à construção do paradigma latino-americano, e depois tentaremos formular aspectos metodológicos para a análise de nosso objetos de estudo (os Pontos de Cultura) inseridos em tal paradigma.

3.2.1. As especificidades teóricas

Apesar das grandes diferenças entre os processos históricos e culturais que produziram cenários completamente distintos, sabemos que na América Latina sempre houve grande utilização de modelos teóricos produzidos na Europa. A teoria da modernização, amplamente utilizada nas décadas de 50 e 60, produzia uma ideia de evolucionismo e desenvolvimento que acabaria com todos os problemas sociais. A sociedade marginalizada nessa época se iludia com uma futura integração à sociedade por meio do desenvolvimento econômico ou pela educação formal. Esse paradigma dualista - por um lado a face moderna do desenvolvimento econômico dos países tidos como primeiro mundo, e do outro a face atrasada de países do

terceiro mundo, como era vista a América Latina – baseava as teorias de interpretação da realidade. Na década de 70, o trabalho de Cardoso e Falleto (1970) chamaram atenção para as especificidades presentes na América Latina. Segundo eles, o desenvolvimento que ali ocorria deveria ser analisado segundo as características históricas de cada região em concernimento à dinâmica global da economia. Essa teoria, conhecida como a teoria da dependência, apesar de estar centralizada ao Estado devido ao momento de militarização e interrupção da democracia, abriu caminhos para várias releituras da realidade, com algumas correntes da teoria da marginalidade. Se antes os marginais eram vistos assim devido à condição do desenvolvimento econômico e com uma perspectiva de mudança dessa condição, agora eles eram vistos como fundamentais para a manutenção do capitalismo, servindo como um inesgotável exército de reserva de mão de obra.

Essas novas visões estruturais da América Latina possibilitaram o foco para outros processos além dos econômicos, e surgiram em um momento histórico importante:

[...]crescimento econômico, controle social pelos regimes militares, arrocho salarial dos trabalhadores, supressão das liberdades individuais, crescimento das demandas de consumo das camadas médias, expansão do ensino superior e da tecnocracia estatal. Neste cenário de repressão das lutas sociais, surgiram inicialmente movimentos de resistência à dilapidação da força de trabalho e depois de clamores pela redemocratização do país. Uma nova via de estudos se ampliou nas ciências sociais, a dos movimentos sociais. Nesta mesma época os ecos de movimentos sociais ocorridos nos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos ainda se faziam presentes na América Latina, mas neste continente foram os movimentos populares que ganharam centralidade (GOHN, 1997, p. 214).

O momento político no qual esses movimentos populares estavam inseridos fez com que as teorias europeias sobre os movimentos sociais – que focalizavam a sociedade civil e também a ação do indivíduo, dando a esses grande importância nas transformações sociais - se tornassem mais diretrizes de ação do que bases para formulações teóricas, o que não significa que estas não ocorreram. Como descrito na passagem de Gohn (1997), houve uma hegemonia dos movimentos populares devido à natureza desses movimentos de reivindicação dos direitos básicos de cada cidadão, lutando por demandas a partir de uma base não elitizada economicamente.

Como dito anteriormente, reconhecemos na produção da socióloga Maria da Glória Gohn (1997) uma importante contribuição para as teorias dos movimentos sociais na América Latina. Além de uma importante revisão bibliográfica sobre os principais paradigmas que baseiam as teorias sobre os movimentos sociais, a autora nos fornece elementos fundamentais para a análise desses na América Latina. Dessa forma, as características descritas a seguir

foram ancoradas na produção teórica de Gohn (1997).

Segundo Gohn (1997), nas últimas décadas do século XX, houve uma grande diversidade de movimentos sociais conhecido como contemporâneos, com diversas formas de organização interna, projetos políticos, tipos de liderança e articulações, mesmo tratando dos mesmos temas e problemas. Diferentemente da Europa onde os movimentos eram diferenciados entre novos movimentos (questões de gênero, raça, etc) e os antigos movimentos (lutas operárias), os movimentos na América Latina se diferenciavam entre os novos movimentos (lutas por equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (sociedade de bairros e outros) onde imperava práticas clientelistas. Dessa forma, a principal diferença presente nos movimentos contemporâneos é a prática política, principalmente quando se trata de relações que sempre existiram, como com a igreja, sindicatos e partidos políticos.

A autora nos afirma que a religião se mostrou muito importante na construção de valores dos homens de classes não elitizadas da América Latina. Devido a isso, importantes movimentos de reconhecimento internacional se ligaram à ala progressista da igreja católica – Teologia da Libertação. Além disso, a grande influência da Igreja Católica nos movimentos sociais da América Latina causou importantes mudanças em suas configurações. Na década de 60, o vaticano destinava muito dinheiro para os trabalhos com a valorização do ser humanos nesse continente, através do combate às ditaduras militares. Na década de 90 essa batalha não fazia mais sentido, e a Igreja Católica voltou seus esforços para a redemocratização do Leste Europeu, o que causou uma intensa crise econômica nas ONG's e movimentos latino-americanos. Dessa forma, a economia informal ganhou grandes proporções nesse meio, e as atividades produtivas passaram a ser centralidade no processo de pressão e reivindicação de direitos de muitos movimentos sociais.

Em relação ao partidos políticos, Gohn (1997) destaca que esses nunca estiveram desvinculados dos movimentos sociais na América Latina, através de uma articulação política e não econômica. Essa articulação se dá pelos mesmos interesses de ação e de mudanças estruturais. Os partidos de esquerda clássicos sempre priorizaram os movimentos de luta operária, porém os novos partidos de esquerda reconheciam os movimentos sociais com vocações partidárias definidas e projetos bem demarcados. A posição perante o Estado sempre foi uma opção estratégica dos movimentos sociais na América Latina, conforme seus objetivos. Os países latino-americanos nunca tiveram Estados com tradições democráticas, e

os movimentos sociais sempre possuíram a função de pressionar este para sua abertura democrática. Nos últimos anos, como já dito, os Governos de diversos países da América Latina tem sofrido processos de democratização, o que não significa que os movimentos deixem de pressionar para manter a participação popular. Esse novo panorama tem mudado as relações dos movimentos sociais com o Estado e com os partidos políticos, como veremos adiante.

Um importante exemplo dessa relação dos partidos políticos com um movimento social é a relação do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Movimento dos Sem Terra (MST). Em 1984, o PT teve relação direta com a fundação do MST, relação esta que continuou em toda sua trajetória até os dias atuais. Desse modo, é compreensível que a relação do movimento com o Estado se tornasse menos conflitante a partir do momento que o PT assume o poder do Estado brasileiro. Na América Latina, em especial no Brasil, os movimentos que lutam pela reforma agrária são grandes mostras da desigualdade social. Das questões relacionadas aos movimentos sociais latino-americanos, a questão agrária é, no geral, a mais conflitante, talvez pelo fato da relutância das elites dominantes em discutir reformas nessa área. Os camponeses assim desempenham um importante papel nesses conflitos, contrariando análises marxistas que designavam os camponeses como mais conservadores do que progressistas.

Outra característica importante que Gohn (1997) observa nos movimentos sociais da América Latina das últimas décadas do século XX é que a ideologia sempre foi um fator importante, dando suporte aos projetos sociopolíticos e traçando estratégias de ação. Nesse contexto, a ideologia presente nesses movimentos foi de sentido gramsciana, que trata a ideologia no campo das práticas sociais.

Para Gohn (1997), os movimentos sociais sofrem grandes mudanças, a partir da década de 90, que precisam ser consideradas. Houve um enfraquecimento de movimentos que trabalham com questões territorializadas e que não se articulavam em redes maiores. Por outro lado, os movimentos locais que tratavam de questões mais globais se fortaleceram por sua articulação em rede. Dessa forma, no geral os movimentos sociais diminuíram numericamente, mas cresceram quantitativamente, por intermédio das ONG's e capacitações tecnológicas. Isso ocasionou também um avanço do modelo de movimento social norte-americano em terras latino-americanas, por meio das ONG's internacionais. Esse modelo ficou conhecido como movimento-organização, que possuíam estruturas organizacionais

em diversos níveis, como captação de recursos, projetos operacionais, recrutamento e mobilização de militantes, formação e qualificação de quadros, entre outras. Um exemplo muito conhecido de movimento-organização é o Greenpeace.

Alguns movimentos sociais ganham destaque nessa trajetória. Segundo Gohn (1997), devido ao processo colonialista e de produção, os movimentos sociais que trabalham com questões étnicas sempre estiveram presentes nesse contexto. Os índios sofreram e sofrem todo tipo de discriminação, social e econômica, em toda a América Latina. Devido a isso, um aspecto importante a se considerar é a presença de movimentos sociais que lutam pelos direitos dessa etnia, seja em seus habitats naturais, seja nas periferias urbanas, onde muitas tribos se refugiaram. Devido aos interesses econômicos na Amazônia, essas lutas devem se intensificar com o passar das décadas, e por isso há muitas ONG's internacionais envolvidas com a causa. Os conhecidos movimentos negros também são ponto importante a se destacar, segundo a autora. Na América Latina esses movimentos possuem formas totalmente distintas daquelas vivenciadas nos EUA, pois a discriminação aí vista é a chamada discriminação subliminar: salários mais baixos, empregos piores, etc. Além disso, o conflito étnico tentou por diversas vezes ser amenizado, com a criação de determinadas tipos físicos como o pardo, mulato, etc. Os movimentos que lutam por igualdade e direitos (além de outras muitas bandeiras) também se destacam, como o feminista e o homossexual. Os movimentos feminista, negro e homossexual serão analisados de forma mais incisiva no subcapítulo a seguir. Veremos também como estes aumentaram a articulação entre movimentos de diversos planos reivindicatórios a partir da redemocratização, o que fez com que os movimentos populares mais combativos criassem estruturas nacionais, já que antes, nos anos 70 e 80, os movimentos sociais pouco se articulavam.

O cenário político e social ganha novos rumos na América Latina no início do século XXI, e para alguns autores isso é uma das consequências das lutas dos movimentos sociais. Gohn (2008) afirma que as mudanças sofridas pelos movimentos sociais na década de 90 se intensificam no século XXI, se configurando de forma contraditória na América Latina. Em muitos países os movimentos ganharam capacidade de organização, devido à esses ambientes políticos. Em outros os movimentos perderam força junto à população, devido sobretudo à falta de credibilidade da sociedade civil para com os políticos e de como é organizada a arena dos conflitos partidários. Em países como Bolívia e Equador, a radicalização da democracia fez surgir novos movimentos étnicos – principalmente dos indígenas – relacionados a

movimentos nacionalistas como o dos bolivarianos na Venezuela. Vários desses movimentos elegeram como o representante supremo do poder político líderes advindos dos movimentos populares.

Já no Brasil, a fragilidade dos movimentos sociais neste século pode ter se dado pela perda de autonomia, já que a principal estratégia da sociedade para responder aos movimentos sociais tem sido suas institucionalizações, seja por meio da criação de setores públicos responsáveis, seja pela criação de leis. Esse fator pode ser ou não favorável aos movimentos, dependendo de como forem os processos de criação desses órgãos jurídicos. Em sua maioria, devido à rigidez dos processos jurídicos, é difícil se captar, através da burocracia, as especificidades da problemática que um movimento social traz consigo. Segundo Gohn:

Sabe-se que a conquista do poder político por setores que anteriormente estavam na oposição, em importantes aparelhos do Estado, levou à ampliação de políticas sociais voltadas para os excluídos, para criar redes de proteção aos chamados bolsões humanos de vulnerabilidade social. Mas isso não significa que houve fortalecimento das organizações populares. Ao contrário, muitas delas enfraqueceram-se. Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias. [...] O que era tido nos anos 1990 como eixo de construção de uma nova sociedade, nova economia, etc. Passa a ser assediado por políticos e pelas políticas públicas, tornando-se elos de uma cadeia de economia alternativa de sobrevivência ao padrão geral imposto – mecanizado e redutor do uso de mão-de-obra. A sociedade civil torna-se no imaginário popular o centro de referência do bem e passa a ser reduzida, por muitos, à esfera das ONG's e entidades do terceiro setor. Talvez, se existir alguma resistência social, ela ocorra nos atos de desobediência civil ou em atividades “de costas para o Estado” (GOHN, 2008, p. 60).

As análises sobre os movimentos sociais que fundavam-se nas relações entre as classes e os movimentos populares, e que tinham como sujeito fundamental das transformações sociais a classe operária, reduziram-se nesse milênio na América Latina. Houve uma ampliação do espectro desse sujeito, analisado agora em outras camadas além das populares. As ONG's se mostram fortes atores sociais nesse contexto, e essa mudança do foco levou muitos estudiosos a utilizarem abordagens que se preocupam com as formas de organização, participação e mobilização social. É nesse contexto contraditório atual que alguns outros autores se tornam também importantes para nosso delineamento teórico.

Christian Adel Mirza, um pesquisador do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) analisou os movimentos sociais a partir dessa nova relação com a política vigente, incluindo as formas de dependência que foram construídas pelo e com os Estados Unidos. Do ponto de vista metodológico, Mirza (2006) faz grandes contribuições ao analisar os movimentos em suas relações com o sistema político, e conclui que os movimentos sociais

do novo milênio não se fortalecem devido à uma cultura política existente herdada do século XX, e que compromete a autonomia dos movimentos sociais. Concordamos com Mirza (2006) quando voltamos à análise feita anteriormente da relação do MST com o PT. Sobre isso, Touraine já afirmava que “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma” (Touraine, 1989, p.182).

O estudioso mexicano Rafael Sandoval Alvarez (2000) analisa os aspectos políticos na constituição dos sujeitos pertencentes a movimentos sociais. Para ele, a constituição dos sujeitos se dá a partir do local que este ocupa no social, na política, no cultural e na representação simbólica de outros sujeitos. Essa constituição é um processo, que se dá principalmente pelas tensões das diferenças entre os atores de um movimento. Desse modo, dentro de um grupo não há nada pré-construído ou dado, as definições da cultura política existente vão se construindo. Essa construção é, sobretudo, relacional, e ainda que existam as estruturas maiores que as ações, elas também se modificam. Isso quer dizer que para Alvarez (2000), um movimento social não assume uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero, etc., mas sim no processo de luta no qual é formada essa identidade política. Vandenberghe (2005) complementa esse pensamento afirmando que as identidades políticas de um movimento social, ao contrário daquelas construídas pelo alto e de forma homogênea, são múltiplas e mutáveis, podendo variar em contextos diferentes. Isso porque, para o autor, em um movimento social há aprendizados que geram consciência de interesses. Gohn complementa:

Infelizmente, no Brasil atual, pouquíssimos movimentos sociais podem ser colocados nessa categoria, de atuação com autonomia. A maioria dos que se autodenominam movimentos, ou pior, aos quais é atribuída a condição de ser um ou representar um movimento, não tem um agir coletivo autônomo porque são monitorados, coordenados por normas, regras e escolhas externas presentes em projetos elaborados por terceiros (pode ser uma ONG ou um grupo político-partidário, ou ainda um grupo de uma secretaria estatal, nos marcos de uma política pública)(GOHN, 2008, p. 63).

Uma das novidades do novo milênio em relação às argumentações discursivas e análises sobre movimentos sociais é o uso da categoria “mobilização social”. Segundo a ciência política, mobilização social refere-se a ativações que provocam mudanças de comportamentos, adesão e acesso à projetos e programas sociais, e conseqüentemente mudança de valores (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1986). Na América Latina, o colombiano José Bernardo Toro (2007) desenvolveu uma metodologia para os chamados

“produtores e reeditores” sociais, aqueles cidadão atuantes em suas realidades locais, e que desenvolveriam processos participativos por meio de projetos mobilizantes. A metodologia se baseia no envolvimento dos produtores e reeditores com os problemas cotidianos, através das atuações em redes comunicativas, bem como criação de fóruns e outros mecanismos de mobilização, sempre baseados em modernas técnicas de comunicação que permitem a formulação e difusão de mensagens claras. Para Toro, o movimento surge como resultado do processo de mobilização, o que nos sugere uma inversão na concepção do que seja um movimento social. Não há uma análise mais aprofundada sobre as causas culturais, políticas e históricas sobre as gêneses dos problemas enfrentados por uma dada situação. Nessa metodologia, os problemas são levantados e busca-se a mobilização de pessoas para suas resoluções. Entretanto, tal abordagem se baseia em muitos conceitos teóricos, se apoiando em concepções utilitaristas e pragmáticas. Segundo Negri e Cocco (2008), é essa abordagem que tem fundamentado as ações coletivas das ONG's e entidades do terceiro setor na América Latina, em detrimento numérico das ações coletivas geradas por movimento social do tipo MST, movimento dos atingidos por barragens, indígenas, etc, apesar de serem esses últimos os que dão sentido aos novos problemas sociais locais, chamando assim a atenção global.

Outra categoria muito observada em análises sobre movimentos sociais na América Latina é a da desigualdade, a qual no último milênio sofreu um importante deslocamento conceitual:

[...] de econômica, com ênfase na renda, para um sentido social, com ênfase nas características sociais e culturais dos grupos sociais. Com isso, a prioridade passou a ser a análise da questão das diferenças sociais e culturais. Desigualdade não é o mesmo que diferença. A diferença reflete diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere assim da desigualdades, que nunca é bem-vinda (GOHN, 2008, p. 69 e 70).

E assim se introduz na discussão sobre movimentos sociais o conceito de equidade, tão amplamente utilizado nos dias atuais. Em suma, equidade é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um considerando suas diferenças.

3.2.2. Alguns movimentos sociais

De todos os movimentos existentes na América Latina nas últimas décadas, em especial no Brasil, nenhum tem dado tanto sentido e direção aos movimentos sociais e

questionado os modelos de democracia existente como os movimentos feminista, negro e homossexual. É entendendo essa importância que destacaremos aqui, de forma bem resumida, algumas características desses movimentos com a intenção de se delinear ainda mais o plano de fundo teórico para a análise de nosso campo.

O movimento feminista brasileiro ressurgiu na década de 1970, devido a alguns fatores históricos ocorridos nessa década. Em 1975 foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, devido às fortes inserções dos movimentos feministas europeus e americanos no plano político e social da época, o que favoreceu a discussão da condição feminina no cenário mundial. Discussão essa que no Brasil se iniciou na década de 1960, com a crescente modernização, em especial no campo do trabalho, que colocava em xeque as diferenças hierárquicas das posições de gênero, e se fortaleceu na década de 1970 no contexto da resistência das mulheres à ditadura. Segundo Cynthia Andersen Sarti :

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970,5 implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens', pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento [...] (SARTI, 2001, p. 33).

O movimento se consolida nos anos 1980, quando as mulheres exiladas no período da ditadura voltam ao Brasil com uma bagagem de experiências vividas no Movimento Feminista de outros países, sobretudo os europeus. O encontro das experiências nacionais vividas durante a ditadura com as experiências das exiladas, criou um campo fértil para o movimento feminista, que se consolidou com as discussões das relações de gênero. Ainda na década de 80 e nas posteriores, o movimento feminista passa por uma especialização de seu campo de estudo e de atuação, através das institucionalizações. É importante destacar que essa especialização do discurso trouxe à tona tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente quanto se desejava, o que trouxe novos elementos para suas análises, ocasionando assim um certo amadurecimento do movimento.

O movimento feminista é tangenciado por questões fortemente culturais, como a posição da mulher numa relação matrimonial, entre outras. Apesar de fundado em uma identidade, o movimento é recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas. É dessa maneira que o movimento feminista vem sendo analisado, sempre associado ao contexto de enunciação que lhe dá o significado. Dessa forma:

A objetivação de uma nova experiência subjetiva, que o feminismo possibilitou, um processo necessariamente coletivo, permitiu que essa experiência tivesse uma existência e um significado social e, assim, configurasse uma nova referência de ser mulher. Este é o sentido radical do movimento feminista como manifestação coletiva das mulheres, formulado como politização do mundo privado. (SARTI, 2001, p. 45).

Já o movimento negro existe no Brasil desde a época da escravatura, quando negros escravos fugiam e se aglomeravam em Quilombos como forma de resistência e luta contra o regime que os colocava em situação de absurda inferioridade. Em 1888 foi decretado a abolição da escravatura, e um ano depois foi proclamada a República. Porém, esse novo regime não garantiu aos recém libertados alguma igualdade ou garantia de direitos. Os ex-escravos estavam libertos, porém sem nenhuma condição de trabalho ou possibilidade de recolocação social, sendo assim marginalizados:

[...]seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (ANDREWS, 1991, p. 32).

Para reagir a esse quadro de marginalização, instituiu-se o movimento negro organizado, através da criação de grêmios, clubes e associações que inicialmente possuíam um caráter assistencialista e/ou cultural. Em mais de um século de existência, o movimento negro passou por várias fases, sendo muito enfraquecido na ditadura do Estado Novo e na ditadura militar da década de 1960, sendo fortalecido novamente no final da década de 1970, quando outros movimentos populares (como o sindical, estudantil, das mulheres e dos *gays*) entraram em cena no país.

Seguindo a tendência já enunciada dos movimentos sociais, o movimento negro passa a se institucionalizar a partir da década de 90. Através da criação de entidades e ONG's, o movimento se articula em redes estaduais e nacionais, organizando encontros que delinearão diretrizes de atuação do movimento, como foi o Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), que teve sua primeira edição em 1991. Logo após o encontro foi fundada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), “funcionando como uma espécie de central das organizações afro-brasileiras de base de todo país e articulando os Fóruns Estaduais de Entidades Negras” (DOMINGUES, 2008, p. 105). Outra característica do movimento negro na contemporaneidade foi sua especialização. Muitos grupos passaram a discutir a questão do negro na saúde, outros na educação, e assim por diante.

Todas essas características culminaram na principal luta do movimento hoje:

Na atual conjuntura, a principal tendência do movimento é impulsionar a campanha em prol das ações afirmativas. Mas, afinal, o que são as ações afirmativas, que também recebem o nome de políticas compensatórias? São programas cuja finalidade é eliminar ou minimizar as desigualdades de oportunidades por meio de políticas públicas (ou privadas) voltadas para favorecer aqueles grupos que, historicamente, sofreram (e sofrem) discriminação negativa, como é o caso dos negros, mulheres, *gays* e deficientes físicos (DOMINGUES, 2008, p. 106).

Assim como o movimento negro, o movimento homossexual encontrou em sua trajetória grandes barreiras sociais, e talvez a maior delas seja a tentativa da aceitação científica de uma inferioridade dessas minorias. Enquanto os negros eram classificados de raça – um conceito socialmente criado acompanhado da afirmação de inferioridade da raça negra para a legitimação do uso de escravos negros – a homossexualidade foi, no início do século XX, encarada como uma patologia. Além disso:

Os criminologistas também não deixaram de propor relações entre uma "sexualidade desviante" e a prática de delitos criminosos, sendo que a sexualidade do sujeito poderia ser sempre um agravante para a sua situação legal, mesmo que isso não fosse explícito. Havia uma colaboração muito eficaz da polícia com a classe médica, que aplicava uma ciência de cunho positivista aos casos que lhe eram encaminhados pelos policiais. Assim, os que escapassem à norma heterossexual eram muitas vezes internados em institutos psiquiátricos ou perseguidos pela polícia nas ruas.¹⁹

É nesse contexto que nascem os primeiros movimentos de luta pela garantia de direitos iguais dos homossexuais. Apesar da bibliografia remeter ao início do movimento homossexual ao final da década de 1940, no Brasil tal movimento ganha aspiração no final da década de 1970, com a abertura política anunciada pelo fim da ditadura militar. A autora Regina Facchini (2005) divide a trajetória do movimento homossexual brasileiro em três ondas: “O movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!” - a primeira onda do movimento, que vai de 1978 a aproximadamente 1983. “É legal ser homossexual!” - a segunda onda do movimento, que vai de 1984 a 1992, e “Direitos iguais, nem mais nem menos!” - a terceira onda do movimento que vai de 1992 aos dias de hoje.

Na primeira onda, o movimento era formado por homens e mulheres homossexuais que discutiam, assim como os movimentos feministas e negros, formas de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, principalmente em relação a esses grupos minoritários. O movimento tinha uma forte característica anti-autoritária, devido ao processo de luta contra a ditadura. Isso fez com que o movimento não possuísse lideranças definidas, sendo assim visto pela sociedade como um grupo de iguais.

19 Texto escrito por Regina Facchini, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acessado em: 23 mar. 2013.

A segunda onda emerge de um contexto no qual havia uma lenta expansão do mercado de bens e consumo destinado ao público homossexual, devido ao aumento da visibilidade pública da homossexualidade e à chegada da epidemia da AIDS. A tendência nesse período foi a de que os grupos não mais discutiam projetos de uma sociedade em geral, e passaram a discutir questões específicas da garantia de direitos, incluindo a luta contra a violência e a construção por respostas coletivas ao HIV/AIDS. Isso ocasionou uma grande desmobilização no movimento, e uma considerável redução no número de grupos e coletivos homossexuais.

No início dos anos 1990, o movimento volta a crescer como resposta a toda essa situação. Devido ao acúmulo de experiências, muitos grupos passaram a coordenar projetos de políticas públicas de combate à AIDS, o que levou muitos deles a se institucionalizarem como ONG's e outras formas de associativismo. Uma característica importante a se observar sobre essa trajetória é que, devido a todo esse processo, as reivindicações do movimento não entraram na pauta dessa políticas públicas pelo reconhecimento das demandas levantadas pelo movimento, e sim pela política de saúde.

Houve um aumento do número de grupos e a expansão do movimento por todos os estados do País, acompanhado por uma diversificação de tipos de organizações: não havia apenas grupos comunitários, mas também ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, que trabalham diretamente com a questão LGBT. Surgia, então, uma "terceira onda" do movimento.²⁰

Dessa maneira, é na terceira onda que os grupos que se identificavam com o movimento foram se organizando e se agregando, o que ocasionou a mudança a sigla do nome por diversas vezes. Hoje, o movimento é chamado de movimento LGBT:

É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros).²¹

Como descrito no subcapítulo anterior, a institucionalização se mostra como uma realidade dos movimentos sociais nesse novo milênio. A criação de estruturas nacionais possibilitou e influenciou uma maior relação entre eles, mais especificamente entre os três movimentos citados acima.

20 Texto escrito por Regina Facchini, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acessado em: 23 mar. 2013.

21 Texto escrito por Regina Facchini, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acessado em: 23 mar. 2013.

A cada dois dias, uma pessoa é assassinada no Brasil por ser gay, lésbica, transexual ou travesti. A cada 15 segundos, uma mulher brasileira é violentada. Entre elas, as negras são as mais agredidas. Não é, portanto, à toa que homofobia, sexismo e racismo são pautas fortemente presentes nos debates deste Fórum Social Mundial. Não é, portanto, à toa que essas três formas de opressão estão enraizadamente unificadas na cultura brasileira. Não é, portanto, à toa que os movimentos homossexual, feminista e negro decidiram construir alianças mais amplas e traçar estratégias comuns de ação que possibilitem avançar nesta luta – que se tornou mais difícil de ser conduzida dentro da sociedade capitalista.²²

22 Trecho extraído de um debate do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2005. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10999. Acessado em 24 mar. 2013.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Entendemos que o bom levantamento dos dados, o que pressupõe uma escolha adequada da metodologia juntamente com seu estudo teórico e aplicação, seja fundamental para um projeto de pesquisa acadêmica. A metodologia de pesquisa que nos parece tratar do campo cultural por excelência é da área antropológica, em especial a etnografia. Nossas tendências ao uso dessa metodologia se devem, num primeiro momento, ao objeto de estudo: nada mais pertinente do que usar uma metodologia que, em sua própria concepção etimológica trata da descrição de uma cultura, para descrevermos a suposta rede de Pontos de Cultura.

Num breve resumo, definiremos a etnografia como uma metodologia desenvolvida na antropologia onde a principal preocupação passa a ser a interpretação dos significados que os sujeitos de um grupo estudado dão às ações e aos acontecimentos ocorridos nesse grupo (Spradley, 1979). Esses significados podem ser expressos por diversas manifestações culturais (linguagem, escrita, artes, etc) e são a base para o entendimento de mundo dos sujeitos e organização dos comportamentos sociais. Para Marli André:

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. [...] Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas (ANDRÉ, 2003, p. 27).

Dessa forma, a principal função do pesquisador etnógrafo é se aproximar gradativamente de uma posição de estranho à posição de um participante, na tentativa de entender as formas de compreensão da realidade do grupo estudado (WAX, 1971). As principais técnicas etnográficas consideradas por nós nessa pesquisa são: para a observação, a Observação Participante; para o relato escrito, a Descrição Densa (conforme termo utilizado por Geertz, 1973). Outras atividades podem sugerir selecionar informantes, mapear campos, transcrever textos, manter um diário e realizar entrevistas.

No entanto, ao aprofundarmos nossos conhecimentos e estudos na área, verificamos que a etnografia é amplamente utilizada para estudos de grupos culturais ou etnias com um claro recorte analítico, o que pode ser dificultado quando utilizados em estudos de redes ou possíveis movimentos sociais. Essa dificuldade de se aplicar um recorte analítico cabível à um

estudo etnográfico fez com que pensássemos em utilizar alguns métodos etnográficos em nossa coleta de dados, porém sem necessariamente termos que fazer uma etnografia.

Por outro lado, a cibercultura e a cultura digital são eixos centrais em nossos estudo. Além disso, a suposta rede Pontos de Cultura se articula em grande parte por meio das redes sociais e outros meios de comunicação digital, já que essas são premissas do Programa Cultura Viva. Esses fatos nos fizeram pensar novamente em uma metodologia que respondesse à esses anseios, aliando elementos da etnografia com as tecnologias e com a comunicação digital.

4.1. Netnografia – construindo uma metodologia

Os meios tecnológicos e a comunicação digital fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas no século XXI. A importância que o ciberespaço²³ ganhou na última década fez com que surgissem necessidades de novos métodos de análises científicas no mundo acadêmico, devido ao aparecimento de importantes objetos de estudos nesse meio. A inserção das áreas sociais – como a sociologia e a antropologia - nesse contexto seria inevitável, já que esses panoramas dizem respeito principalmente ao campo cultural. Assim, a primeira relação institucional do ciberespaço com a antropologia pode ser conferida através do conceito de não-lugar de Marc Augé (1994). Em artigo publicado na Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Revista E-compós), Montardo e Rocha (2005) nos afirmam que:

O fato é que as recorrentes pesquisas ao campo da antropologia (devido à legitimação dos instrumentos de pesquisa de campo que atuam sobre o local) levam a considerações importantes, ainda que não sejam inéditas, quando se trata de investigar os elementos que descrevem a consolidação de uma era fortemente permeada pela cibercultura, ou seja, pela desterritorialização que remete justamente ao não pertencimento físico e presencial do lugar. Uma época em que pode ser comum, em um primeiro momento, relacionar a oposição online/virtual versus offline/real. Porém em que em um aprofundamento teórico tal sensação fragiliza-se (ROCHA; MONTARDO, 2005, p. 6).

O conceito de não-lugar é definido pelo autor como espaços que não são em si espaços antropológicos, ou seja, que não se possuem uma estabilidade mínima por não conjugar

23 Termo descendente da cibercultura. Para Lévy, “o ciberespaço (também chamado de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2000, p. 17).

identidade e relação, e portanto não mantêm relações históricas. O autor ainda caracteriza a pós-modernidade – chamada por ele de supermodernidade para ressaltar o excesso – como produtora de não-lugares:

A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

Entretanto, entendemos que os sujeitos não abandonam suas ideologias, ideias e subjetividades ao acessarem o ciberespaço, o que ameniza, em nosso entendimento, a polaridade real/virtual. Dessa forma, apesar de Augé (1994) sugerir que o ciberespaço seja não-lugar, percebemos que esse espaço produz interatividade, e portanto, comunicação. Assim, um aspecto teórico importante a se destacar é o cenário comunicacional formado pelo ciberespaço. As relações interpessoais são proferidas por regulações tácitas, mesmo que essas não sejam formalmente codificadas. Entretanto, a comunicação mediada por computador (CMC) provoca cenários nunca antes experimentados pelos seus participantes, o que requer um certo improviso na forma de lidar com outros agentes sociais. Assim, os processos de interação em uma CMC são adquiridos por apropriação de outras práticas já estabelecidas em outros contextos sociais, já que os improvisos estão também regulamentados por estes (BRAGA, 2007).

Assim como é comum na antropologia, uma das maneiras de se pesquisar atores sociais inseridos no imaginário virtual é através da observação. Dessa premissa, e da relação da antropologia com o ciberespaço demonstrada acima, apreciamos possíveis estudos no ciberespaço com a metodologia etnográfica. Entretanto, as grandes questões que norteiam o desenvolvimento de teorias nessas áreas são justamente em relação a como praticar a observação participante em um espaço desterritorializado.

A netnografia (ou etnografia virtual)²⁴ tem sido desenvolvida recentemente como uma metodologia que busca responder à essas questões. Para Braga (2007):

A apropriação da técnica etnográfica, entretanto, suscitou-me uma questão epistemológica na direção do avanço na reflexão sobre os métodos para lidar com os

24 Na prática, etnografia virtual e netnografia abrangem o mesmo conceito. Porém, em nossas experiências de estudo com o tema temos percebido a diferença de utilização desses termos devido ao campo de estudo: netnografia tem sido mais usada em estudos relacionados à áreas do marketing e da publicidade, que tendem a traçar perfis de usuários e consumidores de redes sociais, blogs e sites; enquanto etnografia virtual tem sido mais usada em pesquisas das áreas de sociologia, antropologia e comunicação. Apesar de nos identificarmos mais com o termo Etnografia virtual, buscaremos utilizar, no decorrer deste trabalho, o termo netnografia, por ser mais amplamente usado em nossas referências.

objetos emergentes da internet. Em termos metodológicos, a etnografia se funda na noção de observação participante, visto ser impossível, em situações face a face, uma observação não-participante. Ora, os ambientes interacionais da CMC caracterizam-se pela ausência física das/os visitantes, sendo possível tornar-se “invisível”. Sendo assim, seria possível apreender a cultura de um grupo sem participar dele, somente observando? Seria possível uma “observação não-participante?” Parece ser impossível observar sem participar, ou seja, esta também seria uma forma de participação. Entretanto, interessa que, definitivamente, trata-se de uma participação muito peculiar, na medida em que é possível para o/a pesquisador/a tornar-se invisível, ou seja, ver sem ser visto/a, não interferindo em princípio na dinâmica da interação observada[...] É essa participação (mesmo que invisível) no grupo que irá viabilizar a apreensão de aspectos daquela cultura possibilitando a elaboração posterior de uma descrição densa, que demanda uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus membros e da rede de significação em questão (BRAGA, 2007, p. 6).

Assim, essa transposição da observação participante para os meios virtuais nos parece ser um dos principais pontos a ser considerado nessa metodologia. Entretanto, outro ponto importante levantado pela autora é quanto a necessidade de se ter uma perspectiva etnometodológica do uso da netnografia. A etnometodologia, ao contrário do que sugere o termo, não se refere ao método utilizado, mas sim ao campo de observação. Foca-se assim os estudos aos conhecimentos tácitos dos indivíduos, as formas de entendimento do senso comum, as práticas cotidianas e as atividades rotineiras que forjam as condutas dos atores sociais, para assim se descobrir os “métodos” que as pessoas usam no seu cotidiano para entender a realidade que as cercam (ANDRÉ, 2003). Esse conceito é utilizado por Braga (2007) no sentido de salientar a importância do pesquisador netnógrafo em considerar as especificidades de cada campo de estudo, de cada grupo no qual está sendo aplicado a metodologia, já que “em termos metodológicos, a etnometodologia trabalha com a noção de “exigência singular de adequação”, uma competência exigida do/a analista na atividade concernida” (BRAGA, 2009, p. 8).

A autora ainda nos chama atenção para um outro fator importante a ser considerado na pesquisa netnográfica: para ela, o log file (definido como um arquivo onde se registram todas as atividades realizadas por uma sessão on-line ou um programa) pode parecer como uma ótima solução para captura dos dados, porém não deve ser usado como única fonte, já que estes apresentam um panorama geral do problema e “pode tirar a oportunidade do/a analista de perceber os sentidos intersubjetivamente partilhados pelo grupo em exame ” (BRAGA, 2009, p. 14).

Robert Kozinets (2007) nos sugere 4 ações práticas que podem recuperar procedimentos básicos de metodologia específicos da transposição da etnografia para a

netnografia: Entrée cultural, coleta e análise dos dados, ética de pesquisa e checagem de informações com os membros do grupo.

O Entrée cultural é a preparação para o trabalho de campo, etapa na qual o pesquisador identifica quais aspectos pretende levantar com a pesquisa e seleciona quais grupos virtuais esses aspectos poderiam ser validados e/ou compreendidos. Para a coleta e análise, três tipos de captura são tidos como eficazes: (1) o volume de informações disponíveis pelos meios virtuais pode ser muito grande, o que faz com que o pesquisador necessite utilizar filtros para escolhas de informações realmente pertinentes, como captar dados diretamente dos membros das comunidades; (2) refere-se às observações do pesquisador em relação às práticas comunicacionais existentes nos grupos analisados, inclusive contando com sua própria participação; (3) dados levantados em entrevista com pessoas participantes dos grupos, por meio de ferramentas como e-mails, chats, mensagens instantâneas, etc. O caminho eticamente recomendável pelo autor é a identificação do pesquisador e das intenções da pesquisa a todos envolvidos, já que é muito polêmica a questão de até onde os dados presentes em uma comunidade virtual são públicos. Outra ação importante para a ética de pesquisa é tratar, na escrita textual, os participantes com pseudônimos ou nomes que não os identifiquem completamente. A checagem de informações com os membros do grupo seguem linha ética, além de acrescentar credibilidade à pesquisa.

Seguindo todas essas premissas sobre a netnografia, construímos nossa metodologia de pesquisa, que será apresentada no próximo subcapítulo.

4.2. O trabalho de campo

A preparação para a entrada do trabalho de campo se iniciou já com os levantamentos teóricos apresentados em capítulos anteriores, onde identificamos aspectos que achamos necessários considerar para a avaliação da suposta rede de Pontos de Cultura enquanto um movimento social. Como uma das premissas do Cultura Viva é a articulação dos Pontos de Cultura em rede através da Cultura Digital, são inúmeros os grupos virtuais que poderiam nos fornecer ótimos campos de pesquisa. O grupo escolhido foi uma lista de e-mails chamada *pontossp*. A escolha dessa lista se deu basicamente por três motivos: primeiro porque o pesquisador já possuía uma participação nessa lista há algum tempo, o que facilitaria sua

observação participante e a identificação das especificidades desse grupo para possíveis adaptações e aplicações da netnografia, conforme sugere Braga (2007), além de já se ter uma certa credibilidade quanto à rede e aos autores nela presentes, como ressalta Kozinets (1997); segundo porque os Pontos de Cultura do interior do Estado de São Paulo são, desde a concepção do projeto de pesquisa, nosso objeto de estudo principal; e terceiro porque achamos interessante escolher um grupo que reunisse sujeitos/agentes de uma região mais próxima para que facilitasse possíveis encontros presenciais, como foi o ocorrido.

A lista de e-mails *pontosp* reúne e-mails de pessoas participantes da rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo – como sugere o nome, e também por outros interessados aos movimentos culturais – como descrito na mensagem de boas vindas da lista. Foi criada em agosto de 2007 pela Comissão Paulista de Pontos de Cultura, e hoje conta com 743 membros²⁵. O pesquisador analisou todos os e-mails enviados à lista nos meses de março, abril, maio e junho de 2012. Nesse período, foram totalizados 1718 e-mails enviados à lista, o que causa o problema levantado por Kozinets (2007) quando dizia que o volume de informação pode ser muito grande. Dessa forma, e já em posse dos elementos a serem analisados, aplicamos um filtro baseado na experiência do pesquisador com o grupo, escolhendo informações estratégicas que pontuavam ações do grupo. Criamos assim um log file com cerca de 30 e-mails enviados durante esse período, o que já garante amplo conteúdo de análise. Gostaríamos de salientar que a aplicação desse filtro foi um processo inserido na percepção do pesquisador quanto aos sentidos intersubjetivamente partilhados pelo grupo, inclusive por ele.

Achamos necessário realizar a coleta de dados também de encontros presenciais. A partir de informativos e combinados feitos na lista de e-mails fomos a três encontros entre pessoas e grupos participantes da rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo:

- O primeiro foi uma reunião da Comissão Paulista de Pontos de Cultura (CPPC). A Comissão Paulista é formada num sistema de eleição representativa, sendo que cada macrorregião do Estados (politicamente, o Estado é dividido em 9 macrorregiões, sendo que uma delas é a de Campinas) elege seus representantes para a comissão Paulista. Dessa forma, entendemos que a Comissão é extremamente importante em nossos estudos, já que, além de discutir as demandas dos Pontos de Cultura, também reúne suas principais lideranças.

- O segundo foi um encontro de alguns Pontos de Cultura da região metropolitana de

25 Disponível em: <https://lists.riseup.net/www/info/pontosp>. Acesso em: 03 jul. 2012.

São Paulo com a Caravana Por La Vida – essa por sua vez formada por Pontos de Cultura de diversos países da América Latina e que estavam no Brasil para a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*.

- O terceiro foi a participação na formação regional dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo – macrorregião de Campinas, organizada pela parceria da Comissão Paulista de Pontos de Cultura com a Secretaria de Estado da Cultura. As formações dos Pontos de Cultura são importantes espaços de reunião, já que todos os Pontos da rede paulista participam. Nesse encontro em especial aconteceu o fórum regional, onde foram levantadas demandas, questionamentos e deliberações.

Realizamos também entrevistas para a consolidação do levante de dados. Foram escolhidos dois articuladores culturais que trabalham em Pontos de Cultura. O primeiro deles, o Dani, é coordenador de um Pontão de Cultura na cidade de São Carlos – SP, e há muitos anos participa dos principais debates colocados em torno da cultura no Brasil. O segundo, Binho, é articulador de projetos culturais na cidade de Rio Claro e participante ativo dos debates entorno do Programa Cultura Viva. Os dois entrevistados possuem ampla experiência com o Programa Cultura Viva, participando das esferas hierárquicas como as comissões, desde suas concepções. A escolha dos entrevistados se deu de forma estratégica. Primeiro pela proximidade dos dois com o pesquisador, tanto física (já que o entrevistador residiu na cidade de Rio Claro, que também fica próxima à cidade de São Carlos), quanto na facilidade de contatá-los (o pesquisador já conhecia os entrevistados através de outros encontros e eventos). Segundo porque o trabalho desempenhado pelos dois articulistas nos parece muito intrínseco ao Programa Cultura Viva e à proposta do presente trabalho. O Pontão de Cultura cujo o primeiro entrevistado coordena, tem o objetivo de articular ações em Cultura Digital com vários outros Pontos de Cultura, fornecendo inclusive formações nessa área, sempre buscando o trabalho em rede. Essa experiência nos parece fundamental em nossas análises. O segundo entrevistado participa, ativamente e de forma muito ampla, dos fóruns colegiados de discussão, tanto virtuais quanto presenciais, dessa suposta rede dos Pontos de Cultura. Do mesmo modo, essa experiência se mostra fundamental ao nosso campo de análise.

Ainda em relação às entrevistas, utilizamos a metodologia de entrevista não estruturada, fazendo com que os entrevistados ficassem livres para falar sobre o tema exposto. Eduardo José Manzini (2003) sugere que em entrevistas não estruturadas a transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, a fim de capturar os detalhes dos momentos presentes,

bem como as nuances da conversa (já que esta não é estruturada). Dessa forma, o próprio pesquisador transcreveu as entrevistas, e essas transcrições são apresentadas no Apêndice A.

Quanto à questão ética, ressaltamos que pedimos a licença de uso dos textos escritos pela lista de e-mails e pelas palavras faladas nos encontros presenciais, que foram mais tarde transcritas. Os nomes e os e-mails dos membros do grupo não são mostrados de modo que se possa identificá-los, bem como o nome dos entrevistados, que são nesse trabalho identificados pelos seus apelidos. O Apêndice A traz os arquivos produzidos com a coleta dos dados na íntegra, o que inclui os e-mails utilizados e as entrevistas transcritas, além dos relatórios obtidos das reuniões presenciais.

4.3. Análise dos dados obtidos e conclusões

Percebemos que é complicado pensarmos nos Pontos de Cultura como um único grande coletivo. Uma das propostas do Programa é a formação de uma rede de Pontos de Cultura, como descrito várias vezes nesse trabalho, porém não conseguimos identificar essa grande rede formada, seja de forma ideológica, acionista ou até mesmo virtual. Não existe sequer uma grande lista de e-mails ou espaço virtual de debate da qual participem todos os Pontos de Cultura, esse espaço nunca foi criado, como descreve o entrevistado Binho:

“Mesmo se falando tanto do movimento de Cultura Digital, nunca foi criada, seja pelo governo, por alguns grupos, ou por quem quer que seja, um espaço de comunicação que incluísse todos os pontos de cultura do país.”

Essa primeira aproximação da atual configuração dos grupos que são Pontos de Cultura requer algumas reflexões. Uma delas se deve ao processo de surgimento de um Ponto de Cultura, de como um grupo se torna Ponto de Cultura e passa a fazer parte dessa nossa análise.

Um grupo se torna Ponto de Cultura através de um edital público, aberto pelo governo. Existem três modelos possíveis de editais: os gestados pelo Ministério da Cultura, os gestados pelos Estados, e os gestados pelos municípios. Os dois últimos modelos formam o que são chamados de redes estaduais e redes municipais de Pontos de Cultura. Através dos editais público, os grupos podem escrever e inscrever seus projetos, pleiteando se tornarem um Ponto de Cultura. Para isso é necessário que o grupo seja constituído juridicamente, e obedeça a

algumas regras estabelecidas no edital. A partir do momento que um grupo (entidade) se torna ponto de cultura, passa a seguir um regime estabelecido pela lei que normatiza o repasse de verba pública para a sociedade civil.

Existe uma compreensão de que o sistema de editais é justo e democrático, já que possibilita qualquer grupo pleitear tal chancela, porém, quando pensado o Programa como um todo, isso causa algumas divergências. Os grupos que se tornam Pontos de Cultura nem sempre compartilham as mesmas ideologias, o que dificulta ou impossibilita a participação de todos os grupos em uma mesma rede. É nesse ponto que identificamos uma característica importante observada sobre os Pontos de Cultura: existem formadas e consolidadas várias pequenas redes, que funcionam muito bem devido às afinidades que os grupos encontram entre si, sejam elas afinidades geográficas, ideológicas, por linguagens artísticas ou até mesmo afinidades pessoais das lideranças dos grupos.

A rede de e-mails analisada é um exemplo disso. Apesar da proposta da formação da rede de e-mails *pontossp* ser reunir todos os pontos de cultura do estado de São Paulo, apenas algumas pessoas representantes de alguns grupos participam efetivamente. Alguns acham que isso ocorre porque houve, em 2009, um edital de abertura de novos 300 pontos de cultura, o que formou a chamada rede estadual, e esses novos grupos não teriam sido devidamente acolhidos. Entendemos que a participação na rede se deve mesmo pelas questões de afinidade, e de uma certa forma, afinidade com a Comissão Paulista de Pontos de Cultura (CPPC). Isso porque, analisando os e-mails presentes em nosso *logfile*, vemos que a maioria dos articuladores dessa rede são os representantes que formam a CPPC.

Esses articuladores reconhecem essa pequena rede como um movimento, e se auto denominam como tal, como pode ser observado em vários e-mails:

“A próxima reunião do movimento será dia 14/4/12 no Ponto de Cultura da Escola de Samba da V.Maria, São Paulo.”

“...São Paulo e demais estados vai fortalecendo o movimento dos Pontos de Cultura e certamente o Programa Cultura Viva!”

“1º passo para a Marcha do Movimento Cultura Viva!”

“...espaço de diálogo que será a reunião do Movimento de Pontos de Cultura no dia 14 de abril.”

Porém, podemos também entender um pouco do que essa rede compreende por movimento:

“Convidamos os Pontos para participarem de reunião para discutir a possibilidade de formação da **Federação Paulista dos Pontos de Cultura**, será no dia 26 de Maio às 15 horas na sede do Pontão de Cultura da Vila Prudente, Rua Baía Grande nº456, Vila Prudente, São Paulo, Capital.”

“Agora sim.

Com Estatuto – CNPJ – e assim representatividade?”

“Sim, também acho, por isto discuti bastante por aqui a ideia de se criar um MPC - Movimento dos Pontos de Cultura. Federação é complicado, tem que haver a criação, primeiro, dos sindicatos, para depois existir a FEDERAÇÃO. Além do mais, não é barato criar-se uma FEDERAÇÃO, pois depende de Carta Sindical, etc.”

“E porque não – já sem hora – Associação Nacional do Pontos de Cultura?

Uma Associação configurada como OSCIP (ainda que - em minha modesta opinião - a ideia de Movimento seja mais coerente com os princípios do Programa).”

Verificamos que há uma ideia de criação de movimento, através de um formalização, e uma tentativa de mobilização para que isso aconteça, se enquadrando na categoria de Mobilização Social pensada por Toro (2007), e discutida nas teorias sobre movimentos sociais.

Talvez o Estado também se aproprie dessa mobilização social. Percebemos que há, através dos editais públicos, uma tentativa de organização do movimento cultural brasileiro. Um dos princípios do Programa Cultura Viva é a gestão compartilhada. Entretanto, essa diretriz nos forneceu diversos conflitos, muito bem representados pelo depoimento do entrevistado Dani:

“o Programa foi criado em um momento no qual não existia, e nem sei se hoje existe, um reconhecimento por parte do campo cultural – dizendo aí produtores culturais, artistas, de uma maneira geral no Brasil - como um grupo de interesses comuns, determinado assim como uma classe ou algo do tipo. Então, não existindo isso, o conceito que era muito bom encontra um problema significativo que é a ideia da gestão compartilhada. Quando se fala de gestão compartilhada, se fala de compartilhar a gestão entre o governo – que é o detentor da gestão - e o outro, que é o alguém. Mas que alguém que é esse?”

A gestão compartilhada é um princípio solidarizado e defendido pelos pontos de cultura, porém na prática essa relação se torna indefinida, já que não há uma determinação de um “outro lado” dessa gestão. O que acontece então muitas vezes, são relações de proximidade com determinados grupos e pessoas, o que ocasiona a impressão de certos favorecimentos. É nesse ponto que introduzimos uma outra importante observação: a forte influência dos partidos políticos.

Os depoimentos dos entrevistados convergem em muitos pontos, e um deles é em relação à cooptação das estruturas de poder montadas sobre o Programa Cultura Viva com os partidos políticos. Segundo eles, a hierarquização das tomadas de decisão, quando se trata da sociedade civil (os grupos pontos de cultura) se deu através da montagem de comissões

(nacionais e estaduais). Esse modelo propicia a disputa de espaços e poder, e teria sido estruturado já com essa finalidade. Nesse contexto, os partidos políticos da base governista teriam grande influência, e acabariam por disputar esses espaços já na concepção dessas diretrizes.

Nas reuniões presenciais pudemos observar o quanto os partidos políticos estão presentes nessas tomadas de decisão. Na reunião visitada da CPPC, haviam alguns membros do Partido dos Trabalhadores e que anunciaram relações com alguns políticos, como descrito no relatório. Isso não causou nenhuma tensão na reunião, o que nos faz pensar que dentro da Comissão haja uma identificação às ideologias partidárias do PT. Porém, nem todos os pontos de cultura compartilham, como observamos no Encontro de Formação dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo ocorrido em Americana.

Esse Encontro de Formação traz elementos muito interessantes para nossa análise. Primeiro porque a rede estadual dos Pontos de Cultura de São Paulo é gestada pelo Governo Estadual através da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), que é do PSDB, oposição clara ao Governo Federal. Segundo porque a SEC “obriga” todos os pontos de cultura a participarem dessas formações. A participação de todos os pontos de cultura (são mais de 500 pontos no Estado de São Paulo, como demonstrado na Figura 1 da página 41) causa um certo estranhamento entre os grupos ali presentes. Para fins didáticos, classificamos as atuações dos grupos nesse encontro em algumas categorias:

A primeira delas é formada pelos grupos que se identificam com as ideologias progressistas, e se aproximam de partidos que se auto denominam de esquerda e centro-esquerda, da base do governo Federal. Isso não quer dizer que todos sejam de partido, mas há uma aproximação das lutas por defesa de alguns interesses, como a demanda dos movimentos sociais, a crença na participação popular e na democracia participativa.

A segunda é formada pelos grupos que se identificam com o governo estadual, e que acreditam que é preciso que haja uma formação superior aos pontos. É nesse sentido que o encontro foi organizado de forma vertical (apesar do discurso ser outro). Isso ficou claro quando observamos as atividades presentes na formação, e tão bem descritas pelo entrevistado Binho:

“Um exemplo são os encontros de formação, nos quais o governo do estado sempre chamou outras pessoas detentoras de conhecimento e sabedoria para ensinar aos Pontos de Cultura. Não que não haja nada para os Pontos aprenderem, muito pelo contrário, sempre há muito, como por exemplo a capacitação em captação de

recursos. Porém, os grupos culturais também possuem suas especialidades e conhecimentos profundos. O que poderia ser uma valorização desses, sempre se tornava uma aula com um professor de fora. O que houve de formação foi na área de conhecimento dos próprios pontos, por exemplo a vinda de um “outro alguém” para falar sobre culturas tradicionais, enquanto há Pontos de Cultura que há mais de cinquenta anos trabalham com cultura tradicional.”

Uma terceira categoria é formada por aqueles grupos que não se interessam pelas disputas políticas, e que claramente estavam ali cumprindo seu papel enquanto gestor do dinheiro público. Segundo o entrevistado Dani:

“Entendemos que os editais geram esse tipo de problema. Em um primeiro momento, quem acessa os editais são os grupos já engajados. Porém, se pensando em política pública e expansão dos direitos, a ideia é que se possa impactar toda a sociedade brasileira com Pontos de Cultura. Desse modo, as diretrizes dessa política visam o aumento do número de grupos, o que insere na disputa pelos editais os grupos menos engajados e que possuem diferentes modos operantes, como por exemplo grupos que trabalham com uma estrutura interna em que todo mundo é contratado em formato CLT, e que tem os cargos definidos de direção, e etc. É uma cara de trabalho que não é exatamente essa cara do grupo que busca por autonomia, que faz as discussões coletivas, que define como vai tomar os rumos. É outro formato. Alguns desses grupos até conseguem desempenhar um bom papel dentro da rede, e se contagiar um pouco com essa discussão que a rede traz, mas uma parte deles não. Apenas concorrem aos editais, são contemplados, usam o dinheiro público de maneira devida e conforme o plano de trabalho inicial, e mandam seus relatórios.”

Essa diferença de posicionamento político gerou tensões durante o encontro de Formação, tensões não muito explícitas, mas que pudemos observar em alguns momentos. Um deles foi em relação ao Fórum que ocorreu como última atividade do Encontro, momento no qual muitos grupos foram embora e não se interessaram em participar. Dos grupos que ficaram, muitos desistiram e foram embora no meio das discussões. Por fim, ficaram os grupos encaixados na primeira categoria descrita acima. As discussões do fórum foram articuladas pelos membros da CPPC, e são relatadas em detalhes no Apêndice A.

No entanto, há alguns temas que se tornam mobilizantes de toda a rede dos pontos de cultura. O cenário cultural que o Programa Cultura Viva propõe é unanimidade entre os grupos, e todos concordam com a importância dessa política pública se tornar uma lei. Juntamente com essa discussão, a necessidade da mudança da lei de repasse de dinheiro público para a sociedade civil (lei 8666) também se tornou um senso comum entre os grupos. As questões financeiras se tornam centrais em todos os momentos de nossas observações, nas quais houve uma forte pauta reivindicatória que foi a questão econômica. Um fato ocorrido foi que, no ano de 2012, o repasse de verba anual feito aos grupos atrasou, o que fez com que, no período de nossa observação da lista de e-mails *pontossp*, as principais discussões se dessem em torno dessa problemática. Concluímos desse contexto que os grupos cancelados

como Pontos de Cultura entendem o financiamento da cultura como garantia constitucional. Nesses moldes, os Pontos de Cultura devem sim ser financiados pelo Estado. Outro consenso existente na rede como um todo é que a política pública Pontos de Cultura deve ser da sociedade civil, a fim de garantir a autonomia em relação ao governo. Essa diretriz é um sinal de que, consciente ou inconscientemente, a rede percebe um potencial movimento.

É interessante ressaltarmos que essas definições transversais, que aqui as tratamos como consensuais a toda a rede dos pontos de cultura, se constroem. De maneira geral, elas transcendem as estruturas hierárquicas montadas sobre o programa, já que não foi decisão de nenhuma comissão que essas “bandeiras” fossem levantadas pelo coletivo. Em relação a isso, o entrevistado Dani nos diz que isso acontece:

“Por conexão de rede mesmo. Pelo que se conversa pessoalmente, do que se conversa por e-mail, do que se conversa via redes sociais, e esse é um processo que se consolida de uma forma diferente do que é a estrutura clássica de comissão, representante, região, etc. É um outro formato, e que talvez vá caber um outro entendimento mais contemporâneo do que é um movimento social.”

Vemos assim que as ferramentas digitais e a cultura digital são fundamentais para o processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos, conforme demonstrado anteriormente, que um dos objetivos fundamentais do Programa Cultura Viva é desesconder a cultura brasileira, e mostrar quem de fato faz cultura no país. Desse modo, o Programa fomenta trabalhos realizados por grupos culturais a fim de potencializar esses trabalhos através da formação de redes, compartilhamento e trocas de experiências, aumento do número de pessoas atingidas, etc. No entanto, para receber verba do Governo (seja na esfera federal, estadual ou municipal) foi preciso que os grupos - que ainda não se formavam através de associações, ONG's, cooperativas, etc - se institucionalizassem, devido à legislação brasileira referentes ao repasse de verba pública. Para alguns grupos, a burocracia criada com a institucionalização foi um sério problema, a ponto de se extinguir os trabalhos realizados. Para outros, foi uma importante abertura para novas formas de organização, tanto do trabalho quanto da sociedade participante. Todas as suas reuniões e encontros contam com uma articulação já provida por esses grupos. A base demandatória parte dos participantes e dirigentes dessas ONG's e associações.

Compreendemos que apesar da falta de afinidade entre alguns grupos, existe em todo esse processo pequenas redes já formadas, e que dão base e suporte para a existência de uma potência de formação de um movimento social de abrangência nacional, ainda mais quando verificada a importância que se tem o uso das ferramentas digitais na articulação dos grupos. Assim, a Cultura Digital e o Software Livre (premissas do Programa Cultura Viva) se mostram como importantes fundamentos nesse processo.

Consideramos importante ressaltar que a crença das transformações sociais se dão através da arte, da inserção social e cultural num contexto de participação popular e das tomadas de decisão, ou seja, através do trabalho desenvolvido pelas entidades participantes do Programa. Entretanto, esse trabalho precisa ser dirigido por demandas reais da sociedade. Dessa maneira, se acredita que o trabalho cultural precisa ser financiado também pelo Estado, assim como todos os outros direitos garantidos em constituição, já que dentro de uma perspectiva democrática o Estado responde à essas verdadeiras demandas, agindo desse modo como verdadeiro transformador. Nesse contexto, cabe aos Pontos de Cultura ser provedor da democracia, através do levantamento de demandas e da pressão popular, e cabe ao Estado garantir meios para que o trabalho desses grupos continue, esses sim os potenciais

transformadores.

Concluimos que os Pontos de Cultura podem ser categorizados como um embrião de um movimento social, seguindo as tendências de institucionalização e de especialização em assuntos que dizem respeito aos seus campos de atuação. Mas com a diferença da mobilização social, essa, nos Pontos de Cultura, iniciada pelo Estado. Isso causa a construção de equipamentos de controle do poder, o que muitas vezes impossibilita as ações coletivas de um movimento, e é nesse momento que a cultura digital joga seu papel decisivo, possibilitando, ainda que de modo bem tímido, outras formas de organização, criando-se assim temas transversais que se transformam em bandeiras comuns a todos os grupos. São nessas possíveis formas de organização que existe na rede dos pontos de cultura, que percebemos uma potente possibilidade de transformação, seja do movimentos em si, seja da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Rafael Sandoval. **La dimension política de la identidad del sujeto**. Espiral, México, n. 17 (jan.-abr. 2000) 71-86.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2003.

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-48, 1991.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fabio. **Ontologia da liberdade na rede**: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: Encontro da Compós, 19., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 2010. Disponível em <http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=1442>. Acesso em 30 abr. 2013.

AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução uma antropologia da Supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BRAGA, Adriana. Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16., 2007. Curitiba: UTP.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, H.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURGWAL, G. An Introduction to the Literature on Urban Movements in Latin America. In: ASSIES, W.; BURGWAL, G.; SALMAN, T. **Structures of Power, Movements of Resistance**. Amsterdam: CEDLA, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTELLS, Manuel. **Movimentos Sociais Urbanos**. Madri: Siglo XXI, 1974.

— . **La Questión Urbana**. Madri: Siglo XXI, 1972.

— . **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

— . **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, Eliane Sarmento. **“Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje”**: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, mai/ago. 1999. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 20 abr. 2012.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, 1996. v.1.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, p. 101-124, Vol. 21, 2008. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf.

Acessado em: 27 fev. 2013.

EVANGELISTA, R. De Almeida. **Traidores do movimento**: política, cultura, ideologia e trabalho no Software Livre. 2010. 240f. Tese de doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010, Campinas.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamon, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

—. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão & Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

—. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sóciotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

GEERTZ, Clifford. **The interpretations of cultures**. Nova York: Basic Books, 1973.

—. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

—. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

- KOZINETS, Robert. The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities. **Journal of Marketing Research**, n. 39, p. 61-72, feb. 2002. Disponível em <http://www.nyu.edu/classes/bkg/methods/netnography.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2013.
- . Netnography 2.0. In: BELK, R. W. **Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing**. Edward Elgar Publishing, 2007.
- LATOURETTE, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LÉVY, Pierry; LEMOS, André. **O Futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierry. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- . **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadao (orgs.). **Colóquio sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.
- MARINHO, Ernandes Reis. **As Relações de Poder Segundo Michel Foucault**. E-Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008. Disponível em <http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/7>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y partidos políticos em América Latina**. Buenos Aires, Clacso, 2006.
- MONTARDO, S. P., ROCHA, P. J. Netnografia: Incursões metodológicas na cibercultura. Brasília: **Revista E-compós**, v. 4, 2005. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/55>. Acessado em: 19 ago. 2012.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. Bolívia: a multidão constituinte. **Folha de S. Paulo**, 30 jan. 2008, A3.
- SÁ, S. P. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, J.L. **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker editores, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p. 31-48, jan./jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320010001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio: Civilização Brasileira, 2003.

SPRADLEY, James. **The ethnographic interview**. Nova York: Prentice Hall, 1979.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. D. F. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). **Classes médias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

— . **Le voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978.

— . **Palavra e Sangue**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VIRILIO, Paul. Os motores da história: entrevista com Paul Virilio. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). **Tecnociência e Cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 127-147.

WAX, Rosalie. **Doing fieldwork**: Warning and advice. Chicago University Press, 1971.

WIENER, Norbert. **Cybernetics**: or the control and communication in the animal and the machine. Massachusetts Institute of Technology, 1948.

APÊNDICE A

ARQUIVOS DOS TRABALHOS DE CAMPO

Log File

De: A. P. [mailto:.....@yahoo.com.br]

Enviada em: quinta-feira, 8 de março de 2012 18:34

Assunto: Enc: [PONTOSSP] Relato da Reunião dos Movimento dos Pontos de Cultura

Ponteiros do Vale,

abaixo segue o relato da reunião do Movimento de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo.

Tivemos uma bela recepção das crianças e a presença do Mestre Paizinho de Taubaté.

Falamos muito sobre a possibilidade de cancelamento do edital dos Pontões por parte do MINC e as estratégias para que seja evitado.

Até por conta de outros cancelamentos e a não perspectiva de novos editais, foi decidido que não concordamos com o "redesenho" mas sim um aprimoramento do Cultura Viva e por consequência sua ampliação.

Também foi falado sobre a capacitação do 1º semestre, aproveitaremos esta data para também discutirmos este aprimoramento

A capacitação em todo o Estado será em 9 regiões, nós seremos uma delas.

Sugerimos a data de 12 e 13 de maio e o local indicado será na cidade de Taubaté.

A definição exata da data e local será ainda construída entre a Comissão Paulista e a Sec. de Cultura.

M. J. ficou de verificar junto a prefeitura de Taubaté a possibilidade de sediar esta capacitação.

A próxima reunião do movimento será dia 14/4/12 no Ponto de Cultura da Escola de Samba da V.Maria, São Paulo.

A. P.

PC Bola de Meia

De: V. C. A. <....@gmail.com>

Para: pontos oeste <pontosgrandeoeste@googlegroups.com>; pontossp <pontossp@lists.riseup.net>

Enviadas: Terça-feira, 13 de Março de 2012 12:01

Assunto: [PONTOSSP] Fwd: pontosgrandeoeste Encontro com o Sec de Cultura do EMBU das Artes /Teia REGIONAL

REFORÇANDO O CONVITE

A todos os ponteiros (as) , mais uma vez envio este e-mail com objetivo de movimentar a rede de PONTOS DE CULTURA (regiões metropolitanas) e convocá-los para o comparecimento no dia 15 de Março na reunião com o Secretario de Cultura da cidade do Embu .(Por favor leiam abaixo do que se trata) .

Se possível confirmem o recebimento deste e-mail. Assim como a participação.

Olá a todos os ponteiros da MACRO OESTE e outras rede de Pontos , como , Diadema e São Bernardo.

Espero que todos tenham tido um tempinho para ler o e-mail referente ao último encontro da comissão paulista em São José dos Campos, principalmente ao que se refere as Teias e as formações regionais .

O que tenho a informar é que está marcado um encontro com o *Secretário de Cultura do Embu das Artes* , Paulo Oliveira , no dia **15 de março** , no horário de 10:00 horas da manhã , na prefeitura municipal do Embu, no gabinete do secretário.

Desde de já, acho importante se os ponteiros(as) da regiões citadas acima puderem comparecer para este bate-papo , porque dentro do que foi conversado na última reunião da comissão , teremos que decidir e articular com as três possíveis cidades para sabermos em qual delas poderá ser realizada a Teia e a formação.

E mesmo tendo alguns termômetros de que o Embu possivelmente não abraçará o evento , temos que bater o martelo com uma conversa com o Secretário Paulo Oliveira .

Fico no aguardo , e se possível sinalizem sobre o comparecimento ou não neste dia 15 de março.

E peço por gentileza , se a E. por acaso não ler este e-mail , por favor avise-a , porque acho de fundamental importância a presença dela neste encontro.

V. A.

OCA- uma escola Cultural

From:@gmail.com

Sent: Tuesday, March 13, 2012 5:03 PM

Subject: Re: [PONTOSSP] Relato da Reunião dos Movimento dos Pontos de Cultura

REUNIÃO ENTRE PONTÕES E ABONG

PRESENTES: M. DAS HISTÓRIAS, E. – PONTÃO INTERAÇÕES ESTÉTICAS, A. – OUTRAS PALAVRAS, D., S., J. DO PONTÃO BOLA DE MEIA, M. DO COMMUNE, E., BARATA DO AÇÃO EDUCATIVA, V. M. DA ABONG E A. DO POMBS URBANAS.

APRESENTAÇÃO DE TODOS OS PONTÕES PRESENTES E RELATOS DOS DIFERENTES CASOS E PROCESSOS DOS PONTÕES DE CADA UMA DAS ORGANIZAÇÕES.

ALGUNS PONTÕES DO EDITAL DE 2007 QUE RECEBERAM APENAS UMA PARCELA, OUTROS DE 2009 QUE RECEBERAM UMA PARCELA E OUTROS DE 2009 QUE NÃO RECEBERAM NENHUMA.

VERA DA ABONG FEZ UM PEQUENO RELATO DAS RELAÇÕES ENTRE ONGS E GOVERNO DILMA E PLATAFORMA CONSTRUÍDA WWW.PLATAFORMAOSC.COM

M. DAS HISTÓRIAS TROUXE OS PROCESSOS DOS EDITAIS CANCELADOS E DOS PONTÕES COM RECOMENDAÇÃO DO CGU PARA SEU CANCELAMENTO E RELATO DO ADVOGADO QUE FOI ATÉ BRASÍLIA E ESTÁ FAZENDO UM PARECER. O ADVGADO LEVANTANDO NO EDITAL E NO PROCESSO ERROS POR PARTE DO MINC.

A E. TAMBÉM FEZ ALGUNS COMENTÁRIOS AO OLHAR O PROCESSO:

*O edital dos pontões 2009 não foi homologado e, portanto outros pontões podem ser incluídos até o limite de 40 ou de 14 milhões por ano. O último parecer da AGU cita a **recomendação do MinC de anular o edital 2009**. A AGU não se opõe a esta intenção. O que está em discussão neste momento é a anulação do edital dos pontões 2009. Se isto acontecer nenhum dos contratos assinados tem base jurídica e todos serão cancelados com **devolução dos recursos** da primeira parcela. O que é diferente de contratos rescindidos como disse a M. R.*

FIZEMOS PEQUENO RELATO DO QUE NOS LEVOU A PROCURAR A ABONG PARA SOLICITAR ASSESSORIA JURIDICA AOS PONTÕES.

FALAMOS DO PARECER DO CÉLIO TURINO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA, DA MATERIA DO GLOBO E DA RESPOSTA DO MINC.

A ABONG NÃO TEM INFRA PARA ABRAÇAR ESSA ASSESSORIA JURIDICA, ENTRETANTO, V. COLOCOU ALGUMAS SITUAÇÕES ENFRENTADAS POR OUTROS SETORES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E INDICOU PROCURARMOS UM DIALOGO DIRETO COM A OUVIDORIA DA CGU,

(OUVIDORIA GERAL DA UNIÃO: JOSÉ EDUARDO ROMÃO 061 – 2020 7282 jose.romao@cgu.gov.br)
 POIS ESSE RECURSO JÁ EXISTE ATÉ MESMO EM DECORRENCIA DA FALTA DE MECANISMOS PARA CONVENIOS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL QUE TEM LEVADO A UMA CRIMINALIZAÇÃO DAS ONGS, TAMBÉM PODEMOS COLOCAR CASO A CASO COMO MUITOS PROBLEMAS ESTÃO SENDO GERADOS PELA FALTA DE ESTRUTURA DO MINC PARA GERIR AS RELAÇÕES COM OS PROJETOS E TAMBÉM ERROS E BUROCRACIA DO PROPRIO MINC.

PENSAMOS EM FAZER UMA CONVERSA SOBRE ISSO NO ENCONTRO COM GESTORES E M. R. EM 23/04 NA REGIONAL DO MINC EM SP. PARA TANTO VAMOS ESCANEAR OS PROCESSOS E COLOCAR NO SITE DA CNPDC, PARA QUE OS PONTOS FAÇAM CONSULTAS JUDIRDICAS PARA MINUCIAR MOVIMENTO E FAZER UM PARECER DA PROPRIA COMISSÃO.
 TAMBÉM FICAMOS DE FAZER UM EMAIL E CHAMAR UMA MOBILIZAÇÃO PARA DIA 23/04 E O CONTATO COM A FRENTE PARLAMENTAR DA CULTURA PARA QUE NOS APOIE.

ABRAÇOS COM ASAS

A.

Terça-feira, 13 de Março de 2012 23:31

Oi C. que saudade!

Pois então...desculpe não responder tão prontamente...correndo mais que o "papalégua" para dar conta de tudo bip bip!

Mas o negócio é o seguinte. Ajude quem puder...

No dia 23 de março estão tentando marcar uma reunião com Márcia Rolemberg (sei lá como escreve...) na sede do MINC já que ela vem para uns compromissos no estado.

Daí pensamos em nos reunir (representantes de pontos de cultura) na sede da Ação Educativa (entre a estação República e Santa Cecília) para falarmos sobre os processos, tentar fazer um resumo de uma carta para entregar a tarde para ela.

Porém além de entregar a carta para a nova secretária resolvemos fazer um ato artístico, com tambores, bonecos etc...para criar fato político e chamar a mídia...esse tipo de ação tanto no Rio, São Paulo e demais estados vai fortalecendo o movimento dos Pontos de Cultura e certamente o Programa Cultura Viva!

Por isso faça uma boa divulgação na sua região para uma possível ida ao MINC no dia 23 estamos apenas aguardando da S. e demais compas a confirmação sobre o horário e agendamento dessa reunião com a digníssima secretária.

Também tiramos o apoio do estado de São Paulo a uma possível Caravana, a nossa 2ª marcha a Brasília em 18 de abril.

Por esses dias devemos confirmar essas datas e passar a trabalhar em cima dessas decisões.

Fora isso os Pontões e Pontos que estão sem receber ou tiveram cancelamentos de editais que queiram irão entrar com um "mandato de segurança" contra o MINC pois os diálogos já se esgotaram...tem muito ponto de cultura precisando fechar portas o que não é justo...

Também precisamos nos fazer conhecer pelos deputados e a nossa história, esse nosso sofrimento no governo "Dilma"

Em 14 de março de 2012 18:00, V. V. L. <...@gmail.com> escreveu:

I REUNIÃO temática

Redesenho Do Programa Cultura Viva

1.1 Objetivo Geral desta reunião

Iniciar o Redesenho do Programa Cultura Viva à partir de alguns dos principais desafios identificados nas pesquisas do IPEA (2010 e 2012).

- Conveniamento,
- Prestação de contas;
- Rede e

● Atuação da Secretaria

1.2 Local e Horário

O evento será realizado no Edifício Parque da Cidade, 12o. andar, entre os dias 26 e 27 de Março nos horários das 09hs às 13hs e das 14h30 às 18h30

1.3 Participantes

Cerca de 40 pessoas, integrantes do Grupo de Trabalho, participarão das Reuniões Temáticas. Serão disponibilizadas 05 mesas com 08 lugares em cada mesa de trabalho. A distribuição dos participantes nos GTs será previamente definida com critérios que contribuam para melhor desempenho das equipes.

1.4 Programação

Momento 01

1. Abertura do Evento
2. Apresentação do processo de Redesenho do programa montado pela Secretaria em parceria com IPEA
3. Apresentação da Linha do Tempo do Programa desde sua criação
4. Identificação dos principais pontos de atuação para Redesenho do Programa;

Momento 02

1. Identificação das ações de melhoria do fluxo no processo de conveniamento;
2. Identificação de ações que possam contribuir para a melhoria dos fluxos de procedimentos da Secretaria em relação aos pontos e pontões;
3. Identificação de ações de melhoria do processo de prestação de contas
4. Pactuar marcos e formatos de registros necessários para prestação de contas

Momento 03

5. Identificação de ações que qualifiquem os papéis dos pontões em relação aos pontos e vice versa
6. Identificação, no contexto, das principais instâncias de atuação da rede.

Momento 04

7. Pactuação de compromissos
8. Avaliação do evento

Equipe IPEA Redesenho Cultura Viva

F. B., G. de O., V. L., S. D., M. O..

Quarta-feira, 14 de Março de 2012 18:16

Muito obrigado pelo informe, V.!

Gostaria de dizer que não há no momento qualquer registro desse chamado no site do Cultura Viva: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/>

E por conta disso o processo pode ficar fragilizado. Entendo que quando mais publicização disso mais o debate pode ser transparente e participativo.

Peço desculpas se até o momento da leitura desta mensagem a notícia já estiver publicada. Abraço, F. C.

Sexta-feira, 16 de Março de 2012 16:51

Pessoal, paz e bem. Venho lhes convidar para participar do 1º Encontro de articulação do Povo Indígena Pankará em São Paulo amanhã a tarde. Este encontro é realizado pelas lideranças Pankará Chirley de Mauá e Gracineide de São Bernardo, e possui nosso apoio (este ano já apoiamos de forma simplória uns 3 encontros indígenas em SP de outros povos). O evento, além de reunir e articular este povo (que está em

grande numero na região), terá a função de mostrar aos Pankará e outras etnias presentes (Atikum, Terena, Fulni-ô, Pankararu, etc) o que tem sido feito em termos de questão indígena de contexto urbano no ABC paulista, incluindo a discussão de políticas publicas locais. Vejam os dados do evento:

-M. J. A.

Coordenador do Projeto "Índios na Cidade"

Domingo, 18 de Março de 2012 14:18

Oi L.

É sempre bom dialogar com você.

Pois arregacemos as mangas para um protesto histórico da Cultura!

1º passo para a Marcha do Movimento Cultura Viva!

Quem pode solicitar uma audiência com a presidente ou mesmo apenas uma entrega simbólica de uma carta do Movimento Cultura Viva para ela no dia da marcha?

Quem sabe CNdPC com apoio de algum deputado ou da Comissão de Direitos Humanos ou da Cultura...

Precisamos em primeiro ponto garantir a data para que ela (Dilma) receba a Carta da Cultura... ou melhor seria o "Cordel da Cultura" quem se habilita? Colocando nele tudo o que estamos passando e que necessitamos de sua intervenção junto ao MINC... principalmente por ter sido uma "promessa" de campanha com relação a continuidade com avanço dos Pontos de Cultura pelo país contra a fome e a miséria. Tomando como fome todas e quaisquer necessidades do ser humano para uma vida saudável e digna e miséria tomando como base a pobreza de não se construir a própria identidade cultural de seu povo e suas expressões.

Chegamos em Brasília e marcamos um ponto de encontro bem próximo ao planalto. Dali vamos caminhando até o lugar combinado.

A gente pára em frente ao planato e ela vem apenas receber a carta, isso geraria um fato e conseqüentemente mídia televisiva.

Eu participei de uma caminhada dessas até o Planalto quando os adolescentes e jovens do mundo foram entregar a carta da terra para o então presidente Lula...após uma grandiosa conferencia internacional...cada delegação saiu com a mesma carta para ser entregue ao presidente do seu país, ao prefeito do seu município e ao governador do seu estado...foi eficaz!

Quem ou que comissão pode agilizar essa solicitação junto a presidência da república?

Penso que somente depois dessa confirmação poderemos sim Lula, confirmar com nossas regiões e estados os apoios e a organização de ônibus e ou passagens aéreas para aqueles que se dispõe a ir até Brasília no dia 18 de abril ou outra data dependendo da resposta da presidência da república.

Daí sim poderemos ir aos jornais, organizar as caravanas, faixas, bandeiras, trios elétricos e claro convidar artistas mais conhecidos como Gilberto Gil e outras pessoas mais... porque não?

E depois do ato é voltar para casa... ficariam apenas as caravanas que necessitariam dormir e voltar no outro dia devido a distância...

Não penso em plenárias e ou fóruns por causa da estrutura ...quase viraria uma teia nacional rsr...acho que é fazer o ato e voltar...esse seria o maior propósito depois continuamos a nos organizar pelas redes ou em cada estado... Vamos buscar alguém politicamente interessante para entregar a carta para a Dilma...eu tenho uma sugestão: O LULA !

J. B.

PC Bola de Meia

Em 19/03/2012 20:56, A. P. M. escreveu:

Amigos,

Passei os links com os processos para P. baixar em PDFs e passar para CNPdC para consultas jurídicas e depois publicizar no site da CNPdC.

Peço que todos que tenham assessoria Jurídica façam consultas para que no dia 23 elaborem uma carta com base jurídica para encaminhar ao MINC.

J., precisamos de um convite aos Pontos e especialmente aos Pontões para reunião no ação educativa no dia 23 pela manhã. Mesmo sabendo que a M. não vem, vou confirmar com V. que vamos ao Minc-SP no período da tarde.

A ideia é manter nossa mobilização no dia 23 e mandar uma carta dizendo que não aceitamos o cancelamento dos editais e pedindo resposta ao MINC.

Peço também ao M. das Histórias que diga o que o advogado orientou.

Abraços a todos

A.

Segunda-feira, 19 de Março de 2012 21:32

A.

Então vamos manter a reunião de manhã na Ação Educativa e a tarde com V. (MINC), mas nesse caso não vamos mais mobilizar manifestação artística das 14h às 15h, é isso? Vamos guardar energia para a Marcha do Dia 18 de abril em Brasília, certo?

Vou ver quem poderá ir no dia 23, provavelmente nessa eu não poderei me ausentar dos compromissos já assumidos aqui em "Sanjuzé", mas alguém daqui vai.

Vou chamar o P. M. do Pontão Caipira de São Luiz do Paraitinga para participar também... que só agora puderam iniciar os trabalhos de articulação com a rede, antes disso eles estavam se organizando...só receberam uma parcela pelo que me consta, foi logo depois da catástrofe das enchentes em 2010/2011. continuamos...

J.

PC Boa de Meia

Terça-feira, 20 de Março de 2012 21:21

Queridas pessoas

Compartilhando na rede.

Ontem na reunião virtual da CNDPC foram destacados alguns assuntos como:

- a luta pela continuidade de todos os pontões continuará mesmo que eles sejam cancelados... isso inclui a luta pela regularização e continuidade de cada um;
- Fazer uma carta dos Pontos de Cultura para presidente Dilma solicitando continuidade com avanço e respeito na relação dos convênios, prêmios e editais do Programa Cultura Viva, como uma grande iniciativa de distribuição de renda para sanar diversos tipos de pobreza do país, inclusive a pobreza Cultural;
- Esta carta depois de construída...poderia ser levada até o ex-presidente Lula em São Bernardo do Campo numa espécie de vigília pela sua saúde assim como pela saúde do Programa Cultura Viva!...isto está sendo pensado... ele seria um interlocutor para essa carta chegar na Dilma...
- Outro assunto foi a questão de tentar uma data na agenda da presidente da república através de algum deputado (Tiririca, Leci Brandão, Netinho, Vicentinho...ou da própria Jandira-PCdB que preside Frente Parlamentar em defesa da Lei Cultura Viva). A Comissão pensa que essa é uma questão que interessa a todos os partidos, portanto pode ser uma defesa supra-partidária...;
- Somente depois de cavar uma data na agenda da presidente para receber simbolicamente a CARTA DA CULTURA VIVA...é que vamos passar a articulação e mobilização da 2ª MARCHA CULTURA VIVA! em Brasília.
- Portanto o jeito agora é buscar apoios partidários para tentar cavar essa data com a presidente...disso dependerá a data para a Macha...portanto dia 18 parece que ainda é apenas uma sugestão nossa, tudo vai depender da presidente... isso vai incentivar as mobilizações nos estados...pois saberemos que ela receberá nossas reivindicações justas...
- Ahhh para o dia da MARCHA ou de qualquer outra Mobilização propomos que cada ponto de cultura elabore um banner e uma faixa...com letras grandes e frases provocativas e afirmativas...do tipo
- DILMA, PORQUE RETROCEDEMOS NA CULTURA?
- UM PAÍS RICO É UM PAÍS COM CULTURA VIVA!
- SALVE O PROGRAMA CULTURA VIVA!
- Por enquanto é isso minha gente, esse foi o resumo da reunião de ontem. abraços solidários e cheios de boas esperanças!

J. B.
PC Bola de Meia

De: ...@lists.riseup.net [mailto:...@lists.riseup.net] Em nome de B. A.

Enviada em: terça-feira, 27 de março de 2012 09:24

Para: pontossp@lists.riseup.net

Assunto: [PONTOSSP] Teia Regional Capital

Olá Ponteiros da Capital

Precisamos marcar uma reunião para dar início à construção da Teia Regional da Capital.

Falei com o A. na sexta a respeito, precisamos tirar esta data de reunião.

Por favor deem suas sugestões. Podemos nos encontrar no Ilú ou em qualquer outro ponto

que tiver disponibilidade de espaço.

abs

B.

Sábado, 7 de Abril de 2012 14:01

Boa Tarde!!

A próxima reunião ocorrerá no Pontão Conselho do Samba - **Rua Baía Grande 456 Vila Bela - Vila Prudente** bem ao lado de São Caetano do Sul - Avenida do Estado.

Eles irão disponibilizar condução **a partir das 9h30 da estação Tamanduateí.**

Temos como pauta principal, estes itens:

- as formações / teias regionais
- o cancelamento dos editais

Gentileza confirmarem o comparecimento...

Grata e uma Feliz Páscoa à todos!!

Bjs

B. G.

PdC Cultura Na Vila

Terça-feira, 10 de Abril de 2012 18:10

Amigos,

Gostaria de convidar a todos os amigos que seguem acreditando no

Programa Cultura Viva e nos Pontos de Cultura que participem do espaço de diálogo que será a reunião do

Movimento de Pontos de Cultura no dia 14 de abril.

Nesse mesmo dia acontece a Campanha Continental pela Cultura Viva Comunitária em vários países da América latina.

Acredito que devemos gravar um vídeo nesse dia com as pessoas presentes e postar nosso GRITO DOS PONTOS DE CULTURA PARA AMÉRICA LATINA.

Temos muito para refletir sobre nosso Brasil...

Aprimorar, avançar, pulsar...

Convido todos (as) apaixonados (as) pelo Programa Cultura Viva para pensar em como “desatar os nós do Programa”, pensar nos espaços de debates dos 9 Fóruns Regionais/ TEIAS Paulistas para construção de uma Política Pública de Estado.

Contribuir com os cinco representantes da Comissão Nacional de Pontos de Cultura compõem a equipe do “Redesenho” com propostas para serem inseridas na pesquisa do IPEA/MinC, e contribuir também com a organização do Movimento.

Espero a todos...

J., traz a acolhida que tivemos da última vez que estamos precisando...

bjs

Data: 14 de abril de 2012

Horário: 10h às 16h

Local: Pontão Conselho do Samba -Rua Baía Grande 456 Vila Bela - Vila Prudente

Segunda-feira, 7 de Maio de 2012 16:02

Salve, salve, parceir@s e amig@s ponteir@s... queria ver se conseguia um help por aqui... O Conselho Municipal de Cultura da cidade de Itu está querendo promover em agosto (em um dos sábados do mês, no período da tarde), uma mesa de debates sobre Políticas Públicas em Cultura e a atuação dos Conselhos Municipais.

Estamos procurando pessoas e cidades interessadas em vir participar conosco, ou seja: pessoas que atuem em conselhos municipais de cultura em seus municípios que possam ir para Itu contar e compartilhar as suas experiências... Alguém por aqui está habilitado, tem interesse e disposição pra ajudar nessa empreitada?

bjs, abraços e chutes no bumbum

M. P.

Terça-feira, 8 de Maio de 2012 16:18

Prezados:

Em virtude das considerações apontadas na lista, convidamos para o dia 10 (depois de amanhã), às 11h na sede da Secretaria de Estado da Cultura (Rua Mauá, 51, Luz) a Comissão Paulista de Pontos de Cultura e a Secretaria de Estado da Cultura para uma reunião sobre o formato do Encontro de Formação da Rede de Pontos de Cultura a ser realizada em Salto e em Botucatu.

Aproveitamos para lembrar que tivemos 2 encontros (5/04 e 10/04) com a finalidade de planejar os encontros de Bertioga e Taubaté, nos quais estiveram presentes membros da Comissão Paulista de Pontos de Cultura e a SEC, além de que o material que está sendo apresentado como roteiro da discussão foi submetido para contribuição da CPPdC, de acordo com os princípios da gestão compartilhada.

atenciosamente,

Equipe da Regional SP - MINC

Terça-feira, 8 de Maio de 2012 18:42

Ainda recentemente, creio que na noite de domingo, enviei um e-mail para a lista onde externava a minha impressão (que, inclusive, desejei equivocada) de que estamos perdendo a mão, o bonde e, em alguns casos, até a boa amizade que unos a vários de nós... Receio que não esteja equivocado... As coisas estão mesmo estranhas por demais... E nós, da Comissão Paulista, temos de dar a mão à palmatória e entendermos a nossa participação neste triste esgarçamento das relações, sejam elas institucionais ou pessoais... Creio que o programa Cultura Viva está definitivamente vivendo um período em que nasce todos os dias acalentado de absurdos... De minha parte, a resistência tem sido voltar-me, cada vez mais, para o local, o próximo, o município, a aldeia... Para, a partir daí, quem sabe, renovadas as nossas esperanças e os nossos modus operandi, conseguirmos ver triunfar as nossas ideias de movimento ou de rede...

Amo, apaixonada e desbragadamente, o Cultura Viva... caso contrário, a desistência já teria se instalado em mim...

bjs, abraços e chutes no bumbum

M. P.

Segunda-feira, 14 de Maio de 2012 12:59

Convidamos os Pontos para participarem de reunião para discutir a possibilidade de formação da Federação Paulista dos Pontos de Cultura, será no dia 26 de Maio às 15 horas na sede do Pontão de Cultura da Vila Prudente ,Rua Baia Grande nº456 ,Vila Prudente ,São Paulo,Capital.

Abraços

D.

"Nosso maior Projeto é nossa capacidade de organização"

Em 14/05/2012 14:03, A. C. P. <....@uol.com.br> escreveu:

Agora sim.

Com Estatuto – CNPJ – e assim representatividade?

P.

Em 14 de maio de 2012 18:52, <....@uol.com.br> escreveu:

Oi D., tudo bem?

vc pode explicar exatamente o que é uma federação? é diferente de associação? eu pessoalmente não sei diferenciar.

só para entendermos vantagens, desvantagens, obrigações, responsabilidades, para que servirá, etc...

porque até agora somos um fantástico caos criativo e uma federação ou associação é outra ideia, eu acho. acho.

assim talvez seja possível amadurecer a questão até o dia da reunião.
se vc puder escrever sobre, agradeço.

abraços
P. N.

Em 14 de maio de 2012 21:45, A. J. E. <...@gmail.com> escreveu:

Pelo que eu saiba, o MST e o Fórum Social não são federações, mas o barulho são bem maiores do que as federações que conheço.

De: ...@lists.riseup.net [mailto:...@lists.riseup.net] **Em nome de** M. J. L. M.

Enviada em: terça-feira, 15 de maio de 2012 08:56

Para: pontossp@lists.riseup.net; A. J. E.

Assunto: Re: RES: [PONTOSSP] FEDERAÇÃO PAULISTA DOS PONTOS DE CULTURA

Sim, também acho, por isto discuti bastante por aqui a idéia de se criar um MPC - Movimento dos Pontos de Cultura. Federação é complicado, tem que haver a criação, primeiro, dos sindicatos, para depois existir a FEDERAÇÃO. Além do mais, não é barato criar-se uma FEDERAÇÃO, pois depende de Carta Sindical, etc.

J. M.

Em 15 de maio de 2012 09:11, A. C. P. <...@uol.com.br> escreveu:

E porque não - já sem hora - Associação Nacional do Pontos de Cultura?

P.

De: ...@abaporu.com [mailto:...@abaporu.com] **Em nome de** H. H. de C.

Enviada em: terça-feira, 15 de maio de 2012 09:34

Para: pontossp@lists.riseup.net; A. C. P.

Assunto: Re: RES: [PONTOSSP] FEDERAÇÃO PAULISTA DOS PONTOS DE CULTURA

Uma Associação configurada como OSCIP (ainda que - em minha modesta opinião - a idéia de Movimento seja mais coerente com os princípios do Programa).

De: F. O. <...@matimperere.com.br>

Para: pontossp@lists.riseup.net

Enviadas: Quinta-feira, 17 de Maio de 2012 1:26

Assunto: [PONTOSSP] Re: FEDERAÇÃO PAULISTA DOS PONTOS DE CULTURA

Salve povo!

Necessito expressar minha opinião sobre se federação, se movimento, se associação ou se a contento...

Nada disso é o que eu acredito!!! Uma nova Teia Estadual, nisso sim!!!!!!

Legítima e construída de baixo pra cima. Com os nossos próprios braços e abraços e atritos. Nossa por opção. E

nossa por imposição, se for o caso.

Não a reboque d esse (E)stado de coisas e dessas poucas mentes que se julgam na vanguarda.

Não quero pensar em "formato", antes de olhar nos olhos d'ocêis e dizer o que penso...

Vamos juntos? Pela Teia Estadual 2012?!?!?!?

A NOSSA TEIA, PARA LIVRE PENSARMOS AO VIVO E A CORES CARAS PÁLIDAS!!!

Que tal?

Boa madrugada!!!

E há braços,

F.

De: C. B. <...@yahoo.com.br>

Para: "pontosp@lists.riseup.net" <pontosp@lists.riseup.net>; <...@matimperere.com.br>

Enviadas: Quinta-feira, 17 de Maio de 2012 10:10

Assunto: Re: [PONTOSSP] Re: FEDERAÇÃO PAULISTA DOS PONTOS DE CULTURA

Pela Teia Estadual 2012, construída de baixo para cima!!!!

C. B.

Comissão Paulista dos Pontos de Cultura

Em 17 de maio de 2012 12:43, A. P. <...@yahoo.com.br> escreveu:

Bem ou mal os encaminhamentos da última reunião da Comissão Paulista/Movimento, que por sinal foi na Vila Prudente, foi encaminhado que estaríamos juntos nas Capacitações/Teias Regionais, com todas as suas incongruências, para no 2ºSemestre realizarmos a Teia Estadual. Portanto, acredito que o espaço de discussão sobre a melhor "organização" é a Teia.

Rumo a Teia Estadual 2012

A. P.

PC Bola de Meia

Em 17/05/2012 13:00, <...@gmail.com > escreveu:

Tenho comigo que o espaço legítimo é mesmo a Teia. Compreendo a luta e a intenção do D., mas considero que devemos construir a Teia e nela acertarmos os nossos (p)rumos...

1 abraço

M. P.

Quinta-feira, 14 de Junho de 2012 16:40

Olá Rede de Pontos, artistas e agentes culturais.

No dia 15 (sexta-feira), das 10h às 14h, a **Caravana Pela Vida** (pela Campanha Cultura Viva Comunitária na América Latina) passará por **Diadema** para dialogar com a Rede de Pontos de Cultura e os produtores, artistas e agentes culturais da cidade. A recepção, no Centro Cultural Diadema/Museu de Arte Popular, incluirá uma roda de conversa entre os presentes e um **almoço comunitário** no local.

A caravana chega da Bolívia com 30 representantes de diferentes regiões da América Latina - militantes por políticas públicas para a cultura e pelo fortalecimento de organizações culturais populares. **O movimento é inspirado na experiência pioneira no Brasil dos Pontos de Cultura.**

De Diadema, a Caravana seguirá para o Instituto Polis, um dos apoiadores do evento. Lá acontece a

programação geral a partir das 16h do dia 15 e ao longo do dia 16.

REUNIÃO DA COMISSÃO PAULISTA DE PONTOS DE CULTURA
LOCAL: PONTÃO CONSELHO DO SAMBA
DATA: 14/04/2012

No início da reunião, A. expôs a ideia de como achava que deveria ser o andamento da reunião. Como seria importante todos os participantes estarem cientes dos últimos acontecimentos envolvendo o Programa Cultura Viva, propôs que a reunião começasse com uma rodada de informes a fim de se formar uma contextualização geral da situação. Desse modo, a contextualização se iniciou com Paulo e prosseguiu pelos demais. Depois dessa contextualização seriam colocadas as pautas da reunião, para então definirmos os encaminhamentos.

Contextualização:

A fala começou com Pai P., passando por todos da roda na sequência em que estávamos sentados, garantindo assim a fala de todos. Quem não quis falar passou a vez.

P. – Relembrou que foi colocada por ele uma carta na lista de e-mail PontosSP. Essa carta denunciava o que estava acontecendo com o Ponto de Cultura Orum Milá na cidade de Ribeirão Preto. Contextualizou que o governo municipal tem tomado medidas que estão “destruindo” os conselhos municipais, além de existir um grande impasse na questão do uso de espaços culturais. Nesse quesito, há um espaço cultural no Centro de Ribeirão Preto de uso cultural que está para ser ocupado pela prefeitura, e o conselho municipal que poderia frear essa ação não está estruturado.

Após essa contextualização geral do município, P. entrou no que se refere ao Ponto especificamente. Em 24/02/2010 B. foi a Ribeirão Preto e disse que os Pontos de São Paulo não precisariam mostrar em suas prestações de contas o detalhamento das compras, como por exemplo os cheques utilizados, e muitos Pontos de Cultura gastaram o dinheiro recebido sem utilizar cheques. Assim, um tempo depois, P. descobriu que isso poderia causar alguns problemas em relação ao setor financeiro das instituições financiadoras. Acontece que, a Secretaria de Estado da Cultura aprovou a prestação de contas, mesmo sabendo dessas situações, tanto que houve o repasse da verba da segunda parcela.

O que está acontecendo atualmente é que o governo de Ribeirão Preto sabe dessa situação, a ponto de o Promotor Público, que aparentemente é aliado desse governo, pediu à SEC a prestação de contas do Ponto de Cultura Orum Milá. Esse fato mostra claramente a perseguição que pode ocorrer aos Pontos de Cultura, a exemplo da marginalização das instituições não governamentais e principalmente as que trabalham com questões de discriminação racial.

Nesse ponto, J. fez uma fala em defesa de um bom entendimento das questões burocráticas que envolvem o recebimento de dinheiro público. Isso porque sua preocupação é a banalização e tachamento dos Pontos de Cultura de “baderneiros” que não sabem fazer o que devem fazer quando recebem dinheiro público.

J. – Começa dizendo que enxerga problemas no programa Cultura Viva que se encaixam em três diferentes esferas: a Federal, a Estadual e a Municipal. Na questão Federal, J. expõe que não concorda com a ideia do “Redesenho” do Programa que está sendo proposto pelo MinC. Para ela, o que precisa ser feito é a aprovação da Lei Cultura Viva, e nossos esforços devem ir para essa direção. Além disso, a Lei Cultura Viva deve contemplar outras leis que vêm sendo

discutidas, como Lei da Cultura Digital, Lei do Mestre Griô, e outras. Completa sua exposição dizendo que acha que devemos organizar uma marcha, em forma de serenata, à Brasília.

Na questão estadual, J. percebe que a SEC não partilha da ideologia e encantamento do conhecido Do-In Antropológico, e que precisamos ensiná-los o que é o Ponto de Cultura. Termina dizendo que acha que em todas as capacitações (TEIA's regionais) precisamos tirar documentos que defendem o adiamento do recebimento de verba dos atuais 300 Pontos de Cultura por mais 3 anos. Para ela, não é necessário ter outro edital, já que esses Pontos estão funcionando. Porém, defende também a inclusão de novos Pontos.

A. – Inicia sua fala com a preocupação sobre a possibilidade do PROAC Edital ter uma proposta específica para Pontos de Cultura. A. expõe que estão destinados ao PROAC ICMS cerca de 100 milhões de reais, enquanto para o PROAC Edital estão previstos 25 milhões, e ainda com diminuição de módulos. Portanto, uma questão preocupante é onde entraria esse Edital PROAC para Pontos de Cultura.

Depois fala sobre a TEIA regional do Vale do Paraíba, passando o cronograma pensado por eles. Deixa claro que o foco será o Sistema Nacional da Cultura e como pode haver o Cultura Viva Municipal em propostas de eleições municipais.

B. – Sobre a TEIA Regional da região de São Paulo, houve uma dúvida sobre a possibilidade de se ter uma oficina sobre Prestação de Contas.

Binho – Relata que ano passado em Rio Claro houve um processo bem interessante da realização da Primeira Conferência Municipal de Cultura, e nesse processo foi realizada uma Conferência Livre do Cultura Viva. Assim, Binho sugeriu que a CPPC poderia organizar uma Conferência Livre Estadual do Cultura Viva.

Outra sugestão de Binho foi que a Comissão Paulista deveria ter uma maior aproximação com a Comissão Nacional. Termina sua fala lembrando que muitas pessoas do MinC para o governo do Estado, e não houve muita conversa. O que isso pode significar?

E. – Afirma que precisamos sair dessa reunião com uma ideia da TEIA Regional da Capital.

R. – R. começa dizendo que tem participado de muitas reuniões com vários grupos de movimentos culturais organizadas pelo setorial de cultura do PT. Em ano de eleição, o setorial está defendendo a proposta de formação de uma rede local de pontos de cultura (cerca de 100 pontos).

Continuando sua fala, relata como acha que o MinC está “ensabonetando” o povo, fazendo um grande marketing de suas ações, que são muito mais efetivas no campo da propaganda do que nas ações reais. Relata que em muitas reuniões em que esteve presente com alguns membros da MinC, sempre foi a mesma coisa: o MinC apresenta suas ações, e quando é questionado desconversa. Rony acha que os Pontos de Cultura de São Paulo precisam marcar uma reunião com toda a equipe do MinC e mostrar e eles que somos um movimento organizado. Defende ainda que essa reunião seja aqui em São Paulo.

Quanto às formações regionais, R. deixa claro que acha que essa formação é uma “palhaçada”. Defende que as discussões devem ser realizadas em espaços comuns a todos, e que seja discutidos os problemas de cada um, priorizando ainda os fóruns de discussão de políticas públicas. Acha ainda que esses fóruns devem ser uma unidade, e não separados (cita

o exemplo de que São José faz uma coisa, outras cidades organizam outras, e assim por diante).

Quanto ao redesenho, R. sugere que as fichas sejam preenchidas todas juntas e presencialmente com o pessoal do MinC, para demonstrarmos que São Paulo tem unidade.

D. – Começa seu relato dizendo que o Programa Cultura Viva é considerado o maior programa social do Brasil depois do Bolsa Família, e diz que nem mesmo os Pontos de Cultura sabem o modelo das relações que estes querem ter com o poder público. D. acha importante construirmos esse modelo, construirmos o Programa que queremos, pois para ele, cada gestor que entra no MinC tem um interesse próprio.

M. – Foca sua fala na dificuldade de articulação entre os Pontos de Cultura. A exemplo disso cita a lista de e-mail PontosSP, que para ela é um caos. Relata ainda em especial que a articulação entre os Pontos da Macro de Diadema é difícil.

J. – o Colombiano J. pediu para que todos levantássemos e formássemos uma roda. Mostrando empolgação e afetividade, propões que massageássemos a pessoa ao lado, e enquanto isso relatava o que sentia em relação ao Programa Cultura Viva. Para J., o Brasil “criou um grande problema” (em um ótimo sentido do termo), pois ele relata como o Programa hoje tem se espalhado por países da América Latina. Conta que existe uma plataforma chamada Plataforma Puente (<http://culturavivacomunitaria.org/cv/>) que reúne organizações de 12 países formando a Cultura Viva Comunitária, e ainda que esse movimento está em uma campanha por um programa continental.

J. diz que o Cultura Viva Comunitária entende que o Rio +20 e a Cúpula dos Povos é um momento muito importante para se edificar a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento. Por isso, haverá uma caravana de vários Pontos de Cultura de outros países da América Latina que saíra do lago Titi Caca em direção ao Rio +20.

A. – Mostra sua indignação com a rescisão do edital dos Pontos de Cultura. Para A., isso é uma medida punitiva. Destaca que o MinC rescindiu o edital, e não cancelou, porque se cancelasse os Pontos que já receberam o dinheiro teriam que devolver. Assim, A. acha que os Pontos precisam se posicionar e achar um consenso para tal questão.

A. relata que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não acha que o movimento deve fazer uma marcha para Brasília, mas deve sim ir para o Rio +20 como um movimento organizado, e mostrando unidade.

Quanto às formações regionais, Adriano expões seu descontentamento sobre como tem sido o processo de construção das mesmas. Para ele, o movimento dos Pontos de Cultura não se reuniu para definir como será essa formação, e a SEC acaba decidindo tudo. E isso aconteceu muito por causa da desorganização e desinteresse do Movimento.

Índio – informa que será realizada a quinta Plenária do Fórum de Economia Solidária. Assim, sugere que estejamos mais próximos do contexto da realização de um fórum. Nos próximos dois meses haverá 8 fóruns regionais, e em Agosto terá o Fórum Estadual. Em Dezembro acontecerá o Fórum Nacional. Enfatiza que o Fórum de EcoSol também está se organizando para estar presente no Rio +20, e acha que muita coisa pode ser feita junto aos Pontos de Cultura.

Quanto às formações regionais, Índio relata que serão realizadas 9 formações

(chamadas TEIAS's regionais). A ideia é que nelas existam quatro momentos como programação: uma formação sobre o Sistema Nacional da Cultura que será realizada pelo MinC; formação sobre Prestação de Contas mais geral, já que o Projeto dos 301 Pontos de São Paulo já está terminando; discussão sobre economia criativa, feita por uma pessoa terceirizada pela SEC; fórum de discussão. Índio diz que essa programação geral pode ser alterada, porém acha importante que pessoas dos Pontos de Cultura estejam mais envolvidas no processo. Índio lembra ainda que a ideia desse cronograma apresentado surge devido de demandas constatadas no relatório da última formação. E a SEC solicitou alguns pontos importantes para se discutir nos fóruns: 1 – Edital de circulação. 2 – Sistema Nacional da Cultura.

Ainda em relação às formações, Índio conta que a SEC escolheu um representante de cada região para articular a TEIA, e essa pessoa receberá uma ajuda de custo de R\$ 500,00 para telefone e transporte.

Nessa hora, muitas dúvidas sobre a verba das formações surgiram, e ficou decidido que essas dúvidas serão levadas a reunião da SEC na próxima quarta-feira dia 18/04 (reunião entre a SEC e a Comissão Paulista). A. coloca que as pessoas que estão participando dessas reuniões não tem o respaldo do movimento, o que dificulta as coisas. Coloca ainda que a hora de nos posicionarmos referente à posição da SEC é agora, e alguém precisa ir à reunião da próxima quarta-feira.

Outra grande questão levantada por A. é que a SEC quer que os ponteiros façam as mostras artísticas de graça. A SEC está pautando os Pontos, o que é uma processo inverso do que ocorreu na última formação. A. enfatiza que o maior espaço é o fórum.

Índio finaliza nessa mesma linha, dizendo que o espaço que precisamos ocupar são os fóruns, e para isso precisamos saber, quanto uma unidade, o Cultura Viva que queremos.

L. – Para L., o processo de estruturação das formações foi muito pouco coletivo.

No âmbito federal, L. conta que esteve presente na primeira reunião sobre o redesenho em Brasília, e relata que nessa houve pouca participação dos Pontos de SP. L. conta ainda que nessa reunião haviam cerca de 35 pessoas, mas apenas 5 eram de Pontos de Cultura, e as demais eram do MinC, e que essas últimas pouco conheciam sobre o Programa Cultura Viva.

L. finaliza propondo que discutamos qual o papel da Comissão Paulista nessa discussão do redesenho do Cultura Viva.

Após a rodada de falas, o grupo decidiu que a pauta de discussão seria:

- 1 – TEIA's regionais
- 2 – Redesenho do Cultura Viva
- 3 – Fórum regional.

Assim, os encaminhamentos discutidos foram:

- A próxima reunião ficou marcada para o próximo dia 21 em Diadema. A pauta dessa reunião será a metodologia utilizada nos fóruns que serão realizados nas TEIA's Regionais.

- Definir um Grupo de Trabalho formado por alguns integrantes da Comissão Paulista. Esse GT terá a responsabilidade de pensar uma carta que será apresentada e assinada pelos Pontos de Cultura durante os Fóruns Regionais. O conteúdo da carta deve abarcar a discussão e posicionamentos sobre o redesenho do Cultura Viva, e também a montagem do Fórum Estadual.

- Solicitar que os articuladores das TEIA's Regionais entrem em contato com as Prefeituras a fim de se conseguir apoio para a realização das formações. Solicitar que entrem em contato também com todos os Pontos de Cultura pertencentes às suas respectivas regiões

para articular e dinamizar as formações e também as mostras artísticas.

- A posição da Comissão Paulista é que devemos pedir dinheiro à SEC e ao MinC para que sejam pagas as mostras artísticas. Essa conversa deve se iniciar na reunião da próxima quarta-feira.

- Cada TEIA Regional deve ser realizada em dois dias.

- A Comissão defenderá a ideia de que o dinheiro disponível para essa primeira formação seja dividido igualmente entre as 9 regiões.

- A Comissão defende que as mostras artísticas devem fazer parte a programação das TEIA's, não apenas como momento de entretenimento, o que acarreta, entre outras responsabilidades, o pagamento de cachê.

- As TEIA's devem possuir um espaço para mostra de artesanato indígena.

- Iniciar uma conversa com os Pontos de Cultura sobre a ida ao Rio+20 enquanto unidade. Os Pontos já podem se inscrever.

- Elaborar uma carta sobre o atual momento que vive o Programa Cultura Viva e a posição dos Pontos em relação a isso. Essa carta será entregue ao Senador Suplicy, que se comprometeu a lê-la no Senado.

- Elaborar uma carta a ser apresentada na reunião da próxima quarta-feira, com as demandas dos Pontos de Cultura discutidas nessa reunião e com o problema apresentado pelo Pai Paulo.

- Elaborar uma carta a ser apresentada ao Gilberto Carvalho na reunião da próxima sexta-feira, com as demandas dos Pontos de Cultura discutidas nessa reunião.

- Solicitar junto ao MinC a data de recebimento da verba referente à terceira parcela.

- Organizar encontros virtuais nos próximos dias para que as cartas sejam desenvolvidas coletivamente.

- Ficou definido que Pai P., R. e E. estarão presentes na reunião de quarta-feira. Pai P. ficou responsável por escrever a carta.

- Nos fóruns regionais, cada Ponto de Cultura terá direito a um voto.

- A Comissão sugere que as organizações das TEIA's Regionais garantam o maior tempo possível para os Fóruns, e que eles sejam realizados em horários estratégicos para que se evite o esvaziamentos destes.

VISITA DA CARAVANA POR LA VIDA – DIADEMA

15 DE MAIO DE 2012

Chegamos, eu e Binho, e a roda estava formada. Composta por ponteiros da Bolívia, Colômbia, Peru, Diadema, e talvez mais alguns outros lugares que não ficamos sabendo. Cerca de 40 pessoas formavam a roda, e falavam sobre a importância do encontrar, do estar juntos, pessoas de tão longe e que compartilham do mesmo ideal Cultura Viva.

O prefeito de Diadema falou, ressaltou a importância e o prazer de receber a caravana em sua cidade. Sei que muitas vezes os gestores têm um pouco de dificuldades em entender a importância que a cultura traz em sua produção. Isso se mostra pelos números traduzidos em pouco dinheiro investido, quando comparamos com outras áreas como educação e saúde. A irrelevância desse tema, por mais paradoxo que esse termo possa parecer, se torna cultural em nosso país.

Esses problemas são mais alguns que nossos *hermanos* entendem perfeitamente e compartilham conosco. O contexto que a América do Sul vive atualmente, no desabrochar da participação efetiva da população na maioria dos países que a compõe, demonstra a tendência geral que ronda nossos pensamentos e ideais. A formação de governos mais democráticos e mais preocupados com a identidade cultural local fortalece o papel que o tema cultura deveria ter no entendimento das melhorias das condições de vida e principalmente no fazer político.

Nesse contexto, uma coisa que me chamou muita a atenção, foi a transparente demonstração de agradecimento aos “*hermanos* brasileiros” por terem ensinado à América do Sul o que é uma Cultura Viva.

“Os companheiros do Brasil são os culpados por essa acupuntura, essa mobilização”.

Mesmo assim, as políticas públicas no campo da Cultura ainda sofrem fortes restrições em todos os lugares.

“A relação do gestor com o fazedor cultura é no mínimo louca. Estamos num momento triste, mas vamos fazer o governo entender.”

Essa fala nos mostra o quanto ainda é complicada a prática da chamada gestão compartilhada. Ao mesmo tempo que existe uma onda popular tomando os governos latino-americanos, os mecanismos dessa participação sofrem corte devido à estruturação da máquina pública (estado) que, com toda certeza, não foi criada para essa finalidade. É necessário uma profunda reestruturação, tanto administrativa quanto ideológica, para que as ideias de uma

democracia participativa de fato funcionem. E nesse contexto, é claro que, mesmo com todas as dificuldades, a crença na organização da sociedade civil se fortalece.

“O movimento dos pontos de cultura com certeza promoverá mudanças em toda América Latina, e também no mundo”.

Todas essas novas possibilidades, esses novos paradigmas, faz com que as pessoas chamadas de ponteiros acreditem muito na transformação que seus trabalhos podem causar, na transformação que as artes possibilitam, e principalmente, na necessidade de organização em grupo de pessoas que compartilhem os mesmos ideais.

“É preciso que nos vejamos como uma rede, para que haja a revolução social, que por excelência é do campo cultural”.

No entanto, percebi que num contexto geral, todos concordam que é preciso uma maior organização desses grupos. De fato há uma rede criada, sobretudo devido à facilidade da comunicação provida pelos meios tecnológicos digitais, porém os encontros presenciais muitas vezes se tornam esvaziados.

“As ferramentas digitais possibilitam nossas grandes comunicações. Presencialmente ainda é pouco, mas está melhorando.”

A Caravana Por La Vida também veio contribuir com alguns encontros presenciais. Ao longo de sua trajetória, muitos foram os encontros de Pontos de Cultura que ela promoveu em diversas cidades do Estado de São Paulo. A ideia surgiu de uma organização de Pontos de Cultura de países da América latina, como Bolívia, Colômbia, Peru, Argentina. Esses Pontos se potencializaram através de tencionamentos da sociedade civil, que conheciam o Programa brasileiro Cultura Viva e que queriam essas diretrizes sobre a política cultural para seus países. Desse tencionamento, as entidades e grupos culturais se tornaram Pontos de Cultura, conforme seus próprios entendimentos, e formaram essa organização chamada Cultura Viva Comunitária, que originou a Caravana Por La Vida.

Essa Caravana saiu de Copacabana na Bolívia, às beiras do lago Titi Caca, entrou no Brasil por Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e seguiu ao interior do Estado de São Paulo por onde visitou várias cidades. Parou na Capital e na região metropolitana, e seguirá rumo a Rio +20 no Rio de Janeiro.

“A mensagem que queremos levar para a Rio+20 é que nosso trabalho é muito importante.”

Nessa roda de conversa em Diadema, a Caravana apresentou alguns dos materiais que

querem que o mundo veja. Espalharam esses materiais no centro da roda, o que deixou o ambiente muito mais descontraído, bonito e afetivo. Depois de muitas falas, houve a apresentação cultural do Teatro Trono, um excelente grupo que trabalha com várias expressões artísticas: música, clown, teatro.

O encontrar, conhecer, perceber, afetar, pareceu extremamente importante e saudável para esses grupos culturais, que formam, no mínimo, uma forte rede de compartilhamento de ideias e ideais. A Caravana Por La Vida cumpre seu papel importantíssimo nessa trajetória, mostrando a vários grupos e pessoas o quanto foi importante a luta, e o quanto será importante a união para a continuação dessa luta.

“Nós todos somos responsáveis! É um momento em que estou bastante emocionada, pois o Movimento da América Latina nos fortalece. Vocês estarem aqui é fundamental para nossa luta continuar.”



Fotografia 1: Encontro dos Pontos de Cultura com a Caravana Por La Vida



Fotografia 2: Apresentação do Teatro Trono

FÓRUM REGIONAL DE PONTOS DE CULTURA – AMERICANA
JUNHO DE 2012

O Fórum Regional de Pontos de Cultura de Americana aconteceu no dia 23 de Junho de 2012 como parte da Capacitação Regional dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo (TEIA Regional). Estiveram presentes ao todo 52 pessoas, de diversos Pontos de Cultura de cidades da macrorregião de Campinas.

O fórum se inicia com a fala de A., membro da Comissão Paulista de Pontos de Cultura (CPPC). A. chama a frente S. C. e P. Índio, também membros da CPPC, dizendo que todas essas TEIA's regionais aconteceram com a soma dos esforços da Comissão Paulista e da Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

Tomando a palavra, Índio pede para que todos fiquemos em roda, para que o fórum tenha um caráter mais informal, e que todos possam olhar para todos. Continua sua fala dizendo que nas outras TEIA's regionais 3 pautas permearam as discussões:

1 - O que nos faz ser um movimento?

2 - Novos editais (editais de circulação entre pontos e edital de novos pontos de cultura.

3 - TEIA estadual, a ser realizada no fim do ano com todas as regiões juntas.

A. toma a palavra novamente e faz uma proposta, dizendo que teremos 1h40min de fórum, portanto seria importante, após a S. e o Índio fazerem seus relatos, termos o maior tempo possível para que todos possam falar, sugerindo tempo de fala de 3 minutos para cada um.

S. começa se apresentando dizendo que trabalha num ponto de cultura de diadema, e faz um trabalho parecido com o que a Antonieta faz. Continua dizendo que dentro do antigo modelo, 64 pontos de cultura que não conseguem receber o parecer positivo da Prestação de contas estão ainda inadimplentes, e que um ano atrás houve um mutirão com o Ministério da Cultura (MinC) para regularizar essas instituições.

Quanto às formações regionais, diz que Antonieta queria fazer a formação com 15 regiões, porém isso foi impossível, e acabou sendo feitas em 9 regiões. As formações foram feitas em cidade que aceitaram receber a equipe da SEC, pois algumas cidades não apoiaram.

A primeira TEIA Regional foi a de Embu das Artes, que quase foi cancelada por

mudança do secretário da cultura. No fórum houve a proposta de se aumentar a rede dos Pontos de Cultura para 500 pontos. A segunda TEIA Regional foi a de Taubaté, que foi um pouco complicado pois haviam pontos que pertenciam a rede estadual e a rede federal, o que causou um desconforto nos pontos mais antigos por não verem necessidade de alguns temas da formação. Mesmo assim houve a proposta de ampliação do número de pontos e da diferenciação (de alguma forma) de novos pontos e antigos pontos. Outra proposta foi aumento do valor das parcelas anuais e também de mais editais de circulação. Nesse fórum, M. J. passou a ser membro da CPPC.

Tomando a palavra, Índio fala que no fórum da TEIA Regional de Salto houve a proposta de um aumento do valor anual da verba repassada aos Pontos de Cultura, e também a proposta de novos editais. Surgiu a ideia de um recorte econômico para instituições que tem uma arrecadação maior que 1 milhão por ano, no sentido dessas instituições não poderem pleitear os editais, porém essa ideia não vingou. Nesse fórum, M. P. saiu da comissão, e ninguém o substituiu.

Em Sertãozinho, a grande discussão foi sobre o movimento dos pontos de cultura. Saiu a pergunta do que que nos une, o que nos traz aqui, o que nos forma como comissão. Foi deliberado que haverá uma TEIA independente, que provavelmente será em São Carlos. Houve também um relato da história da Comissão eleita em Guarulhos, onde muitos não estavam presentes, o que questiona a legitimidade da comissão.

Continuando sua explanação, Índio conta que em Votuporanga a discussão foi mais radical. Decidiram não fazer mais parte da CPPC e criarão uma comissão própria daquela região, que tem grandes dificuldades de serem ouvidos e de mobilidade e deslocamento para participação em outros encontros. Outra questão levantada foi que a maioria dos encontros são formulados pelas pautas do governo, portanto, qual seria nossa autonomia como movimento?

Após as falas de S. e Índio, A. propõe novamente que haja 3 minutos para a fala de cada um. A proposta para a pauta é:

- Avaliação rápida do encontro
- Forma de organização do Movimento e das comissões
- TEIA estadual

Nesse momento a fala é aberta a todos participantes, seguindo ordem de inscrição.

A primeira fala sugeriu tentarmos fazer, em grupo, valer a lei da isenção bancária, nos articulando de alguma forma. J. do Ponto de Cultura de Louveira colocou à disposição da rede um trabalho jurídico para tal averiguação e quais os meios legais para fazermos isso. Há antecedentes que isentam em outros convênios, como contas abertas pelo governo federal, e portanto pode haver essa possibilidade. Houve a proposta de então formarmos um grupo de trabalho (GT) de legislação para o encaminhamento dessa proposta. Esse GT foi formado por J. do Pontos de Cultura de Louveira, A. C. do Ponto de Cultura Canarinhos da Terra de Campinas e M. do Ponto de Cultura Garatujas de Atibaia.

As falas continuam, e abaixo está o relato de cada uma:

- A. G.: quando optamos por esse modelo de representatividade, isso causa uma maior carga para os membros da comissão e ao mesmo tempo um sentimento de que podemos participar menos. Há uma angústia do sentimento de nossa macrorregião estar esvaziada. Sugiro que contemos com a possibilidade de haver uma nova forma de organização.
- A. C. – Ponto Garapa de Piracicaba: Houve um distanciamento na entrada dos 300 novos Pontos de Cultura, e esse distanciamento aumentou com o atraso da verba, já que todo deslocamento tinha que ser feito pelo bolso de cada um. A gente concordando ou não com os erros e acertos, isso que está acontecendo aqui só está acontecendo porque houve um grupo que deu a cara ao tapa para realizar isso. Se não tiver o movimento, se não tiver gente se organizando, isso não aconteceria. Pelo que vi dos relatos na lista de e-mails pontosp, a participação desse fórum está ótima. A lista é importante para nossa articulação, então temos que participar e ler os e-mails.
- A. G. - Aguaí: parece que está faltando pra gente organizar essas comissões regionais. Sugiro que dentro dos próximos editais haja um consórcio de todos os pontos que possam financiar os encontros das comissões, criando uma estrutura para que esses encontros sejam mais corriqueiros e conseqüentemente fortaleça a rede.
- Mãe E. - Ponto Caminhos de Hortolândia: Acho que, falando em Comissão, os 300 novos pontos chegaram sem experiência. Agora, acho que o momento é que no próximo edital se garanta a permanência desses pontos.
- S. C.: o governo criou o cultura viva e promovia encontros. Isso significa que o governo nos pautava. Na segunda TEIA nacional houve o primeiro fórum nacional de

Pontos de Cultura, onde foi eleita a comissão nacional que é composta por 57 membros, sendo que alguns são dos estados, mas outros são de GT's setoriais. Aqui em São Paulo nós não aceitamos isso, e em Diadema foi realizado o Fórum estadual e eleita a comissão estadual. Essa comissão começou a pressionar o governo para a promoção de encontros. Antes foram 5 encontros, esse ano houveram 9, mas os pontos não se apropriaram.

- J.: o tempo vai acabar e as pessoas vão embora. Gostaria de saber se vamos formar isso agora, se vamos trocar e-mails, ou o que faremos? Precisamos deliberar! Estou preocupado se meu ponto vai continuar.

Proposta de encaminhamento: tirar desse encontro, agora, que haja a formação de uma comissão regional com representantes eleitos nesse momento. Deliberação aceita.

A. pergunta quem gostaria de fazer parte dessa comissão. Se candidataram J., L. S., Mãe E., Lula, A. G. e N.. A. pergunta se há alguma pessoa aqui contra a eleição dessas pessoas, e ninguém se contrapôs. Portanto foram eleitos:

- 1 – J. - Louveira
- 2 – L. S. - Campinas
- 3 – Mãe E. - Hortolândia
- 4 – Lula - Americana
- 5 – A. G. - Campinas
- 6 – M. - Atibaia

Os 6 membros foram tirar uma foto, e alguns falaram algumas rápidas palavras de apoio e sorte para a nova Comissão da Macro de Campinas. Ficou combinado que será passada uma lista com e-mail e contato de todos.

- A. G. - Aguaí: volta a falar de sua proposta, e diz que cada ponto poderia doar um dinheiro para ajudar estruturalmente essa comissão a se encontrar. Por exemplo, cada ponto doar 10 reais por mês para que hajam reuniões periódicas.

Todo o fórum acatou a proposta, e ficou deliberado que isso será feito, lembrando que essas 6 pessoas são os representantes eleitos, porém todos podem participar das reuniões.

Foi lembrado ainda que as outras pessoas que faziam parte da Comissão continuarão sendo. Esses 6 eleitos foram apenas adicionadas, e não houve nenhuma substituição.

A. propõe que, como nós começamos pela pauta 2, e que já se passou muito tempo, que nos caminhemos para a pauta 3, deixando a rápida avaliação do encontro para um outro

momento. Dessa forma, todo o fórum concorda em discutirmos a TEIA estadual.

- Índio: 3 anos se passaram da TEIA de Guarulhos, e temos que fazer um recorte histórico. Temos que fazer uma parceria com a SEC para que sejamos protagonistas dessa TEIA. É fundamental que nós, quanto movimento, pautemos algumas questões do governo. Na TEIA precisamos fazer mostras artísticas que mostrem a cara do Cultura Viva, e não mostras para nós. Precisamos ter um espaço dentro da TEIA para debater nossa organização quanto movimento cultural.
- A. C.: houve pouca circulação e intercâmbio entre os Pontos, e acho que há a necessidade do ócio criativo. Sugiro que nessa TEIA haja espaço para que se troque experiências, para que possamos conversar entre nós.
- L. P.: Temos que ter alguma notícia sobre a renovação do convênio para que estejamos empolgados para a participação na TEIA.
- A.: o espaço de maior convívio já é pauta para a TEIA. Precisamos chegar na TEIA com a discussão madura sobre o edital. Que edital queremos? Sugiro que criemos um grupo no facebook para discutirmos a TEIA.
- A.: é bem evidente a preocupação com a continuação do ponto de cultura. Gostaria que discutíssemos a fundo isso, pois o contrato apenas potencializa o trabalho, mas os trabalhos já existiam. Então me incomoda quando dizemos que não sei se continuaremos a ser Ponto de Cultura.
- J.: proponho que essa questão seja levada à comissão, o que foi acatado pela maioria para podermos passar a frente.
- N.: devemos ser independentes, o que casa com a discussão sobre economia criativa que tivemos hoje. Quanto aos editais, poderia haver um jeito da gente ser multiplicadores de pontos, e influenciar a criação de novos pontos.
- A.: governo não fomenta movimento da sociedade civil. Nós temos a TEIA que será promovida pelo poder público. Porque nós da sociedade civil não podemos organizar um encontro nosso, para que cheguemos na TEIA já tendo discutido questões fundamentais de nossa organização? A TEIA estadual é importante, pois haverá a presença do poder público. Proponho sairmos daqui com a data desse encontro já marcada.
- Mãe E.: Nós de Campinas tentamos organizar uma TEIA, mas não foi possível.

Nós conhecemos o Jongo, e alguns outros pontos, mas a maioria dos outros pontos nós não conhecemos. Isso dificulta. A proposta é que realmente façamos um encontro nosso, para nos conhecer.

- S.: proponho uma reunião com todos os representantes eleitos ou indicados nas nove regiões, e acho que a melhor data é em Agosto. Estamos em data final do projeto, e precisamos construir um novo edital. Esse último edital eu ajudei a construir, e demorou 8 meses para ficar pronto. Desse modo, proponho que haja a primeira reunião com todos os representantes em Agosto. A ideia é que dessa reunião saia GT's que pensem em toda a TEIA, senão a SEC jogará o dinheiro na mão do Abaçaí e não teremos a TEIA com nossa cara.

Foi deliberado que esse fórum encaminhará para a rede paulista que a Comissão Paulista, já com os novos membros eleitos, se encontrará no dia 05 de Agosto, das 9h30 às 17h, no Ibão em Campinas.

- A. C.: devemos montar uma carta para que possamos levar aos candidatos a prefeito dos municípios para que haja a formação de redes municipais e de programas do cultura viva municipal e conseqüentemente a adesão ao SNC. Devemos cobrar o edital de circulação proposto na última formação.
- A. e S. – precisamos de uma assessoria de imprensa para divulgar esses trabalhos e reuniões, como força de pressão.

Dessa forma se encerra o Fórum Regional de Pontos de Cultura – Etapa de Americana, com algumas deliberações resumidas a seguir:

1 - Foi criado o GT de Legislação, formado por J. do Pontos de Cultura de Louveira, A. C. do Ponto de Cultura Canarinhos da Terra de Campinas e M. do Ponto de Cultura Garatuja de Atibaia.

2 – Foram eleitos seis novos membros para a Comissão da Macrorregião de Campinas:

- J. - Louveira
- L. S. - Campinas
- Mãe E. - Hortolândia
- Lula - Americana
- A. G. - Campinas
- M. – Atibaia

3 – A Comissão da Macrorregião de Campinas estudará uma forma de arrecadação junto aos Pontos de Cultura dessa região para que se mantenham reuniões periódicas dessa comissão (pelo menos uma vez por mês).

4 – Será criado um grupo no facebook para a discussão e organização da TEIA Estadual. Alessandro criará o grupo.

5 – Ficou marcada uma pré-data para uma reunião com toda a CPPC para a organização da TEIA estadual. A data sugerida foi 05 de Agosto, das 9h30 às 17h, no Ibão em Campinas. Para a confirmação dessa data só resta consultar os demais membros da CPPC, e será avisada na lista de e-mails pontosp, já que as reuniões são abertas a todos os interessados.



Fotografia 3: Fórum Regional dos Pontos de Cultura - Americana/SP

Transcrição da entrevista realizada com Dani – grande articulador da rede de Pontos de Cultura e coordenador do Pontão de Cultura Nós Digitais.
Entrevista realizada na instituição “Teia - casa de criação”, responsável pelo projeto Pontão Nós Digitais, na cidade de São Carlos, no dia 28/02/2013.

Entrevistador:

Fale sobre a rede e o movimento dos Pontos de Cultura.

Dani:

Um primeiro ponto, que faz parte da conversa que eu venho levando dentro da rede já há algum tempo, e você vai perceber que eu tenho a tendência muito mais a chamar de rede do que movimento social, é essa questão fundamental que está aí instaurada: esse processo complicado de imaginar a adesão de novos grupos a partir de editais. Participo ativamente da rede desde 2006, e quando eu olho para atrás eu penso que a ideia do Programa Cultura Viva é fantástica, fantástica a ponto de hoje ainda ser atual, sem desgaste no sentido de conceitos. E ao mesmo esse programa gera um problema grande que é o seguinte: o Programa foi criado em um momento no qual não existia, e nem sei se hoje existe, um reconhecimento por parte do campo cultural – dizendo aí produtores culturais, artistas, de uma maneira geral no Brasil – como um grupo de interesses comuns, determinado assim como uma classe ou algo do tipo. Então, não existindo isso, o conceito que era muito bom encontra um problema significativo que é a ideia da gestão compartilhada. Quando se fala de gestão compartilhada, se fala de compartilhar a gestão entre o governo – que é o detentor da gestão - e o outro, que é o alguém. Mas que alguém que é esse? Acho que é aí que a coisa fica nublada e meio estranha, porque se existisse esse reconhecimento de classe ou de categoria, eu não sei qual o termo mais adequado, entre produtores e artistas culturais do Brasil, então seria reconhecer a gestão compartilhada entre o governo e essa classe, essa categoria. Mas como essa categoria não tem esse processo de auto-identificação consolidado, de organização consolidada, o governo passa, por alguns anos, a viver um processo quase que de fomento a essa organização, quase que de estruturação para que essa organização exista para que essa gestão possa ser compartilhada como idealmente o programa pretende, o que seria muito bom, muito legal. Assim geramos todo tipo de atrocidades nesse sentido, todo tipo de distorção. Porque ninguém consegue montar um movimento social por decreto, ninguém vai constituir um movimento social por edital. O que constrói essa identidade possível para se consolidar um movimento social é algo que tem que surgir naturalmente, de acordo com o histórico de vivência, de demanda, e os grupos se organizarem por isso. Vivenciamos essa crise em 2009 na TEIA de Belo Horizonte, momento em que foi criada a Comissão nacional dos Pontos de Cultura e na sequência estruturada as Comissões Estaduais. Nesse momento que essa coisa ganha uma faceta que, do meu ponto de vista, é desmobilizante, totalmente desmobilizante. Eu mesmo, a partir daquele momento, fiquei bem pouco interessado em atuar conjuntamente a isso que começava a querer ser, mais claramente, intitulado de movimento. Isso porque eu vinha de uma vivência de movimento estudantil na qual eu me deparei o tempo todo com a dificuldade de lidar com um histórico de que os partidos políticos tinham, na juventude, uma grande inserção do movimento político estudantil. Quando eu me deparei com esse cenário na plenária em BH, eu percebi características muito similares. Da mesma forma eu percebia grupos se estruturando para ocupar espaço numa visão parecida com a visão que eu tinha vivenciado no movimento estudantil. Eu entendia tinha dedicado no mínimo 5 anos da minha

vida nessa luta, num processo de ação política em que a gente procurava uma auto-determinação, e nesse sentido a gente sempre se consolidou – eu falo a gente eu e um grupo de pessoas próximas, de colegas de movimento, que no fim vira uma parte desse grupo que funda esse espaço de criação: a TEIA Casa de Criação – como os independentes, grupos de pessoas independentes que não são militância da juventude dos partidos políticos.

Os Pontos de Cultura proporcionaram naquele momento, uma empolgação devido à sinergia que é conviver com outros grupos culturais, identificar similaridades, identificar interesses comuns com grupos do Brasil inteiro, passar a conhecer grupos do Brasil inteiro que atuam de forma similar e as vezes exemplar em aspectos que a gente estava engatinhando ainda, as vezes o inverso, a gente sendo exemplar pra coisas em que os outros estavam engatinhando. Enfim, esse processo de troca foi muito bom, muito bacana, e tem sido ainda. Mas quando eu olhei para aquela estrutura sendo montada na TEIA em BH, logo identifiquei a disputa de poder ali envolvida. Conclui que “os caras” estavam pegando um campo fértil e montando em cima desse campo uma estrutura encastelada, piramidal, pra disputar a ponta lá em cima. E eu não estava a fim de disputar a ponta lá em cima, o que me desmobilizou. Naquele momento eu acreditava que a gente daria conta de montar uma outra estrutura de organização, uma coisa nova. E ainda acredito, embora o momento histórico hoje seja muito diferente.

Eu sempre me localizo como um cara de esquerda e independente, no sentido de não fazer parte de um partido político, mas sempre muito próximo das demandas de movimentos sociais, de atuação junto a movimento social. Nós da esquerda vivíamos naquele momento um respiro bacana do que o MST tinha acabado de trazer para o Brasil como movimento social atuante e de articulação nacional, juntamente com a entrada do PT no governo. Isso nos trouxe a ideia de que haveriam avanços com a reforma agrária, entre outras lutas dos movimentos. Surge então os Pontos de Cultura como uma possibilidade de movimento nacional de cultura, vindo de uma base social de baixa renda, de população carente, pobre, espalhados pelo Brasil, das periferias - a parte cultural das periferias. Isso era muito forte, e eu estava super empolgado com isso também. Mas foi desmobilizante ver essa estrutura que “os caras” estavam montando.

Entrevistador:

Quem são “os caras”?

Dani:

Eu diria que são caras de partidos políticos que eram da base do governo. Acho que isso que interessa, não vou ficar falando de atuação específica de pessoas, embora elas existam. São algumas pessoas que fazem parte da juventude de partidos políticos desde sempre, partidos esses que são considerados de esquerda e que compunham a base do governo Lula, e que no momento em que essa política se implementa entendem aquele espaço como um espaço de disputa das tuas teses políticas. Não dá pra generalizar porque não foram todos “os caras” de partidos políticos que fizeram isso. Entendo que eram aqueles já mais ligados às estruturas de poder do partido, ou talvez um quadro promissor dentro do partido.

Criou-se assim uma ideia de que precisaríamos montar nessa conjuntura uma forma de controle, uma estrutura de controle. E foi nesse ponto que criamos um problema. Gosto de usar essa figura de linguagem: nós da Comissão Nacional criamos uma armadura de adulto para um bebê. Montamos uma estrutura de guerreiro para um bebê que acabava de nascer. E a ideia era que toda a efervescência cultural da época ocupasse o corpo desse guerreiro, e nós

ocupássemos a cabeça, para controlarmos o que o guerreiro faria. Eu não acredito que isso foi feito com um intuito de benefícios próprios. Acredito que todos envolvidos com essas concepções tinham a boa intenção de promover o movimento cultural. Só que nesse sentido eu sou Paulo Freiriano demais, e não acredito que é possível, por esses meios de domínio e controle de uma massa, chegar a um lugar mais libertário. Então eu tinha uma dificuldade em lidar com toda essa situação, e foi assim que me desativei da rede por uns 6 meses. No entanto, nós aqui da TEIA – Casa de Criação, já tínhamos escrito o projeto do Pontão, e fomos contemplados. Esse projeto me renovou, no aspecto de ao invés de disputar as lideranças, disputar espaços em Comissão estruturada de forma hierárquica, achávamos possível construir uma base muito boa de ação política pensando nas linguagens (no nosso caso o software livre), no que tínhamos (e ainda temos) como possibilidade de troca com os outros Pontos de Cultura. A nossa atuação como Pontão, ainda hoje, é uma atuação direcionada a consolidar mais grupos políticos de interesse de troca, de autoajuda, montando rede efetiva de ação política conjunta, até porque vemos que essa grande rede, que seriam todos os pontos de cultura do Brasil, é de fato uma possível rede. Não a vemos como uma rede real, e sim como uma possível rede. Entendemos ainda que um possível caminho para a emancipação dessa rede seja o fortalecimento das redes locais, que se interagem por afinidades, seja das linguagens, seja pela geografia espacial, ou seja por qual motivo for. Se essas redes de afinidade passam a funcionar efetivamente, talvez se crie a potência necessária para se ativar essa grande rede nacional. Esse é um vislumbre utópico que temos em nosso trabalho, imaginar que podemos traçar esse caminho. É nesse sentido que trabalhamos com o software livre ligado à culturas tradicionais, culturas de matriz africana, de matriz indígena. Entendemos que isso seja uma forte bandeira do Programa Cultura Viva, programa esse que gostamos e acreditamos muito.

Entrevistador:

E como você vê o depois? Essa sua afirmação sobre essa estrutura criada foi em 2006, e você acha que essa estrutura formada lá no topo influencia no trabalho aqui da base, dos grupos de periferia?

Dani:

Talvez a gente consiga buscar um ou outro caso exitoso nessa ação, mas que tenha a ver provavelmente com o movimento de pessoas, que fazem parte da comissão, e que continuam tendo uma atuação na base. Em toda essa conjuntura, vemos muito o problema (que eu vejo como um problema) da desarticulação de alguns membros que antes agiam na base, e que passam muitas vezes para o governo, e que depois voltam para o movimento, criando assim um cenário incerto, sem uma delimitação precisa.

O Pai Lula me parece ser um caso exitoso dessa conexão, já que ele está dentro da Comissão Nacional e é respeitado pela atuação que ele tem, principalmente na coordenação de um Ponto de Cultura em Itabuma, no sul da Bahia. Mas podemos fazer a reflexão de que esse é um caso entre os mais de 3 mil pontos de cultura que existem no Brasil. Se pensarmos no sentido da representação desse sujeito, podemos imaginar que ele consegue fazer isso chegar nos outros pontos daquela região em que ele está, ou do Estado. Porém isso são suposições. No nosso caso, posso afirmar que sempre tentamos manter um nível de proximidade com essas discussões e debates que estão articulados na esfera decisória. Mas não vejo como isso pode intervir ou modificar a maneira como a gente atua na ponta. Nesse sentido, faço uma correlação com a candidatura do Célio Turino para deputado federal e a

votação que ele teve (bem abaixo do esperado). De certa forma, isso demonstra como é diferente pensar a atuação que se faz efetivamente e imaginar que aquela atuação é uma atuação que consegue, naquela comunidade em que está inserida, fazer aquilo virar uma opção política, como por exemplo opção de voto.

No caso da Comissão, visualizo de uma outra forma: acredito que se existisse estrutura orgânica na base, a coisa poderia funcionar. Mas antes de ter essa estrutura, fomos lá e colocamos essa armadura no bebê. Penso que deveríamos ter ficado mais uns anos deixando borbulhar o contato que estava acontecendo na base, e assim as organizações surgiriam naturalmente, formando assim uma estrutura totalmente diferente dessa que temos hoje.

No entanto, acredito, e acho que muita gente também acredita, que conseguimos – nós grupos culturais, pessoas, governo, e todos que se envolveram e se envolvem nesse Programa - o maior legado, que foi construir uma outra base político cultural no Brasil. O MinC hoje é um Ministério que tem uma base política que não tinha, e fez com que os grupos e fazedores culturais se encontrassem. Então esse é o grande legado hoje. Quando pensamos em um projeto ou em uma ação, sabemos o que outros projetos de vários outros lugares do Brasil estão fazendo, e pensamos em como podemos trabalhar juntos, o que nos dá a ideia dessa dimensão de uma rede efetiva, que possui pequenos grupos de afinidade. Porém, não consigo pensar em uma rede de afinidades dentro da rede pontos de cultura que envolva hoje mais de cem pontos de cultura e que seja ativa. Menores que isso existem algumas. Entendo que o Pontão Nós Digitais faça parte de uma, com outros Pontões e Pontos de Cultura, e que temos como afinidade o software livre.

Não tenho notícia de um outro momento que o Brasil tenha dado um passo tão importante como foi esse, exitoso no sentido de fazer nós nos reconhecermos, de sabermos entre nós quem somos nós. Isso então passa a acontecer, ver outros grupos e saber quem são os grupos. Ao mesmo tempo tem muito pra ser feito ainda, porque nós temos esse problema desse rótulo Ponto de Cultura e que no fim acaba atrapalhando essa ideia de movimento social, ou que poderia surgir um movimento social de base cultural. Há algumas ideias dentro da rede geral dos Pontos de Cultura de que não devemos nos apegar a essa rotulação, no sentido de se ampliar as redes de participação. Assim, quaisquer grupos que possuam afinidades, possam fazer parte da mesma rede, sendo pontos de cultura ou não. E pode ser que se isso virar um movimento social efetivo, que ele seja parte integrante desse movimento social. O recorte, a delimitação Pontos de Cultura não ajuda muito nesse sentido, a menos que todos entendessem o conceito do que é. Os mecanismos de divulgação do governo são efetivos, o que faz com que essa chancela seja bacana: é proveitoso para um grupo cultural ter uma chancela do Ministério da Cultura. você chegar em algum lugar e dizer que tem uma chancela do Ministério da Cultura.

Todo esse trabalho que foi feito pelo Gil, Lula e Célio, e menos continuado pelo Juca, na cultura, gerou uma base possível pra implementar novos programas que antes eram impensáveis. E houve o problema da descontinuidade dessa linha de trabalho, pois quem entrou não entrou com a mesma sintonia dos antecessores. Percebemos que agora, mesmo a Marta sendo uma figura mais sensível para essa coisa fluir, ela não é por conta dela uma figura da área, e isso traz uma dificuldade de construção em cima dessa base que foi edificada. Mas por outro lado, cria-se uma situação de abertura aos grupos organizados, o que fortalece a tentativa de articulação dos pontos, ou pelo menos um cenário propício a isso. Acredito que serão bons os próximos dois anos.

Entrevistador:

Tornar ponto de cultura fortalece politicamente um grupo? Como você vê a formação cidadã dos grupos culturais dentro da rede?

Dani:

Para os grupos que tinham perfil, e têm perfil de Ponto de Cultura, e aí estamos falando de autonomia, protagonismo e empoderamento, o Programa cai como uma luva, e fortalece esses grupos. Esse é um assunto recorrente na rede, inclusive foi utilizado um termo, que é um termo já da política outra, mas acho que cabe, que esses grupos são chamados de Pontos orgânicos, que seriam esses que são os Pontos efetivamente, e existem os Pontos que são passivos. Estes são também Pontos de Cultura, mas efetivamente não estão enregados do debate, então não trazem esses conceitos como uma fundamentais de suas existências.

Entendemos que os editais geram esse tipo de problema. Em um primeiro momento, quem acessa os editais são os grupos já engajados. Porém, se pensando em política pública e expansão dos direitos, a ideia é que se possa impactar toda a sociedade brasileira com Pontos de Cultura. Desse modo, as diretrizes dessa política visam o aumento do número de grupos, o que insere na disputa pelos editais os grupos menos engajados e que possuem diferentes modos operantes, como por exemplo grupos que trabalham com uma estrutura interna em que todo mundo é contratado em formato CLT, e que tem os cargos definidos de direção, e etc. É uma cara de trabalho que não é exatamente essa cara do grupo que busca por autonomia, que faz as discussões coletivas, que define como vai tomar os rumos. É outro formato. Alguns desses grupos até conseguem desempenhar um bom papel dentro da rede, e se contagiar um pouco com essa discussão que a rede traz, mas uma parte deles não. Apenas concorrem aos editais, são contemplados, usam o dinheiro público de maneira devida e conforme o plano de trabalho inicial, e mandas seus relatórios.

Dentro das discussões do redesenho do Programa Cultura Viva, já se tornou um consenso a questão de que ponto de cultura é sociedade civil. Isso porque em implementações anteriores do Programa, o Ministério da Cultura abriu editais para instituições das mais diversas naturezas, incluindo as públicas, concorrerem com os grupos da sociedade civil. E aí abrimos o debate: que autonomia tem um Ponto de Cultura é da Prefeitura?

Outro consenso existente na rede é o da necessidade de mudança da lei 8666, lei que dita as regras do repasse de dinheiro público para as associações civis e para a sociedade civil. Significa uma caracterização do perfil de que grupos jurídicos são esses, pra poderem ter outro tipo de repasse, regulado por uma outra lei. Então essa conversa está acontecendo. Na lei cultura viva existe uma abertura para isso. Na conversa com a Ministra existe espaço para esse debate e a rede é consensual quanto isso. Isso é um exemplo de um debate que transcende as decisões colegiadas da comissão.

Entrevistador:

E como acontece isso?

Dani:

Por conexão de rede mesmo. Pelo que se conversa pessoalmente, do que se conversa por e-mail, do que se conversa via redes sociais, e esse é um processo que se consolida de uma forma diferente do que é a estrutura clássica de comissão, representante, região, etc. É um outro formato, e que talvez vá caber um outro entendimento mais contemporâneo do que é um movimento social.

Entrevistador:

E em relação a esse processo chamado pelo Célio de Baixo para cima? Isso aconteceu mesmo? E quais as grandes tensões que você enxerga que existe nos Pontos de Cultura?

Dani:

Essa referência de baixo para cima está estruturada na ideia do Cultura Viva, e não significa que esteja nos outros espaços de políticas públicas. O livro do Célio traz um pouco dessa laudatória dessa política, usando exemplos que são exitosos, querendo contagiar outras possíveis cabeças políticas, querendo implementar ações dessa forma em outros lugares, ampliar a política. Enquanto o Célio Turino esteve dentro da SCC, acho que efetivamente ocorria essa vetorização. Porém, é importante refletirmos sobre a maneira como se ocorria. Os Pontos de Cultura são um arcabouço de grandes e boas ideias, e esse arcabouço de grandes e boas ideias chegou no Ministério da Cultura, que pinçava as boas e grandes ideias e as utilizava, falando que estava utilizando aquela ideia de tal pessoa, de tal grupo. Isso foi criando dentro da rede um reconhecimento de que essa estava ajudando a implementar política. Dava-se a entender que o governo estaria aberto/poroso a receber as grandes ideias e as ações dos grupos com quem trabalha, e não o sentido de que os Pontos conseguem se organizar e decidir os rumos da política pública. Não existia e não existe um espaço nesse sentido, um espaço de tensão. Isso pode ser interessante por um lado, mas pode ser ruim por outro, porque aqueles que tem mais acesso, ou que tenham mais contato com algum grupo político, conseguem mais rapidamente ou melhor implementar suas ideias, e isso é um problema para se pensar política pública de uma maneira ampliada.

Transcrição da entrevista realizada com Binho – grande articulador da rede de Pontos de Cultura e coordenador do Ponto de Cultura Rio Claro Cidade Viva.
Entrevista realizada na casa do entrevistado, no dia 10/04/2013.

Havia o ideal das pessoas que pensaram o Programa Cultura Viva, aquela ideia inicial que serviu de estímulo para os grupos e projetos que quiseram aderir. Havia também no início muito discurso, um discurso de motivação, de jogar a bola pra cima, o que deu um resultado positivo. Quando há a proposta de fortalecer o Do-In antropológico e todo “aquele” discurso do Gil e do Célio, de potencializar os grupos que já fazem cultura, o que deu resultado superpositivo, porque tinham grupos que já pertenciam a outros movimentos sociais, alguns até movimentos sindicais, outros por movimentos de faixas etárias, outros por questão étnica, e outros por linguagem artística mesmo. Então é legal pensarmos pelo conceito de fortalecer o que já é manifestados, se a rede de Pontos de Cultura e de o Programa Cultura Viva fez com que Pontos de Cultura fossem movimentos sociais, então isso é, acima de tudo, reconhecer os movimentos sociais que já existiam. Sem isso não faria sentido enquanto trajetória do Programa. No entanto, hoje há uma forte partidarização dos espaços de disputa dessa chamada Rede, o que cria uma divisão dos grupos entre aqueles que trabalham numa lógica governista, e aqueles que trabalham numa lógica opositora, também por pertencerem a outro partido que não o do governo. E além das disputas entre os partidos, existe as disputas de quadros dentro de uma mesmo partido, a disputa por nomes. Segue então a personificação do programa em alguns nomes. Claro que é importante reconhecer a importância do Célio Turino na criação do Programa, mas houve uma personificação, e isso foi muito prejudicial em termos de movimento. Isso porque começam a surgir ícones não só dentro do governo, mas dentro da rede, e esses pivôs dentro de uma rede, através dessas personificações, serviram mais para o processo travar do que para emancipar a rede enquanto um movimento. Existem bandeiras que retratam a rede como um movimento quando pensamos por exemplo que existe a discussão de uma lei Cultura Viva, onde os Pontos de Cultura reivindicam mais direitos dentro do Estado, mudança na lógica do repasse de verba pública. Estas são defesas de movimentos culturais de tempos que não necessariamente pertencem ao Programa Cultura Viva. Porém, quem mais levanta a bola da Lei Cultura Viva por exemplo, são pessoas que possuem relações partidárias, então é ainda um movimento condicionado, e não muito articulado. As articulações são outras. Não são articulações entre os próprios pontos, são articulações de pontos que possuem vínculos políticos (ou filiados, ou simpatizantes de algum partido).

Além da Lei Cultura Viva, existem outras bandeiras de demandas dos próprios pontos, mas que estão muito fragilizadas e enfraquecidas, justamente porque nunca deixou de ser um programa de governo. Muitos pontos se articulam entre si e fazem movimentos, mas de forma generalizada não há uma rede única, e muito menos um movimento único. Existem vários movimentos, então não podemos diminuir o que existe e o que houve de avanço, já que isso é muito potente, apesar de nem os próprios blocos que existem serem sempre bem articulados. Na rede nacional por exemplo não há um espaço de interlocução direto entre todos os Pontos de Cultura. Mesmo se falando tanto do movimento de Cultura Digital, nunca foi criada, seja pelo governo, por alguns grupos, ou por quem quer que seja, um espaço de comunicação que incluísse todos os pontos de cultura do país. Nas instâncias estaduais isso existe. Em São Paulo e no Rio de Janeiro existem fóruns, os grupos se encontram, agregam outros grupos e

movimentos, e aí que vemos que existe essa potência. Apesar que em São Paulo tem muito pelego nesse movimento, mas não deixa de ser movimento. Pelego porque é um perigo virar governista levando em consideração as políticas culturais que o Governo do Estado tem feito. Então ficar muito próximo do Governo Estadual para fazer algumas articulações pode ser um tiro pela culatra. O Governo Estadual se aproveitou muito da fragilidade do Governos Federal nas crises do repasse de verba, claramente numa lógica oportunista. O sentido do pelego é justamente porque não houve nenhuma ação do governo estadual para fortalecer e valorizar os conhecimentos dos grupos culturais. Um exemplo são os encontros de formação, nos quais o governo do estado sempre chamou outras pessoas detentoras de conhecimento e sabedoria para ensinar aos Pontos de Cultura. Não que não haja nada para os Pontos aprenderem, muito pelo contrário, sempre há muito, como por exemplo a capacitação em captação de recursos. Porém, os grupos culturais também possuem suas especialidades e conhecimentos profundos. O que poderia ser uma valorização desses, sempre se tornava uma aula com um professor de fora. O que houve de formação foi na área de conhecimento dos próprios pontos, por exemplo a vinda de um “outro alguém” para falar sobre culturas tradicionais, enquanto há Pontos de Cultura que há mais de cinquenta anos trabalham com cultura tradicional. Muitas vezes os grupos até se sentiam ofendidos, já que a ideia da rede é que todos devem compartilhar, e não apenas receber. Se a lógica de escola é repetida, então a lógica de rede não é fortalecida, e a tradição da escola é essa, alguém vem e nos passa o conhecimento. Então nesses momentos destinados à formação foi um pouco disso que aconteceu: não houve momentos, ou houve poucos momentos, de troca de experiências entre os grupos. Além disso, muita gente se atrelou ao governo estadual, o que não agradou a muitos outros grupos. O que teve um papel de movimento social em São Paulo foi a cobrança de que existisse um novo edital para mais 300 novos Pontos de Cultura, em 2009. Isso foi uma demanda, uma cobrança, foi organizado e pautado. Mas mesmo no andamento dessas reivindicações, existiam os grupos mais seletos e mais articulados, que tinham mais contato e mais influência junto ao Estado. Por isso muitos problemas existiram, como por exemplo as informações que chegavam à rede atrasadas, de decisões que já haviam sido tomadas. Mas o que foi legal nesse processo foi que, além de existir a cobrança para que o edital existisse, houve um maior espaço para que os grupos decidissem como seria o edital e na posterior seleção dos grupos que se tornariam Pontos. Essa foi uma interessante experiência de uma vislumbrada gestão compartilhada, num contato direto entre os grupos que já eram Pontos de Cultura e o Estado.

Toda essa política dos Pontos de Cultura ainda é muito recente. Pode ser muito transformadora, mas ao mesmo tempo pode se configurar como apenas um levante, devido ao curto tempo de existência que podemos analisar, e devido ao modo como essa política pública vem sendo tratada no Brasil. Pode ser que daqui há um tempo nos referiremos a tudo isso como “houve um tempo que existiu os Pontos de Cultura”. Será inspiradora para outras coisas que virão a acontecer. Alguns países da América do Sul dão uma lição no Brasil, pois em muitos países está se desenvolvendo a lógica do Cultura Viva Comunitário, que trabalha apenas com grupos comunitários. Entendemos a lógica da política brasileira de se fazer um programa que atenda à lógica da diversidade, mas a possibilidade de instituições formais, como prefeituras e universidades, ou até mesmo grandes ONG's com uma grande estrutura já montada, se tornarem Pontos de Cultura, fragiliza a potencialidade que o programa tem de se fazer uma mudanças e transformações mais radicais na sociedade. Isso de certa forma inibe o que poderia existir de mais radical e revolucionário em uma política pública. O que não acontece por exemplo no Cultura Viva Comunitária desenvolvido em países como Peru, Bolívia, Colômbia, entre outros, e até debatido no Parlamento do Mercosul. Dessa forma, o

Cultura Viva Comunitária fortalece a discussão da criação da Lei Cultura Viva no Brasil, já que aqui as regulações de repasse de verba de dinheiro público são feitas pela lei 8666, o que favorece as grandes organizações que já possuem setores jurídicos e financeiros organizados, e a discussão da lei Cultura Viva tenta rediscutir essa forma de repasse, para que haja uma forma mais justa de repasse do dinheiro público. Então vemos que se o Cultura Viva no Brasil não visar fortalecer as culturas comunitárias, as questões étnicas e raciais, as questões populares, tende a se enfraquecer, a se extinguir.

Conforme o Cultura Viva foi crescendo, algumas ideias foram surgindo. Os Pontões de Cultura por exemplo, com a ideia de se fortalecer Pontos que fortalecessem os outros Pontos, é uma ideia genial, que surge muito por causa da carência do governo em ter recursos para fazer esse fortalecimento. Mas houve uma distorção desse conceito. Muitos Pontos de Cultura são Pontões no desenvolvimento de seus projetos e suas atividades, e por isso a chancela de Pontão para alguns grupos começou a gerar até um certo ciúme, ou até mesmo um sentimento de injustiça, já que os Pontões recebem mais verba, e muitas vezes esse grupo que recebe mais verba não necessariamente faz um trabalho maior do que um outro grupo que não é Pontão. Esse tipo de problemas que surgiram dentro do programa gerou um certo desgaste interno na rede dos Pontos de Cultura, e um desgaste na relação desses grupos com o Governo, principalmente na mudança de gestão de 2010, na qual saiu o Gil, o Célio, etc, os conhecidos como cabeças, ou aqueles que deram uma cara para o Programa, criou uma certa identidade. Não é a toa que com saída destes, se deu várias crises entre os Pontos, e principalmente com os Pontões de Cultura.

Algumas experiências municipais mostram um lado positivo do projeto de política pública que é o Programa Cultura Viva, como por exemplo o caso de São Carlos. Independente do cancelamento da rede municipal, o movimento cultural de São Carlos foi muito fortalecido pelo fato dos grupos terem sido reconhecidos como Ponto de Cultura. A gestão municipal mudou, e as relações dos grupos com a Prefeitura está em crise, mas ser Pontos de Cultura fortaleceu muito os grupos a formarem um movimento cultural. Já em outros municípios a experiência da formação de uma rede municipal não estabeleceu uma relação de movimento cultural entre os grupos, e apenas criou vários grupos que recebiam o repasse da verba do Governo. Isso mostra o quão diverso é o Programa Cultura Viva no estabelecimento dessas redes, redes municipais e estaduais. No caso da rede estadual do Espírito Santo, a qual foi um parto para ser formada, e surgiu com apenas 7 Pontos no estado inteiro, o que não foi suficiente para se articular um movimento. Pode acontecer que esses pontos gerem um movimento em suas localidades, mas na rede como um todo esse movimento não ocorreu.

Na questão política de representatividade das comissões, nos primeiros anos (2007 a 2010) a Comissão Nacional não realizou encontros presenciais, e possuía pouca articulação virtual. Não eram organizadas reuniões nem por Skype. A maioria dos membros da Comissão foram, nesse período, reeleitos em vários mandatos, o que formou um tipo de núcleo duro da comissão. Os novos membros que entravam não eram muito bem absorvidos. Isso mostrou uma fragilidade nessa configuração, fragilidade na unidade, e na representatividade. De 2010 até hoje, que é a mesma comissão, ainda fazem parte muitos daqueles que estão desde o início, mas que não representam mais a rede dos Pontos de Cultura, rede esta tão difusa e diluída. Existe inclusive, além de tudo isso, a dificuldade de representar os Pontos de Cultura na relação com o próprio Ministério. O MinC hoje senta para dialogar com um grupo de representantes de Pontos de Cultura entendendo que estes estão articulados como movimento e pautando as demandas e ações, então não há mais a necessidade dessas demandas passarem

pelo aval da comissão. As pautas não chegam ao Ministério necessariamente através da Comissão Nacional, portanto essa lógica de representatividade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura nos parece bem fragilizada. Um exemplo dessa fragilidade é a dificuldade que a Comissão Nacional tem para agendar alguma reunião com a Ministra Marta Suplicy. Não faz sentido existir essa dificuldade, sendo que o agendamento é feito de forma simples, ligando e marcando com a secretária do Ministério. Outros grupos e coletivos de grupos conseguem esse agendamento, e por isso percebemos que existe uma desunião dentro da Comissão que causa esse tipo de problema, e essa desunião ocorre muito por conta das personificações, dos pivôs e do partidarismo.

As Comissões estaduais se organizam de forma mais direta e mais ágil, porém não sabemos até que ponto os blocos e os modos de organização de grupos de Pontos de Cultura que se juntam tenham mais força do que as Comissões estaduais. Na Comissão Paulista de Pontos de Cultura surgiu, pelo menos na ideia da maioria dos membros que a compunham, na onda de tentar criar o diálogo com o Governo, pra fortalecer a rede, pra fortalecer o movimento social, mas hoje essa Comissão já não representa os grupos, e vem representando cada vez menos. A Comissão teve muitas atuações interessantes, principalmente nos anos de 2008 e 2009, levantando demandas através de fóruns e encontros pelo Estados. O maior avanço foi conseguir a abertura do edital para novos 500 Pontos de Cultura do Estado de SP. Em 2010 houve a eleição de uma nova Comissão, e dessa eleição já participaram os novos grupos que entraram nesse edital, grupos que “estavam chegando” e ainda não conheciam direito o Programa e a lógica de funcionamento do Cultura Viva. Isso fragilizou bastante a Comissão, que já enfrentava problemas. Isso ocasionou uma certa exclusão dos novos grupos, e a articulação enquanto um movimento de toda a rede do Estado de São Paulo foi um fracasso. Desde então parece que as pessoas ainda interessadas em articular a rede e o movimento vêm correndo atrás para que isso aconteça.

De 2010 pra cá nos parece que o Governo Estadual tem vários outros focos e atuações com um outro entendimento de política cultura, e começou a fazer isso com os Pontos de Cultura mesmo. O próprio Ministério mudou e não entendeu, e por isso achamos que está muito fragilizado o Cultura Viva no Brasil.

O mais interessante é que percebemos uma grande potencialidade de movimento nos grupos que fazem parte dessa rede, mesmo que desarticulados em representações formais. Alguns ocorridos demonstram isso, como por exemplo a organização da caravana dos Pontos de Cultura em 2011 à Brasília, para reivindicações junto à Ministra Ana de Holanda, onde uma das principais pautas era o atraso do repasse da verba. Essa caravana foi uma organização dos grupos, num momento em que esses disseram que quem faz são os Pontos de Cultura, e não a Comissão. Esse episódio gerou a criação de um outro movimento, que ficou conhecido, por muito pouco tempo, como Frente de Pontos de Cultura, que funcionava na lógica de “quem quiser vir que venha”, sem as formalidades de eleições ou qualquer ideias de representatividade. A criação dessa frente gerou uma crise na rede, inclusive com o Ministério, pois eram grupos que estavam se organizando mas que não eram da Comissão Nacional.